

# Uma ameaça que exige resposta e luta

Não há que esperar pelo julgamento da história. Há que agir e lutar agora para impedir que a precarização e a insegurança se transformem em Lei da República.



■ Jerónimo de Sousa Pág. 20

# Os novos cães de guarda

Também entre nós se pode dizer que «a censura é mais eficaz quando não tem necessidade de se afirmar, quando os interesses do patrão, miraculosamente, coincidem com os da *informação*».

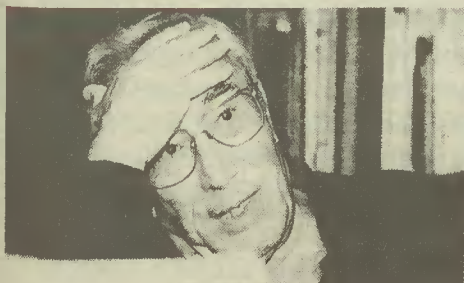
■ Lino de Carvalho Pág. 21

# Escritores sobre Saramago

Textos dos escritores Alice Vieira, José Manuel Mendes, Manuel Gusmão e Mário de Carvalho

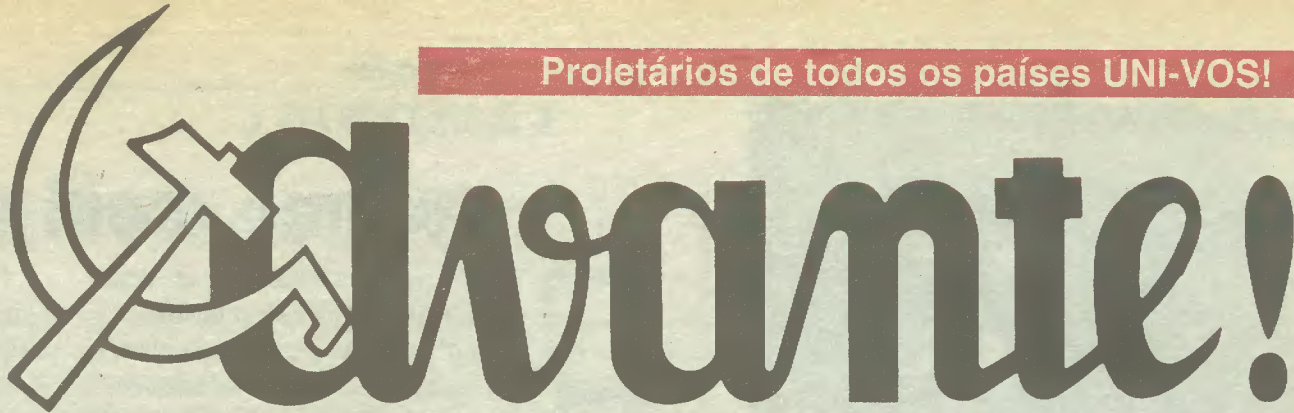
Págs. 24 e 25

## NACIONAL



# Morreu José Cardoso Pires

Pág. 9



Proletários de todos os países UNI-VOS!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 29 de Outubro de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA Incluído) • N.º 1300 • Director: José Casanova

# Campanha do Referendo arranca no País

# PCP DIZ SIM

# Carvalhas em Coimbra, Almada e Guimarães

Págs. 5 e 6



# O que eles disseram sobre a Regionalização

■ Vítor Dias Págs. 18 e 19

# As regiões em Lisboa

■ Margarida Folque Centrais



# Um desfile pelo SIM



## EDITORIAL

## «Sim», com confiança



Campanha pelo SIM arranca por todo o País

## RESUMO

21  
Quarta-feira

A Junta Militar guineense toma a cidade de Bafatá, a segunda mais importante do país ■ Sondagem indica que maioria dos alentejanos diz SIM à regionalização ■ Ex-presidente da JAE acusa o procurador-geral da República de ter desincentivado futuras denúncias de corrupção ■ Dirigente dos Democratas de Esquerda forma governo em Itália ■ Anunciado encerramento, no ano 2000, da primeira central nuclear alemã, como resultado do acordo entre sociais-democratas e Verdes para renunciar à utilização da energia nuclear ■ Um novo balanço provisório da explosão do oleoduto no Sudeste da Nigéria indica 700 mortos, mais 200 do que o balanço inicial ■ Após três semanas de luta, os estudantes do ensino secundário francês recebem a promessa de uma injeção de verbas no ensino ■ Milhares de jovens desfilam no Barreiro contra estação de tratamento de resíduos perigosos ■ A Telecel anuncia lucros de 14,1 milhões de contos nos primeiros nove meses do ano.

22  
Quinta-feira

A Interjovem de Lisboa (CGTP) organiza uma marcha de protesto contra a actual revisão da legislação laboral ■ Sondagem indica que maioria dos algarvios diz SIM à regionalização, mas com elevada abstenção ■ A futura auto-estrada do Sul não irá rasgar a serra do Caldeirão ■ As forças da Junta Militar ocupam Gabu, a segunda cidade do leste da Guiné-Bissau ■ As vendas internacionais de armas registaram novo aumento, segundo relatório divulgado pelo Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS) ■ O líder do grupo parlamentar comunista, Octávio Teixeira, anuncia que PCP vai votar contra a proposta de Orçamento de Estado para 99 ■ Protesto dos alunos fecha a Escola náutica de Paço de Arcos e a Escola Superior de Tecnologia de Saúde de Coimbra.

23  
Sexta-feira

Após nove dias de negociações é assinado um acordo entre Benjamin Netanyahu e Yasser Arafat ■ O presidente dos Estados Unidos assina resolução de apoio ao referendo em Timor-Leste ■ Estudo da CGTP testemunha de assimetrias do trabalho ■ Manifestação de agricultores exige, em Setúbal, subsídios governamentais pela quebra de produção de vinho e de tomate ■ Representantes de países em desenvolvimento pedem aos EUA que reduza emissões de dióxido de carbono ■ Alunos de escola do Lavradio manifestam-se contra estação de tratamento de lixos industriais.

24  
Sábado

Inicia-se o IX Festival de Banda Desenhada da Amadora ■ Carlos Carvalhas diz que os custos da regionalização não podem ir além dos previstos para as Comissões de Coordenação Regional ■ Manifestantes em Madrid e Londres exigem que Pinochet seja julgado ■ Direita italiana mobiliza contra governo de centro-esquerda de Massimo D'Alema ■ Jovens reunidos na Cidade do México no I Encontro Ibero-Americano da Juventude exigem políticas de desenvolvimento social ■ Manifestação em Alhandra contra a co-incineração.

25  
Domingo

Os tesoureiros das Finanças anunciam greve para dia 30 ■ Movimentos pelo SIM à regionalização desfilam pelas ruas de Lisboa nas eleições bascas, o Heuskal Herriarrok, até há pouco classificado como braço político da ETA, obtve a sua maior votação de sempre ■ DECO denuncia irregularidades, também em lares de idosos sem fins lucrativos.

26  
Segunda-feira

Morre José Cardoso Pires ■ A presidência da União Europeia vai iniciar consultas para a designação da personalidade que representará a sua política externa e de segurança ■ Equador e Peru assinam, em Brasília, acordo de paz estabelecido na VIII Cimeira Ibero-Americana realizada no Porto ■ Oposição de esquerda ganha no Rio de Janeiro e Minas Gerais, dois importantes Estados do Brasil ■ Cinco feridos em Rabat, numa manifestação de jovens licenciados no desemprego.

27  
Terça-feira

Começa campanha para o referendo da regionalização ■ Funeral de José Cardoso Pires ■ NATO decide manter os seus militares prontos a intervir na Jugoslávia ■ Famílias de franceses assassinados ou raptados no Chile exigem extradição de Pinochet ■ O social-democrata Schröder é empossado como novo chanceler da Alemanha ■ População maior de 65 anos constitui 15,1 por cento do total, indica Instituto Nacional de Estatística ■ União Europeia decide oito meses de embargo total a carne de vaca portuguesa ■ O Conselho Científico da Escola Náutica Infante D. Henrique dá razão ao protesto dos estudantes ■ Setúbal vota contra projecto de co-incineração de resíduos perigosos no Otão ■ Parlamento angolano aprova renovação do estatuto especial de Savimbi.

Es-nos perante mais um referendo desnecessário. Pior do que isso: cozinhado e forçado. Na verdade, sendo a regionalização um imperativo constitucional desde 1976, a sua concretização não necessitava de ser referendada. Se assim acontece é porque, mais uma vez, o PS, o PSD e o CDS/PP - colocando interesses outros à frente dos interesses do País e protagonizando uma baixa negociata - impuseram, contra a opinião do PCP, este referendo.

Assim lançados os dados e estando em causa a concretização ou não de uma importante reforma administrativa, os comunistas participam activamente na batalha e desenvolvem todos os seus esforços e capacidades para que o "sim" às duas perguntas triunfe no próximo dia 8 de Novembro.

Estas posturas marcam as diferenças entre os restantes partidos e o PCP - partido responsável e coerente para o qual os interesses do povo e do País constituem referência e bússola permanentes e essenciais. "Nós estamos aqui para lutar e procurar responder a uma simples questão: como tentar melhorar a vida dos cidadãos" - disse Carlos Carvalhas, na terça-feira à noite, no Pátio Alfacinha.

São muitos os obstáculos e dificuldades que se nos deparam nesta batalha. Conhecê-los, detectar as suas origens e desmontá-los constitui a melhor forma de os combater e ultrapassar.

É um facto incontestável que a generalidade da comunicação social dominante está activamente empenhada na campanha pelo "não". E não é difícil perceber as razões dessa opção: basta termos em conta quem são e o que pensam da regionalização os chefes dos grandes grupos económicos e financeiros, donos dessa comunicação social... É também uma evidência que os partidários do "não" - designadamente o PSD e o CDS/PP - estão a levar à prática uma campanha assente na mentira, na manipulação, na mistificação, na utilização massiva de argumentos primários e terroristas. Diabolizando a regionalização como vêm fazendo, Marcelo e Portas exibem o seu imenso desprezo e desrespeito pela inteligência dos cidadãos; confirmam que, para alcançar os fins que se propuseram, todos os meios servem e valem; mostram que, neles, a hipocrisia e o cinismo têm como limite único a dimensão das ambições e objectivos que os movem.

É tudo isto que leva muita gente a considerar complexa e obscura uma questão que é simples e óbvia; que faz com que absurdos fantasmas e medos se instalem no lugar que, por direito, pertence à confiança, à esperança, à noção do direito a uma vida melhor; que, subvertendo a verdade e a realidade, engendra e maquina o infernal cenário virtual só existente nas mentes maquiavélicas e perversas dos líderes do PSD e do CDS/PP.

Porque a realidade é esta: lá em cima, está o poder central; lá em baixo, está o poder local; e entre este dois poderes, ambos eleitos, existe um poder intermédio, não eleito, exercido por quadros nomeados pelo poder central, dispondo de importantes competências e meios e dividido por cinco regiões - as célebres Comissões de Coordenação Regional (CCR's).

Trata-se agora, com a regionalização, de re-ordenar as cinco regiões já existentes e de substituir esse poder sem rosto - porque não eleito - por um poder com rosto - porque eleito. Trata-se de ir buscar poder ao poder central transferindo-o para as regiões, aproximando-o das populações, potenciando o aproveitamento de recursos e de investimentos na promoção da qualidade de vida das populações, enfim procurando fazer mais e melhor com os mesmos meios - em colaboração com o poder local para o qual a regionalização é um factor de reforço.

A regionalização é, assim, um acto de descentralização e legitimação de poder e um contributo para o reforço da democracia na medida em que abre novas e maiores

possibilidades de participação das populações na resolução dos seus problemas. É isto, essencialmente isto, que Marcelo e Portas não toleram. É a isto que se referem quando falam nos "perigos da regionalização".

Um dos mais flagrantes exemplos do terrorismo verbal que percorre o argumentário dos cruzados do "não" é o de que a criação das regiões, porque "divide o País", seria um factor de "guerra" (se assim fosse, quantas e quão dolorosas "guerras" teria moti-

vado a "divisão de Portugal" nos mais de 300 municípios existentes...). É preciso desmascarar esta atoarda nomeadamente sublinhando que aquilo que, de facto, divide o País é a injusta e desumana repartição da riqueza nacional que conduz à existência de um fosso cada vez maior entre ricos e pobres, que conduz à existência de, de um lado, um pequeno número de ricos cada vez mais ricos e, do lado oposto, a imensa maioria do povo vivendo cada vez com maiores preocupações, problemas e dificuldades - situação na qual muitos dos assanhados opositores da regionalização têm grandes e directas responsabilidades. É preciso lembrar igualmente que, atijando estúpidos regionalismos, esses cruzados do "não" estão não só a tentar desvirtuar e subverter o conteúdo democrático e solidário da regionalização como a procurar, eles sim!, despoletar conflitos entre os portugueses.

A pouco mais de uma semana da realização do referendo, e multiplicando-se os sinais de viragem favoráveis ao "sim", muitas são as razões para encarmos com confiança a possibilidade de a regionalização vencer esta batalha. É grande o esforço que nos é exigido nos próximos dias. E a verdade é que a continuação e intensificação de uma campanha eleitoral ampla, serena, esclarecedora e confiante é o caminho mais eficaz para chegarmos ao "sim" no dia 8 de Novembro.

## Avante!

Proletários de todos os países UNÍ-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socorro Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7.ª-A, 1150 Lisboa  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A,  
— 1150 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada 2.ª-feira:  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapado Nova  
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial do Maia  
Sector IX  
Rua B Lx. 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A 1150 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A 1150 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Heska Portuguesa, SA  
Campo Raso  
2710 Sintra  
Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.



## Narrativa nova

A forma simultaneamente rigorosa e acessível que Francisco Silva encontra, no livro lançado na semana passada (\*), para introduzir um vasto público ao mundo fascinante que está a nascer sob os nossos olhos - e que à falta de melhor designação apelidamos de *sociedade da informação* - e o esforço de compreensão da interação complexa existente entre as profundas inovações tecnológicas que ela comporta, os interesses e impulsos económicos, e as suas dimensões culturais, políticas e civilizacionais, constituem motivos bastantes para a recomendação da leitura desta obra.

Das auto-estradas da utopia às auto-estradas da informação e ao decisivo problema do acesso universal, a obra percorre a história recente nascida da convergência fecunda das telecomunicações, das tecno-

logias da informação, dos serviços de difusão e da electrónica de consumo. E aborda as impressionantes transformações que já se divisam no horizonte das próximas décadas, assentes na associação e imbrincamento de redes e serviços de telecomunicações, de equipamentos e sistemas terminais de acesso cada vez mais evoluídos, e de *softwares* de aplicação e de navegação ciberespacial progressivamente mais sofisticados.

É certo que estamos demasiado em cima e vivemos demasiado a quente esta novidade radical da "revolução" digital e da comunicação mediada por computador, para podermos dividir com nitidez o conjunto dos seus impactos na evolução das sociedades humanas.

Mas isso não só não diminui como reforça, a importância do trabalho de ava-

liação e prospecção desses impactos - positivos e negativos. E da necessidade da intervenção activa no sentido da apropriação humana, emancipadora, das profundas transformações que estão em curso.

A discriminação e a exclusão informacional, reproduzindo e amplificando conhecidas desigualdades e assimetrias sociais e regionais, não constitui um perigo imaginário ou longínquo. Mas um dos grandes e novos problemas do nosso tempo.

É necessário, por isso, compreender esta nova dimensão e esta nova fronteira da nossa luta, e assumir conscientemente o combate urgente por uma sociedade democrática da informação.

(\*) *Narrativa Nova* - edição da Caminho.

■ Edgar Correia

## Entre parênteses

O governo colocou em discussão pública alguns dos diplomas de um novo pacote laboral, entre os quais se encontram as propostas de regime jurídico do trabalho a tempo parcial e de Lay-off.

E fê-lo calculadamente para que o calendário deste debate, de 8 de Outubro a 6 de Novembro, coincidissem com o período mais coeso da campanha do referendo da regionalização.

Consciente das gravosas implicações para os trabalhadores e do desacarado benefício dado por este diploma ao grande patronato o governo pretende, a coberto da concentração de atenções posta no debate do referendo, eximir do devido julgamento político esta sua iniciativa.

Não passam naturalmente despercebidos ao governo, os objectivos e consequências de classe deste seu diploma.

Correspondendo em toda a linha às aspirações e interesses do capital, o governo avança com um diploma que estabelece e consagra a figura do trabalho a tempo parcial abrindo ainda mais o campo à instrumentalização da mão-de-obra de dezenas de milhares de trabalhadores arrastados assim para formas de maior exploração. É a teoria da partilha do emprego, dos direitos e dos salários imposta e feita em nome de uma forçada concentração dos lucros e riqueza por parte do capital que vê ainda, na base de novos e ilegítimos benefícios fiscais, satisfeita a redução da sua

contribuição e responsabilidades para o regime de segurança social.

Se subsistissem algumas dúvidas a resposta está dada. Este governo e o eixo essencial dos seus objectivos e opções não se deixa perturbar mesmo em momentos de uma batalha política como a do presente referendo. A sua verdadeira natureza de classe, as indisfarçáveis ligações ao grande capital e os profundos compromissos que os unem mantêm este governo no rumo desses interesses. Não é um qualquer referendo que se apresenta capaz de desviar o norte a este governo e à sua política.

Até porque o governo continua fiel àquela sua máxima: os amigos não se esquecem e os favores pagam-se sempre.

Seria de admitir que fazendo fé do declarado empenho de vontade e de energias na acção para a vitória do SIM, Governo e PS colocassem entre parênteses por algumas semanas a sua cruzada política de favorecimento e concentração de benefícios aos que mais têm e mais podem.

Assim não é. Entre longos e intermináveis parênteses continuam a ficar os interesses e direitos de quem trabalha, de quem menos tem e menos pode. Até que pela luta e a acção consciente das massas seja aberto espaço para uma nova política com uma outra natureza e opção.

■ Jorge Cordeiro

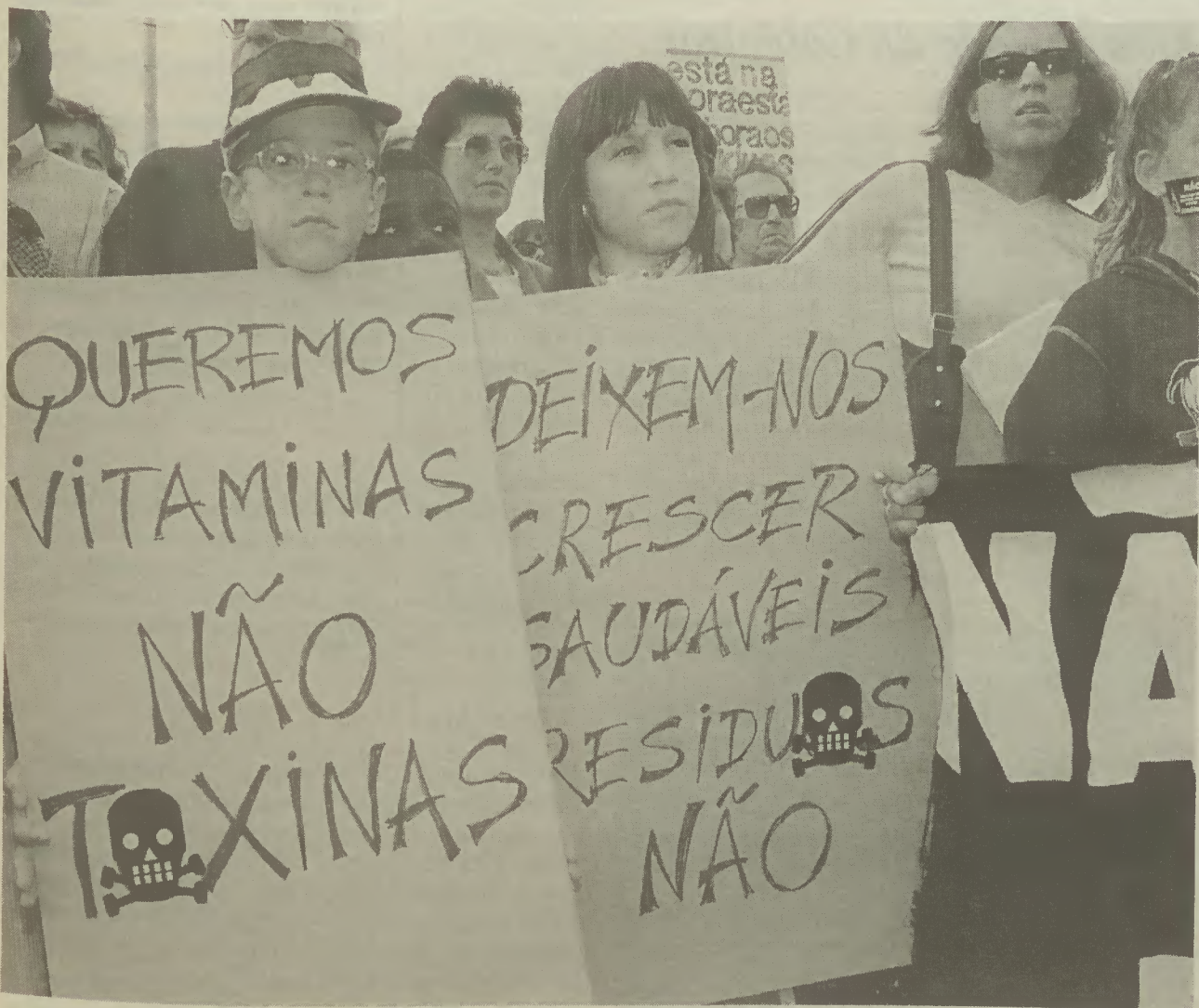


Foto: Jorge Caria

**Toxinas**

— para o povo, lucro para o capital

# A CRISE e o Estado

A crise global continua a provocar enormes estragos. Os PIBs de muitos países sofrem quebras drásticas este ano. Um recente relatório da OIT prevê que um terço dos 3000 milhões de trabalhadores existentes no mundo estarão, no final deste ano, ou no desemprego ou subempregados. O Brasil esvaie-se, estimando-se que cerca de 20 mil milhões de dólares saíram do país nas últimas semanas. O sistema bancário japonês é dado como falido. Os EUA e a Europa não escaparão incólumes à tempestade que, afinal, é o resultado dos ventos que durante os últimos 15-20 anos foram sendo semeados pelas grandes instituições sob o seu controlo. G7, FMI, Comissão Europeia, estão a rever em baixa as suas previsões económicas (previsões que valem pouco, como se viu). O clima de pessimismo generalizado, e até de descrédito das ortodoxias económicas e financeiras dos últimos anos, reflecte-se nas manchetes dos jornais: "Pânico apodera-se dos mercados"; "Em causa está nada menos que o destino das economias do mundo"; "Dez dias que abalaram o mundo" (*The Observer*, 4.10.98); "O capitalismo no banco dos réus" (*Time*, 19.10.98); "Contagem decrescente para a derrocada?" (*Financial Times*, 3.10.98).

No meio deste quadro sombrio, as principais bolsas de valores recuperaram, em meados de Outubro, parte das grandes perdas que haviam sofrido nos dois meses anteriores. Talvez efêmera, esta recuperação parcial reflecte o alívio pela intervenção mais activa dos governos na gestão da crise. Como dizia um articulista no *Financial Times* (5.10.98): "após uma extensa lista de erros, os banqueiros estão a fazer fé em que os governos encontrem uma solução para o turbilhão financeiro global". Ou seja, os infalíveis, eficientes, modernos e pós-modernos mercados, em nome dos quais se sacrificaram empregos, direitos, estabilidade social, regiões, países e continentes inteiros; esses mercados a quem foi dada total prioridade, mesmo que isso significasse desemprego, miséria, fome, doenças para milhões de seres humanos; esses mercados que viveram os últimos anos numa euforia de lucros inimagináveis; esses mercados vêm agora confessar que lançaram o caos na economia mundial, e que alguém tem que pagar a crise. O Estado, esse papão do neoliberalismo, virou agora a última esperança, o D. Sebastião do capitalismo mundial.

A intervenção do banco central dos EUA na operação de salvaguarda do gigantesco fundo especulativo norte-americano LTCM (*Avante*, 8.10.98) e a nacionalização de bancos no Japão, Indonésia e Tailândia (para privatizar de novo quando houver de novo lucros para receber...) são indicações de que aquilo que era ontem considerado indefensável é hoje considerado imprescindível. Mas a contradição é só aparente. A conversa do *menos Estado* sempre se aplicou apenas às funções sociais do Estado, à defesa de interesses de quem trabalha, às limitações ao poder discricionário de grandes financeiros e capitalistas. Nunca o *menos Estado* se aplicou ao sector militar, à NATO, às despesas públicas com gigantescos programas de armamentos, às actividades da CIA e outras grandes centrais de intervenção dos Estados imperialistas na vida dos países subordinados, ou às actividades de repressão interna. Que são formas indirectas de subvenção estatal aos lucros privados. *Menos Estado* no que dizia respeito a apropriação de lucros, *mais Estado* para as despesas necessárias à obtenção desses lucros.

A derrota ideológica do neoliberalismo está a tornar-se uma realidade. Mas isso não significa a derrota do que está por detrás do neoliberalismo: a defesa dos interesses de classe dum punhado de gigantes capitalistas transnacionais. A intervenção dos Estados perante a crise em que o capitalismo lançou o mundo far-se-á, e não sem contradições interimperialistas. Não é indiferente para os trabalhadores e os povos do mundo se essa intervenção se vier a fazer na sua variante Keynesiana (como nos EUA dos anos 30), na sua variante militarista e fascista (como na Alemanha dos anos 30), ou numa nova variante de centralização imperial supranacional ou noutras, mais sólida. Mas quem trabalha, quem realmente cria riqueza, quem paga impostos, tem o direito (e o dever) de exigir e de lutar para que as grandes despesas públicas que se antevêm sejam acompanhadas da erradicação da causa de fundo dos males actuais: o grande capital internacional.

■ Jorge Cadima



# NOTÍCIAS DA AMADORA

## SEMANÁRIO POPULAR

DIRETOR: JOSÉ CARVALHAS. REDACÇÃO: AVANTE! - RUA DO COMENDADOR AGUIAR, 100 - 1200-001 LISBOA. TELEFONO: 213 61 11 11. FAX: 213 61 11 11. CIRCULACAO: 10000 exemplares.



40 ANOS

de existência regional

NOTÍCIAS DA AMADORA

**Mais próximo dos problemas e da comunidade**

Nesta Edição



**Presidente da República ao "N.A."**  
**«A independência dos jornalistas é necessária à democracia»**

Jorge Sampaio afirma que o exemplo de coragem que é importante seguir

22.10.98

**Próxima Edição**

Presidentes das Câmaras de Lisboa e Setúbal dizem como votam no referendo

2º aniversário do suplemento

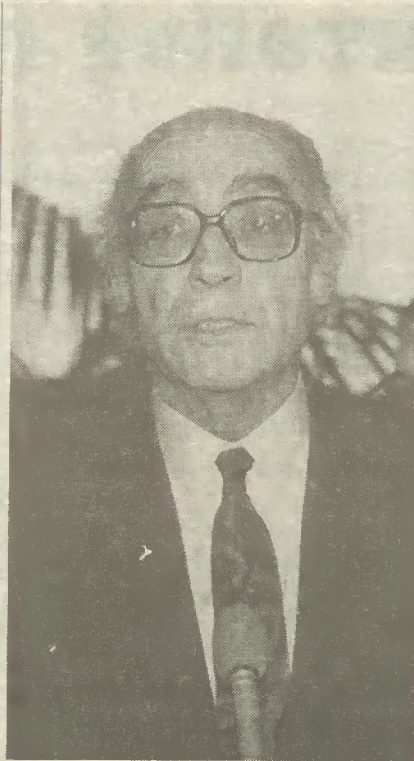
Entrevista com Caldeira Dias, presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional

O jornal "Notícias da Amadora", uma das vozes da oposição ao regime fascista, celebrou domingo passado 40 anos de existência, sendo a edição comemorativa publicada dia 22, com uma entrevista ao Presidente da República.

Nesta entrevista, Jorge Sampaio sublinha que o "Notícias da Amadora" legou "um exemplo de coragem que é importante seguir", referindo-se ao papel desempenhado pelo jornal na luta pelas liberdades democráticas.

"A imprensa regional e as rádios locais desempenham um papel fundamental nas comunidades em que se inserem" e é "importante que a sua actividade se possa consolidar e mesmo reforçar", acrescenta o Chefe de Estado.

Jorge Sampaio refere-se à acção dos profissionais da comunicação social: "Os jornalistas não podem vergar nem ao poder económico nem ao poder político. A sua independência é necessária à democracia."



**“Não nos podemos calar perante aqueles que fazem uma campanha de grande mistificação, que mostra, por um lado, que não têm qualquer respeito pelos cidadãos e, por outro lado, dá uma ideia de como entendem a intervenção política: vale tudo.”**

(Carlos Carvalhas, na Cova da Piedade, citado em «Público», 25.10.98)

**“Se hoje existisse a região de Lisboa e Setúbal, não tínhamos esperado 10 anos para se fazer um projecto essencial (o metropolitano de superfície da margem sul), que teria merecido a aprovação de todos os municípios.”**

(Maria Emília de Sousa, presidente da Câmara de Almada, idem)

**“É hoje evidente que este Governo não procura manipular os noticiários da RTP como era tradição em Portugal.”**

(António Guterres, «Grande Entrevista» - «RTP 1», 22.10.98)

**“O “buziã” deste Governo e do sistema político português é a falta de transparência.”**

(João Carreira Bom - «Diário de Notícias», 25.10.98)

**“Esta coisa de fazer política segundo o “marketing” não é agradável. Não gosto muito dos políticos que estão sempre com o sorriso Pepsodent. Os políticos devem ter convicções.”**

(Mário Soares - «SIC», 24.10.98)

**“Marcelo sente-se entalado. De um lado, os inimigos internos à espreita do desastre e prontos a substituí-lo; do outro, o PS a executar as mesmas políticas do PSD e, por isso, sem lhe dar margem para afirmar uma política diferenciadora.”**

(João Amaral - «TSF», 24.10.98)

**“O mundo global - a globalização - é tão volátil quanto são as bolsas de valores. Quem quer “safar” o seu, safa-o de um segundo para o outro, seja onde for e como for. Não há comedimento, paciência ou solidariedade. O “sucesso” depende, pelo contrário, do despudor, da pressa e da avidez.”**

(Victor Cunha Rego, «Os Dias de Amanhã» - «Diário de Notícias», 26.10.98)

**“Creio que se o José Cardoso Pires antes de ir-se desta vida tivesse podido falar, dizer algumas palavras, acho que ele diria: Tenham cuidado com a língua portuguesa.”**

(José Saramago - «Público», 27.10.98)

**“Sempre que o diabo começa a badalar os sinos de Deus, ponho ponto final em mim e fecho parágrafo. Agora, quando eles soam na igreja aqui ao lado e cobrem a minha escrita, é assim que os entendo. Penso que dobram por mim ainda vivo.”**

(José Cardoso Pires, em crónica de 04.09.94, citada em «Público», 27.10.98)

## Encontro Nacional do MDM

Cerca de 500 activistas de vários pontos do País participaram, domingo passado, em Lisboa, no Encontro Nacional do MDM.

No encontro foi realçado o papel do movimento que, nos seus 30 anos de existência, tem sabido dar voz às aspirações e reivindicações das mulheres e reafirmada a actualidade do movimento feminino face à “existência de graves situações de desigualdades, discriminações e injustiças na esmagadora maioria das sociedades onde o direito à igualdade é formalmente reconhecido”, como se

refere em comunicado de imprensa.

O MDM reafirmou o seu empenhamento na comemoração, em 1999, de datas que representam “marcos históricos na luta das mulheres pela igual-

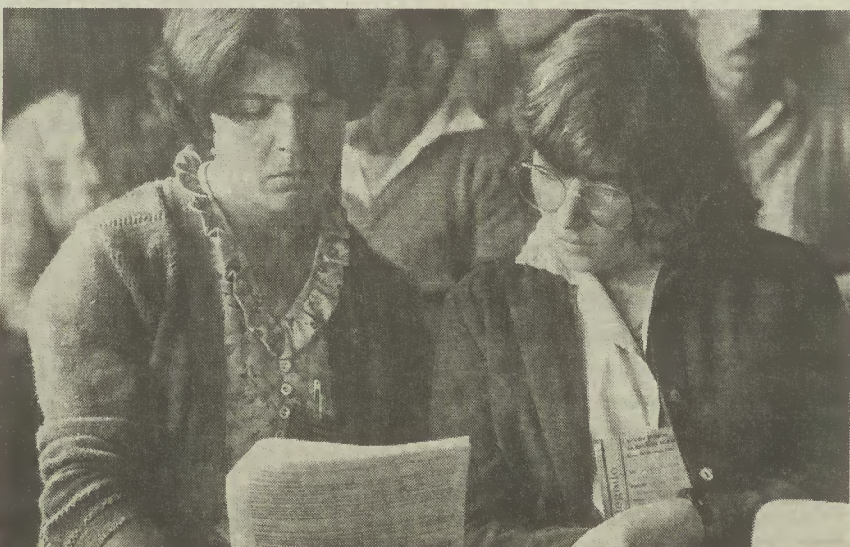
dade”, como é o caso do 8 de Março, do 25.º aniversário do 25 de Abril e da comemoração dos 30 anos sobre a fundação do MDM.

As principais resoluções aprovadas declaram “o

novo milénio como a meta definitiva para a concretização da igualdade em todas as esferas da vida”.

Trabalho com direitos, justiça social, alteração da lei da IVG, concre-

tização do direito ao Planeamento Familiar e a luta contra a violência sobre mulheres e menores, são prioridades da intervenção do MDM nos tempos imediatos.



## Contra Pinochet

Cerca de 3000 pessoas manifestaram-se segunda-feira em Barcelona (Catalunha) a favor da extradição do antigo ditador chileno Augusto Pinochet, detido provisoriamente em Londres a pedido do juiz espanhol Baltasar Garzon.

Os manifestantes

concentraram-se na Praça da Catalunha, no centro de Barcelona, onde foram acesas centenas de velas em memória das vítimas do regime de Pinochet entre 1973 e 1990, e percorreram em seguida as ruas de Barcelona, gritando palavras de ordem como “Pinochet,

assassino” e “Chile e Catalunha contra o ditador”.

A manifestação de Barcelona surge no seguimento de uma série de manifestações nas principais cidades espanholas frente aos respectivos palácios de Justiça para exigir que o Supremo Tribunal (Audiência Nacional) apoie o pedido de extradição assinado pelo juiz madrilenho Garzon.

A Audiência Nacional deverá pronunciar-se hoje, quinta-feira, sobre a validade das investigações realizadas após 1996 por aquele juiz e pelo seu colega Garcia Castellon sobre os crimes cometidos no Chile e na Argentina durante o período das respectivas ditaduras militares.

## Auto-estrada do Caldeirão

O não atravessamento da serra do Caldeirão pela A2 é uma opção de futuro, afirma a JCP -Algarve em nota de imprensa. “A riqueza ambiental e patrimonial da serra do Caldeirão são elementos potenciais de desenvolvimento do turismo rural, do ecoturismo e do turismo de aventura, que cada vez mais se devem desenvolver harmoniosamente com o objectivo de contrabalançar os terríveis efeitos da sazonalidade do turismo de sol e praia”, consideram os jovens comunistas.

A JCP alerta entretanto para

que “tal desenvolvimento não será possível sem acessos rodoviários bons”, reivindica “a rápida elaboração e execução de um plano de recuperação e preservação das estradas rurais”.

Em relação ao traçado escolhido, a JCP-Algarve defende que também seja objecto de um estudo aprofundado de impacto ambiental, “que permita detectar eventuais problemas de modo a garantir a sua resolução, e que a mudança de localização não deve levar a um atraso significativo da sua construção”.





## Campanha do referendo arranca em todo o País

**M**ais de meio um milhar de pessoas encheram, no passado sábado, o salão da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, onde teve lugar um comício de apoio ao Sim às Regiões, durante o qual intervieram Maria Emília Sousa, presidente da Câmara Municipal de Almada, e Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP.

Antes do período de intervenções, Jorge Lomba animou a numerosa assistência com várias canções tradicionais portuguesas, e num momento particularmente conseguido, cantou o tema açoriano *Ponha aqui o seu pezinho*, nos vários sotaques e ritmos das diferentes regiões do continente, desde o vira minhoto, ao corridinho algarvio, passando pelo *cante* alentejano, ou pelos os fados de Lisboa e Coimbra.

O comício, organizado pelas direcções regionais do PCP de Lisboa e de Setúbal e que marcou o final da pré-campanha do Referendo sobre a regionalização, prosseguiu depois com a intervenção da presidente da Câmara de Almada, Maria Emília Sousa. Muito aplaudida, a eleita comunista afirmou que é preciso «contrapor à campanha do medo e da mentira a campanha da inteligência e do esclarecimento dos portugueses».

Evocando a sua experiência de 18 anos no poder local, Maria Emília defendeu a criação das Regiões, como forma de potenciar «as grandes virtualidades do poder local, por todos reconhecidas».

### Projecto do Metro tem dez anos

Contudo, identificando os atrasos e as dificuldades nas negociações entre autarquias e o poder central, Maria Emília referiu-se em pormenor ao projecto do Metro do Sul do Tejo, iniciativa das câmaras de Almada, Seixal, Barreiro e Moita desencadeada há dez anos, que apesar de já ter tido o acordo do anterior Governo, foi sucessivamente protelada pelo actual executivo, o qual só agora anunciou estar disposto a lançar o concurso para a primeira fase do projecto.

«Em 1995, com eleições à porta, o Governo do PSD aderiu à proposta das câmaras e agora, em 1998, quando as eleições se aproximam de novo, este Governo vem finalmente dar um ar da sua graça e dar alguma razão às câmaras. Se existisse a região de Lisboa e Península de Setúbal, não tínhamos demorado dez anos e este projecto certamente que teria merecido aprovação de todos os municípios da região.»

Este foi o exemplo dado por Maria Emília para ilustrar «o atraso que existe e continuará a existir se não forem criadas as

regiões administrativas - a autarquia regional - como última parte do edifício do poder local».

Realçando as vantagens desta reforma do Estado, a edil almadense revelou que no passado 21 Outubro a Câmara Municipal de Almada aprovou, com apenas com um voto discordante, um apelo à população para que vote sim às regiões à região de Lisboa e de Setúbal.

### Uma campanha séria

Intervindo de seguida, Carlos Carvalhas considerou que «o apoio declarado da esmagadora maioria dos autarcas, do PCP, PS e mesmo do PSD, à regionalização» é a prova de que se trata de uma reforma benéfica para o país e ao contrário do que muito dizem não retira competências às câmaras mas que lhes permite resolver com muito mais eficiência problemas que agora dependem do Terreiro do Paço.

O secretário-geral do PCP explicou que «somos a favor da regionalização, não por qualquer teimosia ou interesse egoísta ou mesquinho. Somos a favor da regionalização porque é um importante instrumento de descentralização, de aprofundamento da democracia, para que as populações possam controlar e também decidir sobre o seu próprio futuro».

Sobre a campanha do referendo, Carvalhas disse que o PCP procurará «um estilo didáctico», «grande elevação e serenidade». Contudo, alertou: «Não nos peçam que nos calemos, ou que fiquemos atemorizados com os argumentos mentirosos que a direita tem utilizado para despreguiar a regionalização e lançar a confusão entre as populações.»

Rebatendo o líder PP que classificou a propaganda do SIM como «o grau zero da inteligência», Carlos Carvalhas ripostou: «As campanhas do PP e do PSD são o grau cem do conto do vigário.»

### Nem mais um tostão

Depois de contestar a alegada divisão do País, Carvalhas atacou aqueles que falam no aumento das despesas e deixou claro que os comunistas tudo farão para que «não se gaste

(Continuação na página 6)

# Gerir melhor o mesmo dinheiro



## Extractos da intervenção de Carlos Carvalhas

### Este Partido luta pelo SIM

**Este Partido, que defende esta importante reforma do Estado que é a regionalização, é o mesmo que trava a batalha por um melhor Orçamento que se traduza por maior justiça fiscal, que procura o desenvolvimento, por um Orçamento que não se submeta ao Pacto de Estabilidade, que o mesmo é dizer ao marco e ao Banco Central alemão.**

É o Partido que, fiel aos seus princípios e convicções tem por traço mais distintivo o de procurar dar resposta aos problemas do povo e do País, apresentando com coerência e responsabilidade medidas, propostas e projectos de lei que mesmo os nossos adversários políticos são obrigados a reconhecer como positivos, como o testemunham as recentes afirmações do Primeiro-Ministro sobre as nossas propostas sobre fiscalidade. Não fomos nós que aproximámos as nossas propostas à filosofia fiscal do PS. É o PS que, procurando emendar a mão, se aproxima de algumas propostas do PCP.

Mas o Orçamento de Estado é também a política monetária, as privatizações, os benefícios fiscais, as funções sociais do Estado: saúde, educação, habitação. Daí a nossa oposição a este Orçamento.

De facto este Partido, que defende maior descentralização, mais transparência, mais participação das populações é também o Partido que luta para que o País tenha mais e

melhores serviços de saúde, para que deixe de se encontrar completamente vulnerável face aos interesses das multinacionais farmacêuticas, que luta pela promoção da utilização dos genéricos, devidamente certificados, e que entende haver um conjunto de medicamentos, cuja comparticipação financeira sai mais cara ao erário público do que a sua dispensa mesmo que seja totalmente gratuita nos Hospitais e Centros de Saúde.

Este Partido que luta pelo sim à regionalização é também o Partido que levanta a bandeira das reivindicações da juventude, que defende mais e melhor ensino; que denuncia e combate a desaceleração do investimento nas infra-estruturas escolares, do ensino básico e secundário; que denuncia a manipulação da fórmula do financiamento do superior para esconder a real subtração das propinas nos Orçamentos das Universidades. É também o Partido que apoia os estudantes, pais e professores na luta por um ensino de qualidade e que alerta o governo para que ponha os olhos no que se está a passar em França...

Este Partido que luta pelo Sim à Regionalização é o mesmo que combate o sinistro Acordo Multilateral de Investimentos, o famoso AMI, ou seja, a famosa magna carta das multinacionais; é o mesmo que luta por um novo rumo na integração europeia e que defende intransigentemente a soberania e a independência nacional.



# Campanha do referendo arranca em todo o País

nem mais um tostão do que hoje se gasta nas comissões de coordenação regional».

Como recordou, para despesas de funcionamento só as comissões de coordenação regional (não contando com os 18 governos civis) receberam, em 1998, 11 milhões de contos e para o próximo ano o Governo prevê cerca 15 milhões de contos. Este dinheiro é suficiente para concretizar a regionalização disse Carvalho, notando que os governos civis vão ser reduzidos de 18 para 8.

Observando a súbita mudança de opinião que acometeu muitos dirigentes do PSD, nomeadamente Marcelo Rebelo de Sousa, Cavaco Silva, ou Alberto João Jardim, que eram até há pouco acérrimos defensores da regionalização, Carlos Carvalho acusou-os de falta

de seriedade e de estarem já a pensar, não no bem do País e das populações, mas nas eleições legislativas, nas dificuldades que podem criar ao PS e nas perspectivas que deste modo pretendem abrir à AD.

Mais adiante, Carvalho sublinhou que em cada região os serviços públicos terão de se adaptar à nova organização, em vez de se manter a actual situação em que cada Ministério distribui como quer os seus serviços regionais, o que dificulta a vida aos cidadãos.

O secretário-geral do PCP defendeu ainda que a distribuição de verbas se faça mediante uma lei de finanças regionais que, à semelhança do que hoje acontece com os municípios, tenha critérios objectivos observando o princípio da solidariedade entre as regiões mais pobres e as mais ricas.



## Coimbra Pela Beira Litoral

Na sessão pública realizada na sexta-feira, em Coimbra, Carlos Carvalho desafiou aqueles que consideram Portugal pequeno para ser regionalizado a porem em causa as Comissões de Coordenação Regional (CCR), as quais considerou como «uma regionalização feita por Cavaco Silva por baixo da mesa».

Perante mais de duas centenas de pessoas, o secretário-geral do PCP afirmou que é preciso acabar com a actual regionalização «encapotada» das CCR's e «dar ao povo a possibilidade de eleger e controlar» os dirigentes regionais.

Resumindo numa fórmula simples o processo que vai ser referendado no próximo dia 8 de Novembro, Carvalho explicou que a regionalização «é mudar as tabuletas das CCR's para Juntas Regionais, eleger os dirigentes e permitir um controlo das assembleias regionais».

Como recordou, as CCR gerem 400 milhões de contos de fundos europeus e empregam 1500 funcionários sem terem no entanto legitimidade democrática. Para o PCP, disse Carlos Carvalho, a Regionalização é uma «ideia de esquerda» que visa a «transformação social».

Na sessão intervieram ainda Vasco Paiva, pela DORC, Joaquim Almeida da Silva, pela DORAV, e José Teles, pela DORV, respectivamente das direcções regionais do Partido de Coimbra, Aveiro e Viseu, os três distritos que integrarão a futura região da Beira Litoral.

Vasco Paiva desmontou alguns argumentos contra a regionalização, lembrando que para a definição do actual mapa foram consultadas as assembleias municipais, nomeadamente no distrito de Coimbra, onde em 70 por cento dos concelhos que responderam não houve nenhum parecer negativo.

Por sua vez, Joaquim Almeida da Silva sublinhou que PSD e CDS boicotaram a consulta às assembleias municipais do distrito de Aveiro, impedindo assim que a elaboração de mapas mais consensuais. Contudo, disse que a regionalização não depende da perfeição do mapa, depende sim das competências que lhe sejam atribuídas, dos meios financeiros postos à sua disposição e da qualidade dos eleitos que venham a ser escolhidos pelas populações.

Tal como Aveiro, o distrito de Viseu é hoje abrangido por duas Comissões de Coordenação Regional: a CCR do Centro e a CCR do Norte. Este facto, referiu José Teles, obriga a que hoje «habitantes de um mesmo concelho para tratar de assuntos relativos à agricultura vão a Mirandela, da Educação e Ambiente ao Porto e da Saúde a Vila Real e de Protecção Civil a Viseu».

Para além de racionalizar a localização dos serviços, explicou, a regionalização possibilita «um melhor e mais dinâmico aproveitamento de recursos e potencialidades ao nível da agricultura e floresta, do turismo e património, da indústria e do comércio».

## Guimarães

### É preciso falar com rigor

Durante o Comício realizado, no passado domingo, junto ao coreto do jardim municipal de Guimarães, Carlos Carvalho voltou a referir-se aos custos da regionalização, desta vez para comentar as afirmações do ministro João Cravinho, que admitira na véspera custos superiores a 11 milhões de contos.

Como salientou Carlos Carvalho, «já basta de trapalhadas, é preciso falar com rigor», avisando que as contradições só servem para «levar a água ao moinho da direita».

Todavia, o secretário-geral do PCP adiantou que o Partido não dará o seu apoio a um aumento de despesas em relação ao actual esquema administrativo, com as comissões de Coordenação Regional e os Governos Civis. «Na Assembleia da República, na votação do Orçamento nunca aprovaremos um

aumento de despesas», disse Carvalho após o comício citado pela Agência Lusa. Garantiu mesmo que, caso estivesse no poder, o PCP ainda faria com que se «gastasse menos» do que actualmente.

Sobre a campanha do Referendo, Carlos Carvalho sublinhou a necessidade de esclarecer o «maior número possível de cidadãos», «com verdade», para que os eleitores possam «votar em consciência».

Quanto ao mapa, reafirmou que «mais vale uma regionalização imperfeita que nenhuma», frisando que o actual desenho das regiões «não é irreversível» se o sim vencer. Porém, se for o não a ganhar, a regionalização ficará para as «calendas gregas».



Em Portalegre, Carlos Carvalho participou, na quinta-feira da passada semana, num encontro com autarcas do Alentejo sobre «Regionalização e Municipalismo». A iniciativa teve lugar na antiga igreja da Misericórdia







## Encontro com Sindicalistas

Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, participou, na passada semana, num encontro com dirigentes do Movimento Sindical e Associativo dos distritos de Lisboa e Setúbal. A iniciativa, que foi dedicada à Regionalização, teve lugar na Casa do Alentejo.

## SETÚBAL Incineração perigosa

A Comissão Concelhia de Setúbal do PCP considera que o Governo errou ao ter escolhido quatro cimenteiras como possíveis destinos para a co-incineração de resíduos perigosos, constataando em particular a inclusão da Sécil já que estas se encontram numa área ambiental sensível como é a Reserva Natural da Serra da Arrábida e Reserva Natural do Estuário do Sado. A tudo isto, acrescenta a concelhia, junto à Sécil situam-se o Hospital do Outão e um Parque de Campismo. O PCP considera que esta opção ameaça a saúde e segurança das populações, os recursos naturais, a agricultura e o turismo, pondo em causa investimentos em curso e futuros. Estranhando o silêncio do PS e do presidente da CM de Setúbal nesta matéria, os comunistas manifestam-se dispostos a tudo fazer para impedir a co-incineração na serra da Arrábida.

## MEALHADA Organização reactivada

O plenário de militantes do concelho da Mealhada, realizado no passado dia 20 de Outubro, com a participação de Francisco Lopes, membro do Secretariado e da Comissão Política do PCP, terminou com a eleição da Comissão Concelhia, que é composta por nove membros.

O novo organismo tem como tarefas prioritárias dinamizar a actividade partidária no concelho e reactivar a organização concelhia, tendo em vista a preparação de uma assembleia concelhia. Na reunião foi ainda dada particular atenção à ofensiva antilaboral do Governo, que pretende designadamente a generalização do trabalho a tempo parcial; bem como ao processo de regionalização, sobre o qual foi decidido promover uma série de iniciativas de esclarecimento.

## WISEU Agricultores desprotegidos

Solidarizando-se os agricultores do distrito, que devido às intempéries tiveram enormes prejuízos, a DORV do PCP critica em comunicado a política agrícola do Governo e exige medidas que contribuam para o desenvolvimento do mundo rural. A DORV recorda que produtos como o vinho do Dão e a maçã da Beira Alta tiveram perdas na ordem dos 70 por cento, enquanto em resultado da política agrícola, agora agravada pela reforma da PAC, continuam a verificar-se reduções nos preços do leite, das frutas, da carne e vinho, ao mesmo tempo que os produtos estrangeiros entram no mercado sem qualquer controlo. O PCP considera que a declaração de estado de calamidade poderia ter minimizado os prejuízos dos agricultores, que já estão fortemente endividados. A nota recorda ainda que os seguros agrícolas não cobrem a maioria das situações e que os factores de produção continuam a ser dos mais caros da União Europeia.

## VIDIGUEIRA Esclarecer populações

No âmbito da campanha de esclarecimento sobre o referendo, a Comissão Concelhia da Vidigueira promoveu na passada sexta-feira uma sessão em Vila de Frades, em que participaram dezenas de pessoas, entre as quais estavam numerosos jovens. No sábado, o dia começou cedo com a distribuição de propaganda e contactos com a população da Vidigueira e de Vila de Frades. A acção prosseguiu de tarde na freguesia de Selmes, onde muitas pessoas solicitaram esclarecimentos vários, desde como se vota àquilo que está verdadeiramente em causa neste referendo. A equipa rumou depois para Marmelar, onde pelas 17 horas teve lugar uma sessão com João Rocha, presidente da CM de Serpa, terminando a jornada como uma paragem em Alcaria da Serra, onde largas dezenas de pessoas aguardavam pelas 19 horas o início da sessão.

# 5.ª Assembleia da Sorefame A luta é o caminho!

Com a presença de Álvaro Cunhal, realizou-se no passado dia 17 de Outubro, nos Recreios da Amadora, a 5.ª Assembleia da Organização da Célula do PCP na Sorefame.

Os trabalhos, que tiveram a participação de meia centena de militantes, foram iniciados por António Tremeço que historiou a vida da empresa e os ataques e manobras que lhe têm sido desferidos pelos sucessivos governos - incluindo o actual -, em obediência ao grande capital supranacional. Manobras que têm levado a um progressivo desmantelamento da Sorefame e à liquidação de milhares de postos de trabalho, sendo que, hoje, a empresa conta apenas com 700 trabalhadores.

A Assembleia analisou as consequências, para a organização do Partido, da saída de milhares de trabalhadores e do espartilhamento da empresa, concluindo que, apesar do empenhamento de muitos quadros, esse facto serviu para enfraquecer a célula e afectar o seu funcionamento.

Apesar das dificuldades, os comunistas da Sorefame têm pautado a sua acção por uma consciência forte de classe, assumindo um papel preponderante nas lutas que têm sido desenvolvidas tanto a nível interno como a nível mais geral.

As intervenções proferidas por alguns dos participantes, referindo-se à actividade das Comissões de Trabalhadores e Sindical, fizeram também realçar o grande prestígio de que o PCP goza junto dos trabalhadores, que, para estas comissões, continuam a eleger grande número de militantes comunistas.

### Afirmar a célula

A luta por aumentos salariais - que não diz respeito apenas a activos mas também a reformados -; a pretensão do Governo de transformar Portugal num país de serviços, que tudo importa, e as consequências directas dessa política no aumento do desemprego -; e a situação da empresa a nível laboral - reformas antecipadas, despedimentos, transferências de pessoal para empresas associadas, entrada de trabalhadores com vínculo precário, contratos com empreiteiros -, foram outras questões analisadas pela 5.ª Assembleia de Organização da Sorefame e com as quais se mostrou preocupada.

Aliás, em mais de uma intervenção, foi lançado o alerta para os perigos que representa o pacote laboral que o Governo, em conluio com o patronato, pretende aplicar, tendo, entretanto, sido sublinhado que o mesmo não está ainda aprovado, pelo que há que prosseguir com confiança a luta para fazer abortar tal projecto.

Também a imprensa do Partido e a distribuição de materiais

Por fim, a Assembleia da Sorefame elegeu um novo Secretariado de célula e aprovou uma moção de solidariedade com a luta do povo cuba-

Sorefame, a confirmação da elevada consciência política dos seus militantes e a sua influência nos trabalhadores da empresa, as intervenções feitas e a Resolu-



O progressivo desmantelamento da Sorefame fez reduzir os seus efectivos para apenas 700 trabalhadores

informativos foram questões abordadas, tendo sido referido o esforço que está a ser feito no sentido de aumentar a venda do «Avante!» e do «Militante!».

Dando corpo às intervenções verificadas, a Assembleia da Sorefame aprovou uma Resolução Política que aponta, entre outras prioridades, a necessidade do reforço da ligação do Partido aos trabalhadores e aos militantes na empresa, da reactivação dos vários núcleos da célula, da afirmação da célula junto dos trabalhadores como organismo vivo e actuante na defesa dos seus interesses, da promoção de iniciativas de convívio, do reforço do recrutamento e do incentivo à leitura e divulgação da imprensa e materiais do PCP.

no, outra de solidariedade com a luta dos trabalhadores dos Cabos d'Ávila e, ainda, uma saudação ao camarada José Saramago pelo Prémio Nobel com que os seus méritos de escritor foram reconhecidos.

### Organização é essencial

Na intervenção que proferiu, no decurso dos trabalhos, o camarada Álvaro Cunhal sublinhou o facto de o reforço da organização do Partido em geral, nomeadamente das organizações nas empresas, ser de vital importância para a acção presente e futura do PCP.

Para este dirigente, a realização da Assembleia de célula da

ção aprovada testemunham o valor das raízes operárias do Partido como elemento determinante da sua força, natureza e identidade.

A Sorefame, sublinhou Álvaro Cunhal, é testemunho das desastrosas consequências da política de direita, da desindustrialização, de liquidação de milhares de postos de trabalho e de direitos conquistados com a luta ao longo dos anos.

Mas é também testemunho, prosseguiu Álvaro Cunhal, de que, sempre com a classe operária, com todos os trabalhadores, com as massas populares, os comunistas fazem frente à situação, com profundas e firmes convicções, com coragem e com inabalável confiança.

## Encontro de Metalúrgicos do Porto Comunistas defendem viabilidade do sector

A metalurgia não é um sector condenado. Mantém condições de vitalidade no distrito, onde ainda ocupa o terceiro lugar, depois do vestuário e da construção civil. Esta foi uma das conclusões do encontro distrital de trabalhadores metalúrgicos do Porto do PCP, realizado no passado sábado no centro de trabalho da Boavista, em que participou Emídio Ribeiro, membro da Comissão Política do PCP.

Durante a década de 90, o sector metalúrgico perdeu 10 mil empregos, na sequência do encerramento de grandes empresas com a SPSA, Feruni, Longra, Unifer (ex-Oliveira & Ferreirinha), Comanor (ex-Alumínia) e Companhia Portuguesa do Cobre. Só entre 1991 e 1994 foram extintos 7 mil postos de trabalho e nesta segunda metade da década, embora a ritmo menos acelerado, continuou a quebra de emprego no sector, assistindo-se em simultâneo ao aumento da precariedade e à divisão das grandes empresas.

Generalizou-se igualmente o recurso a subempregadas, em particular nas áreas da manutenção, conservação e reparação, a maioria das vezes em condições de concorrência desleal. Para tanto, as empresas desrespeitam do direitos laborais, não

cumprem os contratos colectivos, impõem baixos salários, prémios e subsídios diversos que utilizam como chantagem sobre os trabalhadores, visando o aumento real dos horários de trabalho e a aceitação do emprego sem direitos, com a limitação da actividade sindical.

Realçando a importância do sector, o Encontro apontou ainda várias medidas necessárias, nomeadamente a descentralização da aplicação dos fundos comunitários, integrados nos vários programas de apoio à indústria e às pequenas empresas. Por outro lado, sublinhou que é preciso apostar na formação profissional, melhorar as condições de trabalho e os salários, bem como aumentar o investimento na modernização do sistema de transporte e comunicações.

Em debate estiveram ainda o pacote laboral e a alteração do sistema de segurança social, tendo o Encontro considerado que os novos diplomas que o Governo pretende aprovar visam dar mais poderes e lucros aos patrões e menos direitos e dinheiros aos trabalhadores. Por isso, os presentes apelaram à participação de todos os trabalhadores na luta marcada para hoje, quinta-feira, pela USP/CGTP-IN.



## Portugueses na Alemanha Governo prima pela passividade

O Organismo de Direcção Nacional (ODN) do PCP na Alemanha reuniu-se, no passado sábado, em Düsseldorf, para analisar os principais problemas que afectam os trabalhadores e a comunidade portuguesa neste país.

No decurso da reunião, os comunistas discutiram «aspectos de reforço organizativo com vista a tornar a actividade do PCP mais visível e eficaz junto da comunidade portuguesa», nomeadamente, no seio do movimento associativo, tendo sido sugerida a realização de reuniões, a nível regional, com dirigentes associativos «para melhor identificar as necessidades das associações e seus membros».

Também a questão do Ensino da Língua e Cultura portuguesas na Alemanha e a situação dos professores, resultante «de um concurso mal calendarizado por parte do Ministério da Educação», mereceram a atenção do ODN do PCP, que se propõe continuar a «seguir a evolução da situação num quadro de informações cruzadas e contraditórias». O PCP decidiu, ainda dar conti-

nuidade ao encontro de Estugarda, em que esteve presente o deputado José Calçada, do PCP, apelando aos professores para que participem nas reuniões que vierem a ser realizadas, «por forma a melhor se articular a defesa dos seus legítimos interesses». «Para já», os comunistas consideram «inadmissível» que haja crianças sem escola na área consular de Osnabrück, em «consequência directa da forma como o último concurso foi realizado». Pelo que exigem da Coordenação do Ensino «que a situação seja rapidamente normalizada».

O ODN do PCP aproveitou ainda para denunciar «a demagogia do PSD quanto à transmissão dos jogos de futebol na RTPi», sublinhando que «os portugueses não vão "ter que pagar para ver futebol" como afirma mentirosamente o PSD». A propósito, o

ODN refere o art.º 25, n.º 5 da nova Lei da Televisão - que garante a cessão do respectivo sinal (em directo ou em diferido) aos operadores internacionais -, e afirma que isso significa que «a Sport TV está por lei obrigada a ceder à RTPi a transmissão dos jogos que sejam seu exclusivo e pelos quais a RTPi se interesse», tendo esta ainda «os direitos assegurados dos 33 jogos do campeonato e dos jogos das selecções».

O PCP «alegra-se» com a decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia de emitir um Acórdão favorável aos trabalhadores estrangeiros na Alemanha, «segundo o qual a Caixa de Segurança Social (AOK) tem de atribuir o subsídio de seguro de dependência (Pflegeversicherung) sem subordinação ao local de residência». Trata-se de «uma decisão muito positiva» para os trabalhadores, em geral, e para os trabalhadores portugueses, em especial, mas «para a qual o Governo português nada contribuiu», pois, neste como noutros assuntos, «prima pela sua passividade». Recorda o facto de já

em Novembro de 1996 o eurodeputado comunista Sérgio Ribeiro ter levado esta questão às instâncias comunitárias que, em resposta, «remeteram uma decisão final para a decisão do Tribunal de Justiça». O que levou, então, Sérgio Ribeiro a dirigir-se-lhes de novo para saber que medidas contavam tomar no sentido de «estabelecer a igualdade de tratamento entre trabalhadores, na Alemanha».

Por fim, o ODN do PCP, manifestando o seu regozijo com a atribuição do Prémio Nobel a José Saramago - pela primeira vez à escrita estética em língua portuguesa - considerou que, através dele, «Portugal é engrandecido à escala planetária», pelo que «só resta aconselhar a todos os compatriotas a leitura das obras de José Saramago, permeadas de valores humanistas e progressistas».



Pelo Acórdão do Tribunal de Justiça da UE, os trabalhadores estrangeiros na Alemanha vão passar a ter um subsídio de seguro de dependência, sem subordinação ao local de residência

## 6.ª Assembleia de Castelo Branco elege nova Comissão Concelhia

Sob o lema «Um Partido Mais Forte e Influente», a Organização de Castelo Branco do PCP, após cinco anos de intervalo, reuniu, no passado sábado, em Castelo Branco, com a presença de Francisco Lopes, membro do Secretariado e da Comissão Política, a sua 6.ª Assembleia de Organização Concelhia.

Um documento distribuído aos participantes, relatando as actividades desenvolvidas pela organização durante estes anos - «Debates com o País, por uma nova Política»; comemoração

do 75.º aniversário do PCP e XV Congresso; acompanhamento das lutas dos agricultores e no sector Têxtil; participação nas campanhas eleitorais para o Parlamento Europeu, para a Presidência da República e para as Autarquias; esclarecimento sobre o processo da Regionalização, entre outras -, serviu de base à discussão realizada.

Em debate esteve também a organização do Partido no distrito e a actividade dos seus eleitos nas autarquias, tendo a Assembleia apontado para a necessida-

de do reforço do recrutamento, de um melhor funcionamento da organização e de uma mais cuidada preparação das assembleias de Freguesia e Municipal.

Como exemplo do importante papel desempenhado pelo PCP/CDU no esclarecimento e mobilização das populações, o documento refere ainda a acção desenvolvida pelos seus eleitos na luta contra a pretensão do Executivo Camarário de privatizar a água e contra a instalação de resíduos industriais perigosos em Ferrarias (Freixial do Campo). Referida é, ainda, a denúncia que tem vindo a ser feita dos «gravíssimos atentados urbanísticos praticados durante mais de uma década pela gestão PSD».

No campo eleitoral, o documento-base destaca as eleições autárquicas de 1997, onde a CDU concorreu a um maior número de freguesias, obtendo um maior número de votos e matendo o número de eleitos no concelho, passando a deter responsabilidades no Executivo da Junta de Freguesia da Ladroas.

Por fim, a 6.ª Assembleia de Organização Concelhia de Castelo Branco elegeu uma nova Comissão Concelhia, composta de 20 membros, dez dos quais eleitos pela primeira vez, e aprovou uma Resolução Política que traça, com base na discussão havida, as linhas orientadoras para a actividade do PCP em Castelo Branco nos próximos tempos.

## Rodoviária da Beira Litoral Uma gestão «asfixiante»

Face à degradação crescente da Rodoviária da Beira Litoral, a célula do PCP na empresa entendeu seu dever alertar publicamente para a situação que aí se vive.

Quando da privatização da empresa, em 1993, a maioria do capital foi subscrito pela Rodoviária de Entre Douro e Minho/Braga, e a sua administração, depois de «várias metamorfoses», acabou por ser confiada ao eng.º José Neves que, desde há mais de dois anos, «tem posto e disposto a seu belo prazer» dos destinos da empresa, designadamente comprando parte significativa de uma empresa de transportes de que já era sócio e adquirindo duas outras empresas de menor dimensão.

Não tendo sido, até este momento, injectado qualquer capital na empresa, ela tem vindo a pagar-se a si própria e, possivelmente, a ser descapitalizada para suprir dificuldades noutras. A verdade é que, tudo o que na empresa tem significado (os imóveis da Casa Branca e da Fernão de Magalhães e as novas viaturas) está alienado a leasing, o que traduz um «endividamento asfixiante». Ao mesmo tempo, adquire autocarros velhos - procedendo ao envelhecimento da frota.

Entretanto, os escritórios foram desalojados do edifício Casa Branca e, embora aí se mante-

nha parte das oficinas e manutenção das viaturas, ouve-se já dizer que está para breve o desinvestimento de todas as instalações.

Quanto à Gare na Avenida Fernão de Magalhães, a célula do PCP alerta para sua progressiva degradação, pela construção de um imóvel ao lado, e para a falta de dignidade das actuais instalações. Por outro lado, não se conhece qualquer iniciativa da Empresa no sentido de pressionar a Autarquia para a construção de uma Central de Camionagem, condizente com a importância da cidade de Coimbra.

Depois de chamarem ainda a atenção para os cortes feitos nas carreiras, sem que tenha havido um esforço sério junto das autarquias no sentido de ajudarem economicamente a mantê-las, os comunistas denunciam os ritmos de trabalho impostos pela excessiva rescisão de contratos de trabalho e alertam para o eventual aparecimento da «praga» dos salários em atraso.

Há, no entanto, em sua opinião, condições para inverter a situação, pois a qualidade dos trabalhadores é uma «garantia de êxito», a empresa possui parte significativa da Rede Nacional Expressos, tem uma área comercial pujante e serve parte significativa da região centro do País.

### CAMARADAS FALECIDOS

#### António Augusto Anuniação

Foi a enterrar, no passado domingo, o camarada António Augusto Anuniação, que contava 81 anos de idade. Era um membro activo da Organização Concelhia de S. João da Pesqueira. Desde cedo e até à data da sua morte, destacou-se nas lutas em defesa dos interesses dos mais desfavorecidos.

#### Griselda Maria da Rocha Carvalho

Faleceu, no passado dia 20, a camarada Griselda Carvalho, professora do ensino secundário na Escola Secundária Gonçalves Zarco, em Matosinhos. A camarada, que tinha recentemente completado 27 anos, militava na Organização de Freguesia de Leça da Palmeira.

#### Octávio do Vale Assunção

Faleceu, no dia 3 de Outubro, com 63 anos de idade, o camarada Octávio do Vale Assunção, natural da Quinta do Anjo, Palmela, e residente na Baixa da Banheira. Militante do Partido desde 1974, pertenceu à célula da Quimigal-Barreiro, onde tinha a tarefa de fundos que sempre desempenhou com grande dedicação. Era muito considerado e estimado por camaradas e amigos.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

## Delegação do PCP visita Ramada

A Direcção Concelhia de Loures do PCP, acompanhada pelos deputados comunistas António Filipe e Bernardino Soares e por alguns técnicos, entre os quais o director dos Correios de Lisboa e Setúbal e o representante do Comando da PSP de Loures, visitaram, na sexta-feira passada, a freguesia da Ramada, onde contactaram eleitos, entidades locais e população.

Dos contactos efectuados, sobressaiu a justeza das iniciativas da Junta de Freguesia e da Câmara de Loures, junto da Administração Central, no sentido da reivindicação de equipamentos como o Centro de Saúde e a Esquadra da Polícia, o Pavilhão Gimnodesportivo e a Estação dos Correios, estruturas que os comunistas consideram essenciais para a melhoria da qualidade de vida da população.

A delegação, recebida na Escola Secundária da Ramada pelo Presidente do Conselho Directivo,

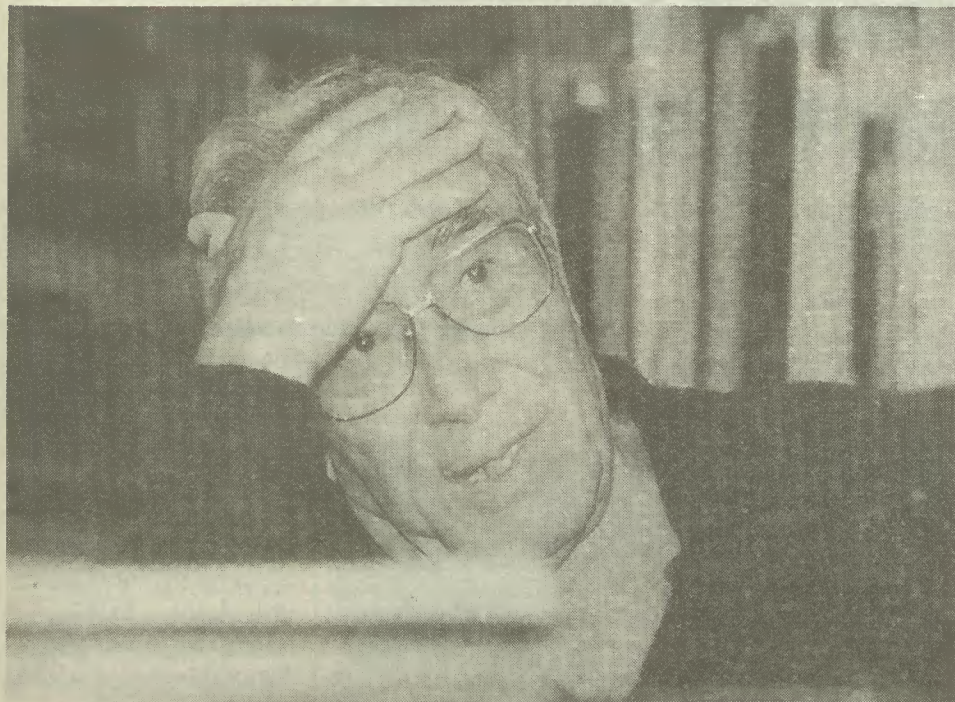
abordou ainda o problema das acessibilidades, designadamente a Saída da Radial no Nó da Ramada - um dos acessos rodoviários mais importantes na Zona Oriental de Loures que, para além da Ramada, serve freguesias como Odivelas, Caneças, Famões e, mesmo, Santo António dos Cavaleiros e Póvoa de Santo Adrião.

Os deputados do PCP e a Direcção Concelhia de Loures visitaram ainda as obras de construção do Complexo da Igreja Paroquial, equipamento que até hoje só contou com apoios da Câmara Municipal, aguardando da Administração Central a concretização dos compromissos assumidos.

No final, o PCP comprometeu-se a intervir na Assembleia da República, nas autarquias e junto da população, no sentido de contribuir para a resolução destas importantes carências da Freguesia da Ramada.



# Morreu Cardoso Pires



## «Só se escreve porque se gosta da vida»

Morreu José Cardoso Pires, com 73 anos, após quatro meses em coma profundo. A morte depois de um primeiro sobressalto, uma experiência de morte branca, de que resultou um dos seus últimos livros "De Profundis - Valsa Lenta".

Testemunho ímpar. "Era um glaciário, a morte branca. A memória congelada. Se o sonho é já por si uma memória, sem memória poderá o indivíduo sonhar?", perguntou-se, então, em nota de apêndice.

Nascido em São João do Peso, Castelo Branco, a 2 de Outubro de 1925, José Cardoso Pires sempre se assumiu de facto como um escritor das realidades citadinas. Um escritor lisboeta, como ressalta, em particular, dessa espécie de "roteiro pessoal" da cidade - o seu último livro - "Lisboa - Livro de Bordo".

Cardoso Pires deixa uma vasta obra, que retrata a evolução da sociedade portuguesa, nos domínios da ficção, teatro, ensaio e crónica, com tradução em 15 línguas.

Entre as suas obras de ficção, género que iniciou em 1949 com "Os Caminheiros e Outros Contos", destacou-se a "Balada da Praia dos Cães", um retrato vivo das contradições sociais, que foi tema para o filme com o mesmo nome, realizado por Fonseca e Costa.

Para o teatro, Cardoso Pires escreveu "O Render dos Heróis" e "Corpo - Delito na Sala dos Espelhos". Nos últimos anos dedicou-se particularmente às crónicas/memórias.

Grande parte da sua obra evoca os tempos do fascismo, a ditadura de Salazar e Marcelo Caetano. O romance "O Hóspede de Job", publicado nos anos 60, foi um protesto contra a guerra colonial portuguesa, em memória do seu irmão mais novo que morreu com 21 anos num acidente de aviação, durante o serviço militar.

Na bibliografia de Cardoso Pires destacam-se ainda os títulos "A Cavalinho do Diabo", "O Anjo Acorado", "Cartilha do Marialva", "O Delfim", "Dinossauro Excelentíssimo", "E agora, José?" e "Alexandra Alpha" (Prémio especial da Associação de Críticos Brasileiros, assumida pelo autor como a sua obra preferida).

Em Dezembro de 1977, recebeu o Prémio Pessoa, e em 1998 foram-lhe atribuídos o Prémio D. Dinís da Fundação da Casa de Mateus, o Prémio Vida Literária da Associação Portuguesa de Escritores (APE) e o Prémio de Crítica do Centro Português da Associação Internacional de Críticos Literários.

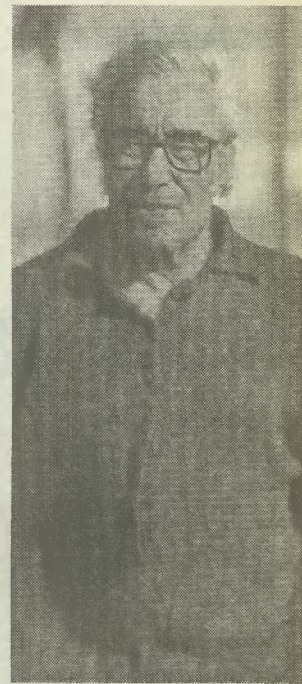
Em 1991, Cardoso Pires foi distinguido com o importante prémio União Latina de Literatura, deixando para trás candidatos tão fortes como Marguerite Duras e Gonzalo Torrente Ballester.

A sua obra foi traduzida em línguas tão diferentes como o finlandês, o grego, o búlgaro, o catalão, o polaco, o italiano, o romeno, o russo, o alemão, o checo ou o castelhano.

Escritor até ao fim, anunciara para breve o lançamento de um novo livro, mas, ainda em Julho, em Lisboa, recusara levantar a ponta do véu sobre o projecto que tinha entre mãos.

Sobre o notável sucesso alcançado pela sua obra "De Profundis - Valsa Lenta", o escritor atribuiu-o ao tema tratado, a morte. "Felizmente, a morte discute-se hoje como nunca se discutiu", comentou então. "Passou a ser encarada como qualquer coisa que faz parte do ciclo da vida."

Logo em seguida, defendeu: "A literatura é vida, mas é também morte, ou seja, é a discussão da morte. Enquanto houver morte há literatura. Mas só se escreve porque se gosta da vida."



## Obrigado, Zé.

Esperávamos e temíamos a notícia há vários meses. Apesar disso ela chegou com a violência e a dor das notícias inesperadas.

Com a morte de José Cardoso Pires perdemos um dos maiores escritores do nosso tempo; um homem de convicções, vertical e coerente; um amigo insubstituível. E assim sendo, foi muito o que perdemos mas é muito, também, o que, do Zé, nem a morte conseguirá roubar-nos.

Porque connosco ficará todo o tempo a obra notável do grande escritor, a sua prosa depurada, onde nada falta e nada está a mais, "sem plumas"... e os personagens que criou e através dos quais nos mostra este país que somos e que queremos melhor.

Porque connosco ficará todo o tempo a impressiva marca do homem lúcido e corajoso, do cidadão interveniente e sempre posicionado do lado da justiça, da solidariedade, da liberdade, do progresso, dos explorados e dos que lutam contra a exploração.

Porque connosco ficará todo o tempo a inapagável memória do amigo, das longas, longas conversas, dessas voltas ao mundo e à vida que com frequência dávamos, sem pensar nas horas que passavam, na noite que avançava, na madrugada que chegava.

Por tudo isto, obrigado, Zé.

José Casanova

## Mensagens de pesar pela morte do escritor e do humanista

Múltiplas têm sido as mensagens de pesar pela morte de Cardoso Pires. De escritores e intelectuais a trabalhadores. Das mais diversas organizações.

A morte de "um cidadão socialmente empenhado, atento à vida e às suas contradições, mas reflectindo sempre na sua escrita uma perspectiva de optimismo quanto ao futuro da Humanidade e dos homens", é referida em nota da CGTP-IN, que lembra que o escritor, pouco antes de cair doente, tinha aceite o convite de falar sobre Lisboa, numa iniciativa dedicada ao 50.º aniversário da morte de Bento de Jesus Caraça.

Em telegrama enviado à família do escritor, Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, diz: *Com profunda tristeza expresso os meus sentimentos pêsames à família do amigo, do grande escritor, do humanista e interventor cívico que foi José Cardoso Pires.*

De seguida, aqui reproduzimos, na íntegra, os comunicados da Comissão Política do PCP e do Sector Intelectual da ORL do Partido Comunista Português.

### Comissão Política do PCP

A morte de José Cardoso Pires constitui uma perda irreparável para a Literatura da Língua Portuguesa e para a cultura nacional.

A morte do grande escritor é também a perda do cidadão combativo, vertical e solidário, do democrata empenhado e interveniente, do homem de esquerda que sempre se situou ao lado da liberdade e da democracia, dos explorados, dos humilhados e ofendidos.

A Comissão Política do PCP, traduzindo o sentir dos comunistas portugueses, manifesta o seu profundo pesar pela trágica ocorrência e expressa à família de José Cardoso Pires as mais sentidas condolências.

### Sector intelectual da ORL do PCP

Morreu um dos maiores escritores portugueses do nosso tempo. Recolhemo-nos perante a sua memória. Mas saudamos acima de tudo a sua obra, que a morte não conseguirá destruir.

José Cardoso Pires, pela precisão e depuração da sua prosa, pela imaginação e inventiva dos seus textos, pela sua ironia subtil e algo amargurada, pela forma como exprime a ternura para com as figuras populares, pelo grande amor à cidade onde cresceu e se fez homem, deixou na nossa literatura um lugar marcante, que merece a admiração de todos os portugueses.

Mas não ocorreu apenas o desaparecimento físico do grande escritor e do homem de cultura. Perdeu-se um cidadão sempre interveniente e atento, sempre pronto a denunciar as prepotências e as injustiças, sempre disponível para a defesa das causas justas e dos valores da paz, da solidariedade e do progresso.

A Direcção do Sector Intelectual da ORL do Partido Comunista Português lamenta a perda do escritor e do cidadão. Mas assinala, sobretudo, a importância da sua actividade criativa para a cultura portuguesa deste século e da sua intervenção cívica para a implantação e defesa da democracia.

*O corpo do escritor José Cardoso Pires, que morreu na madrugada de segunda-feira, foi cremado dia 27 no Cemitério do Alto de S. João, ficando as cinzas depositadas no Mausoléu dos Artistas, nos Prazeres. No funeral estiveram presentes vários dirigentes do PCP, nomeadamente o secretário-geral, Carlos Carvalhas, e os membros da Comissão Política José Casanova, Domingos Abrantes e Vítor Dias*





## TRABALHADORES

## Conferência

Reestruturar, fortalecer e inovar são os objectivos apontados pelo Conselho Nacional da CGTP-IN para a 3.ª Conferência de Organização Sindical, que terá lugar a 27 e 28 de Novembro, no Porto, e cujos documentos se encontram em discussão nas estruturas da central aos vários níveis. O «Projecto de Teses» aborda, em meia centena de páginas, a importância e actualidade do sindicalismo; a organização das empresas e do trabalho; a reestruturação, o fortalecimento e a inovação na organização; e o movimento sindical português - estrutura orgânica e tendências. Na preparação da conferência estão ainda em análise cinco «textos de apoio», sobre a evolução sectorial e regional do emprego; a composição deste segundo o sexo, a idade e o vínculo laboral; a evolução da estrutura empresarial; as modificações na organização da produção e do trabalho; e a Administração Pública. Os documentos podem ser solicitados na central e nas sedes de sindicatos, uniões e federações, e estão disponíveis na página da CGTP na Internet ([www.cgtp.pt](http://www.cgtp.pt)).

## Impugnação

A CT do Banco de Portugal solicitou a impugnação da recente nomeação de um administrador, por não ter sido previamente pedido o parecer exigido por lei. Além do Supremo Tribunal Administrativo, os representantes dos trabalhadores do banco central dirigiram-se ainda ao Procurador Geral da República e ao Provedor de Justiça. O pedido da CT foi entregue a 15 de Setembro no STA e foi noticiado na semana passada pela Lusa, que refere o facto de a Comissão de Trabalhadores ter alertado o ministro das Finanças para a obrigatoriedade do seu parecer, notando ainda que a resolução do Conselho de Ministros sobre a nomeação até afirma que a CT teria sido ouvida.

## Quadros

A proposta de lei sobre generalização do trabalho a tempo parcial mereceu na semana passada o parecer negativo da Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos. No texto que divulgou sexta-feira, a confederação afirma que, caso tal proposta passasse a lei, o trabalho a tempo parcial tenderia a substituir o trabalho a tempo completo, como sucedeu com a precariedade dos vínculos laborais, «com graves custos para os trabalhadores».

# Estudo da CGTP sobre emprego

## Metade dos assalariados está em Lisboa e no Porto

Nos últimos 12 anos aumentou o peso das mulheres e diminuiu a percentagem de jovens nos trabalhadores por conta de outrem, refere um estudo da CGTP-IN, elaborado para a Conferência de Organização Sindical, que decorrerá no final de Novembro, no Porto.

Cerca de metade do emprego por conta de outrem em Portugal concentra-se em Lisboa e no Porto, distritos que empregam quase um milhão de trabalhadores. De acordo com o estudo da Intersindical Nacional, citado pela Agência Lusa, os dois distritos concentram 41 por cento dos empregos da indústria transformadora, 48 por cento da energia e 48 por cento da construção civil e obras públicas. São responsáveis ainda por 51 por cento dos empregos da hotelaria, 66 por cento dos transportes e comunicações, 71 por cento do sector financeiro, 73 por cento das actividades imobiliárias e serviços às empresas, 58 por cento da educação e 48 por cento da saúde.

Em números absolutos, os distritos de Lisboa e Porto — que empregam respectivamente 567 924 e 428 770 trabalhadores por conta de outrem — são seguidos pelos de Braga, com 192 742, Aveiro, com 165 402, e Setúbal, com 119 177.

Beja, Bragança, Évora, Guarda, Portalegre e Vila Real são os únicos distritos cujo número de trabalhadores ronda ou é inferior aos 25 mil, representando no conjunto 100 mil pessoas (5,5 por cento do total). Castelo Branco, Coimbra, Faro, Leiria, Santarém, Viana do Castelo e Viseu empregam, no conjunto, cerca de 400 mil trabalhadores, o que corresponde a cerca de 20 por cento do total.

Os restantes distritos detêm cerca de 46 por cento do emprego agrícola, mas não vão além dos 12 por cento nas outras actividades.

### Tendência para o terciário

Na última década, o número de trabalhadores ao serviço das empresas aumentou 256 mil em todo o País, verificando-se uma tendência contínua para a terciarização do emprego, diz o estudo da *Inter*.

Os serviços passaram a representar 54,8 por cento do total do emprego, tendo um aumento de 12,4 por cento entre 1985 e 1997. O comércio, a administração pública, o ensino, a saúde e serviços sociais foram, em 1997, as actividades mais importantes deste sector, absorvendo 71,8 por cento do emprego por conta de outrem nos serviços e 43 por cento do total nacional.

No mesmo período, o emprego na indústria diminuiu, tendo a indústria extractiva e a transformadora perdido peso a favor da construção.

### Mulheres, jovens e precários

Nos últimos 12 anos, a composição do emprego por sexo e idades também sofreu altera-

produção e das empresas verificadas nos últimos anos tiveram reflexos importantes no emprego, tanto em termos quantitativos como qualitativos. A contratação a termo



O número de assalariados não baixou, no global, mas verificou-se uma quebra nas grandes empresas e um elevadíssimo crescimento nas micro-empresas

Em 1997, as actividades industriais mais importantes para os trabalhadores por conta de outrem foram a construção e a indústria têxtil, do vestuário e calçado, seguidos das indústrias química, de madeiras e papel, da metalurgia e metalomecânica, e da alimentar. Estes seis subsectores absorviam mais de 81 por cento do emprego assalariado na indústria.

Entre 1992 e 1997 a indústria perdeu 79 mil postos de trabalho por conta de outrem (6,5 por cento do seu emprego); a indústria transformadora e a extractiva não conseguiram recuperar o nível de emprego perdido, ao contrário da electricidade/gás/água e da construção civil. O sector dos serviços, apesar do crescimento global, também perdeu 3,4 por cento dos seus postos de trabalho (65 mil empregos); os transportes, os correios e telecomunicações, o comércio, a administração pública e o ensino foram as actividades mais afectadas.

ções significativas: aumentou a participação feminina e diminuiu a representatividade dos jovens entre os 15 e os 24 anos.

A taxa de actividade feminina, que em 1985 não chegava aos 38 por cento, era de 43 por cento em 1997. Segundo a CGTP, isto mostra que o aumento da taxa de actividade global se deve muito mais ao crescimento da taxa de actividade feminina do que à da masculina, embora esta também tivesse aumentado um pouco. O aumento do emprego feminino foi sempre contínuo ao longo dos anos de recessão, o que não aconteceu com o masculino.

Quanto aos jovens, a sua taxa de actividade passou de 60,7 por cento, em 1985, para 44,7 por cento, em 1997, contrariamente à evolução verificada com a taxa global de emprego.

De acordo com o mesmo estudo da Intersindical, as mudanças na organização da

certo ou incerto, o aumento do trabalho a tempo parcial, o teletrabalho e o trabalho independente são apontados como exemplos.

Nos últimos 12 anos, os contratos não permanentes aumentaram apenas um por cento, mas nos últimos cinco anos verificou-se um aumento de 11,5 por cento, ao mesmo tempo que os contratos permanentes registaram um decréscimo de 7,3 por cento.

Quanto ao emprego a tempo parcial, mais frequente entre as mulheres, tem aumentado desde 1987 (mais 8,6 por cento de 1987 a 1995). A maioria dos empregos a tempo parcial concentra-se nos serviços (77,5 por cento).

Nos últimos cinco anos, o emprego por conta própria aumentou 3,7 por cento, representando 21,4 por cento do total de empregos em 1997.

## Mais micro-empresas

Nos últimos anos, aumentou o número de micro e pequenas empresas na estrutura empresarial portuguesa, bem como o seu peso no volume de emprego. O estudo da CGTP refere que, entre 1985 e 1995, o crescimento médio anual do número de micro-empresas (até nove pessoas ao serviço) foi de 7,6 por cento, enquanto o das pequenas (10 a 49 empregados) foi de 3,4 por cento e o das médias (50 a 199 empregados) foi de 1,7 por cento.

Neste período, as grandes empresas (com mais de 200 trabalhadores) diminuíram 0,5 por cento e, no caso das maiores empresas (com mais de 500 trabalhadores), verificou-se uma redução do seu número absoluto de 348 para 276.

Em consequência destas alterações, o número médio de pessoas ao serviço das empresas baixou substancialmente, passando de 20 para 12.

De acordo com o mesmo estudo, a actual estrutura empresarial portuguesa é semelhante à

da União Europeia e apresenta-se bastante uniforme nos diferentes distritos. No entanto, em Aveiro, Braga e Porto o peso das micro-empresas é um pouco menor, enquanto em Beja, Bragança e Vila Real é ligeiramente superior.

Na mesma década, o emprego aumentou 79 por cento nas micro-empresas, num total de 220 mil trabalhadores, 36 por cento nas pequenas empresas, um total de 155 mil trabalhadores, e 13 por cento nas médias empresas, um total de 51 mil trabalhadores. Ao mesmo tempo diminuiu 15 por cento (114 mil pessoas) nas grandes empresas.

Também neste aspecto a situação portuguesa não é muito diferente da globalidade da UE, onde as PME concentram cerca de dois terços do emprego (cerca de 70 por cento em Portugal).

No nosso país, o emprego nas PME tem mais importância na construção civil (78 por cento do pessoal está em empresas com menos de 200 trabalhadores) e no comércio, restauração e alojamento (cerca de 44 por cento).

## Números da terceira idade

Cerca de 15 por cento da população portuguesa tem 65 ou mais anos, sendo que a maioria pertence ao sexo feminino, é casada, pouco ou nada escolarizada e os que trabalham fazem-no sobretudo na agricultura. Este é o retrato feito pelo Instituto Nacional de Estatística em vésperas do Dia Mundial da Terceira Idade, que se assinalou ontem. Assim, em 1997 havia em Portugal milhão e meio de indivíduos com 65 ou mais anos, mais 200 mil do que em 1990. Na leitura do INE, refere a Lusa, o peso relativo desta população tende a subir, pois ao mesmo tempo que aumenta a esperança de vida diminui a natalidade.

Entre os idosos, são mais as mulheres (59 por cento) do que os homens, desequilíbrio atribuído à sobremortalidade masculina. A desproporção entre sexos é maior à medida que avança a idade, sendo que no grupo etário dos 85 ou mais anos há 233 mulheres por cada 100 homens. Esta é uma população maioritariamente casada, mas o número de mulheres que vivem sozinhas é superior ao de homens, dada a mortalidade masculina.

A escolarização é um fenómeno alheado da terceira idade, porquanto em em cada dois idosos não concluiu qualquer grau de ensino e apenas 3,3 por cento estudaram até, pelo menos, ao secundário. Dos iletrados, a maioria (69 por cento) é do sexo feminino. Estes baixos índices explicam-se pelos condicionamentos existentes na época em que esta população deveria ter frequentado a escola.

Não obstante o aumento da longevidade, não é muito positiva a imagem que estas pessoas têm da sua própria saúde: só 16 por cento afirmam ter uma saúde boa ou muito boa, menos de metade do que pensam os seus homólogos na restante União Europeia. Ainda assim, o último Inquérito Nacional de Saúde, que remonta a 1995/96, indicava que 2,4 por cento dos portugueses com 65 ou mais anos faziam exercício físico, o que é bastante elevado por comparação com os 9,5 por cento que o praticam entre os indivíduos com 15 ou mais anos. Fumar e beber são hábitos mais enraizados entre a terceira idade: seis por cento fumam em média 15 a 18 cigarros por dia, e 72 por cento bebem álcool várias vezes por semana. Uma boa percentagem (16,1 por cento) dos idosos portugueses ainda trabalha, ocupando-se dois terços na agricultura e sendo 83 por cento deles trabalhadores por conta própria.



## TRABALHADORES

# Interjovem contesta pacote laboral

## «Trabalho com futuro» em vez de precariedade

O protesto dos jovens na baixa lisboeta

A organização de juventude da CGTP-IN levou às ruas de Lisboa e do Porto o seu alerta contra as graves consequências de algumas peças legislativas do Governo PS, como a generalização do trabalho a tempo parcial e o alargamento do período máximo de sucessivos contratos a prazo.

Depois de, na passada quinta-feira, receber um documento da Interjovem denunciando o aumento da precariedade e da insegurança dos jovens no emprego, caso se concretizem as alterações à legislação laboral que o Governo tem em marcha,

o secretário de Estado das Relações Laborais continuou a declarar que «a principal característica dos diplomas apresentados é o reforço da protecção aos mais vulneráveis».

Os autores do documento e promotores de uma concentração de jovens activistas sindicais deram então início a uma marcha de protesto, sob o lema «Pelo trabalho com futuro», que começou em frente ao Ministério do Trabalho, na Praça de Londres, e seguiu até à Rua Rosa Araújo, onde o ministro Ferro Rodrigues tem o seu gabinete.

Na Praça de Londres os jovens sindicalistas deixaram «plantados» cartazes, afirmando que «O futuro constrói-se com qualidade, não com precariedade». Os manifestantes percorreram a Avenida Almirante Reis até à Praça da Figueira, acenando bandeiras e gritando palavras de ordem como «Tempo parcial só interessa ao capital» e «O Governo anda a reboque, vai levar com o pacote».

Durante uma paragem da marcha, na Praça da Figueira, interveio Carvalho da Silva, que apontou a iniciativa da Interjovem como «o início de uma acção da CGTP em torno dos

diplomas da legislação laboral», um pacote que «nega a essência do trabalho».

### Precariedade passa a lei

Referindo-se ao regime jurídico das férias (o Governo propõe que o gozo de férias fique dependente da assiduidade e que o período mínimo obrigatório possa ser reduzido até ao limite de dez dias úteis), à generalização do trabalho a tempo parcial e ao alargamento de três para quatro anos no período de sucessivos contratos de trabalho a termo, o coordenador nacional da Interjovem disse que tais medidas vão gerar «uma situação de precariedade insustentável, que afecta principalmente os jovens». Também citado pela Lusa, Fernando Ambrioso notou que o Governo, «em vez de resolver a situação de quem se encontra indefinidamente sujeito a contratos a prazo, permite que esta se prolongue».

A flexibilização do horário vem agravar ainda mais as consequências do regime de trabalho em tempo parcial, salientou Fernando Ambrioso, dado que «impede que o jovem possa procurar um segundo emprego a tempo parcial, pois não tem um horário de trabalho definido».

Igualmente para protestar contra as graves alterações à legislação laboral, activistas da Interjovem concentraram-se, também no dia 22, na Avenida da Boavista, no Porto.



## O exemplo da Sonae

O CESP/CGTP denuncia, numa nota que fez chegar à nossa Redacção, o modo como actualmente são praticados horários de trabalho a tempo parcial, que «proliferam» nos hipermercados Modelo e Continente, «até que o pacote de leis laborais do Governo legalize estas ilegalidades e a gestão para coisa ainda pior», uma vez que os responsáveis daquelas grandes superfícies comerciais «estão sempre na vanguarda... do pior».

O Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal revela como horários «feitos no computador» desrespeitam o contrato colectivo de trabalho, «para efeitos de redução de salário e de subsídio de refeição»:

- 2.ª-feira, a jornada inicia-se às 10.45 horas, prolongando-se por 5.45 horas de trabalho;
- 3.ª-feira, folga;
- 4.ª-feira, entrada às 10 horas, fazendo pelo menos 7 horas de trabalho;
- 5.ª-feira, folga;
- 6.ª-feira, início às 10.15 horas, trabalhando pelo menos 5.15 horas;
- sábado, entrada às 10.30, cumprindo pelo menos 7 horas de trabalho;
- domingo, entrada às 8.45 horas, trabalhando pelo menos 5 horas.

O CESP refere depois as normas em vigor, de acordo com o contrato negociado com a associação patronal do sector (a APED, em que são filiadas as empresas de distribuição do Grupo Sonae), exigindo o seu cumprimento:

- a escala de horário é para durar um mês inteiro;
- os dois dias de descanso semanal devem ser preferencialmente consecutivos;
- as mudanças de horário com implicações no descanso semanal carecem de prévio acordo escrito do trabalhador e devem ser afixadas com um mês de antecedência.

## «Profunda injustiça» no Orçamento para 99

Para a CGTP-IN, «quem tem contribuído vai continuar a contribuir, e quem não tem contribuído vai continuar a não contribuir», no Orçamento do Estado proposto pelo Governo para o próximo ano. Carvalho da Silva afirmou que se trata de um Orçamento «de profunda injustiça, com migalhas de justiça numa área ou outra».

No final da reunião de segunda-feira da Comissão Executiva da central, o coordenador da Inter expressou especial indignação com o facto de, na elaboração do OE e no discurso de dirigentes da direita a propósito dos impostos, se continuar a

dirigir a carga fiscal para os trabalhadores por conta de outrem, deixando de fora a tributação de rendimentos do património e do capital.

Acompanhando por Manuel Lopes e Maria do Carmo Tavares, Carvalho da Silva criticou o Governo por apresentar no OE uma «referência irrealista e por baixo» relativamente à inflação esperada, postura tanto mais grave quanto às instâncias comunitárias foram indicados valores superiores. A CGTP denuncia esta tentativa de limitar os aumentos salariais e reafirma que, para além da inflação, as actualizações de salários devem levar em conta outros factores importantes, como o crescimento do PIB e da produtividade (nacional e nos sectores), e devem cumprir o objectivo de aproximação à média das remunerações praticadas nos outros países da União Europeia.

A insistência na política de privatizações é, para a CGTP, «inaceitável», notando Carvalho da Silva que a onda neoliberal já está em refluxo na Europa, onde vários Governos já encaram o sector público como instrumento estratégico.

O surgimento de mecanismos de plafonamento e selectividade na Segurança Social revela que pode estar tomada «uma opção extremamente grave» nesta matéria, com uma antecipação do Governo à reforma que está em discussão. A CGTP protesta ainda contra a prevista descapitalização da Segurança Social, que se completa com alterações pretendidas na legislação laboral.

Apesar de encontrar algumas «respostas positivas pontuais» a reivindicações dos trabalhadores (mais um escalão no IRS, transformação de abatimentos em deduções à colecta), a CGTP vai ainda «avançar com propostas nesta área, para tentar que haja mais alguns grãos de justiça neste OE de injustiça», disse o coordenador da central.

## Uma semana de lutas

Com a atenção da opinião pública e os esforços de muitos sindicalistas a serem solicitados para outras importantes questões, como o referendo e o Orçamento do Estado, a CGTP está a levar a cabo durante esta semana uma jornada nacional de esclarecimento e luta contra o pacote laboral do Governo PS.

Para hoje à tarde estão marcadas concentrações em Lisboa (na qual se integram representações de empresas e sectores deste distrito e de Setúbal, que seguirão em desfile desde a Praça da Figueira até à Assembleia da República), no Porto (na Praça da Liberdade), no Entroncamento (junto à estação da CP). Também hoje tem lugar uma vigília junto do Governo Civil de Castelo Branco. Em Coimbra realiza-se um plenário público nas escadadas da estação nova.

Amanhã à tarde, em Braga, trabalhadores e sindicalistas concentram-se no Parque da Ponte, deslocando-se depois até ao Governo Civil. No Largo Paulo VI, em Leiria, realiza-se um plenário sindical público. Em Aveiro, uma delegação da União dos Sindicatos do distrito entrega no Governo Civil um pacote de pareceres aprovados em reuniões e plenários.

O quadro das principais acções desta jornada nacional foi divulgado segunda-feira, no final de uma reunião da Comissão Executiva da CGTP-IN. A central, durante estes dias, vai ainda desenvolver vários contactos com organizações de juventude, já que as alterações à legislação laboral propostas pelo Governo estão sobretudo dirigidas à retirada de direitos às novas gerações de trabalhadores.

### Administração local

Cerca de três centenas de dirigentes e delegados sindicais são esperados no plenário nacional convocado pelo STAL e o STML para hoje, a partir das 10 horas, frente à Secretaria de

Estado da tutela, no Terreiro do Paço, com o objectivo de «decidir formas de luta a desenvolver» em Novembro.

Os sindicatos (Nacional e do Município de Lisboa) vão apresentar ao plenário uma proposta de resolução partindo da análise da actual situação dos trabalhadores das autarquias e «com especial incidência» em matérias como a revisão de carreiras, o suplemento de insalubridade, penosidade e risco, e as negociações salariais para o próximo ano.

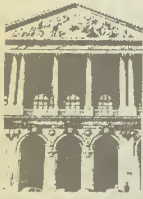
O plenário deslocar-se-á até ao Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, levando a João Cravinho a mensagem de que «os trabalhadores da Administração Local estão hoje, mais do que nunca, revoltados com a política que o Governo tem vindo a seguir e exigem mudanças profundas».

### Professores

Para amanhã, quando termina o prazo proposto pelo próprio Governo para fechar as negociações sobre a estrutura da carreira e a grelha salarial dos professores e educadores do ensino não superior, está convocada uma greve de âmbito nacional. A paralisação foi marcada na semana passada pela Fenprof e pela FNE, que num comunicado conjunto manifestaram o seu repúdio contra «a atitude não negocial do Ministério, que até à data não apresentou qualquer proposta concreta e global para a revisão da carreira». Nestas condições, a greve «será o primeiro degrau de um crescente processo de luta dos docentes», afirmam as federações, que reclamam a revalorização dos índices e escalões remuneratórios, uma redução significativa da duração da carreira e a revogação da portaria que condiciona a contagem do tempo de serviço para integração nos escalões.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Açores  
com Saramago

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores aprovou, na semana transacta, por

unanimidade,

um voto de congratulação pela atribuição do Prémio Nobel da Literatura a José Saramago.

O texto sublinha o facto de se tratar da primeira vez que tal distinção é atribuída a um escritor português ou de língua portuguesa, fazendo notar que com a atribuição do Nobel ganhou também a cultura do país. "Se foram a literatura, o escritor e a sua obra premiados, também o foram o povo e a cultura que no escritor se corporizam", refere. José Saramago "tem cultivado todos os géneros literários e é um dos escritores portugueses mais traduzidos, em cuja obra estão presentes os aspectos sociais que reflectem as preocupações do escritor", acrescenta o voto.

Alimentos  
a menores

A Assembleia da República aprovou, por unanimidade, o projecto de lei do PCP que estabelece a

"garantia dos

alimentos devidos a menores". Pôr fim à desprotecção existente neste capítulo, estabelecendo um novo regime legal que garanta o cumprimento dessas obrigações alimentares devidas às crianças e jovens, constitui o objectivo visado com este diploma. No seu articulado, entre outros dispositivos, previsto é que o Estado assegure a prestação necessária sempre que haja incumprimento de uma decisão judicial relativa a alimentos devidos a menores.

Negócios  
controversos

Belmiro de Azevedo deverá ser a primeira personalidade a depor na comissão de inquérito proposta pelo PCP

para analisar eventuais favorecimentos nos negócios mais controversos dos governos de Cavaco Silva e António Guterres com grupos económicos. A proposta no sentido de o patrão da SONAE regressar a uma comissão de inquérito parlamentar foi aprovada, na passada semana, com os votos favoráveis do PS, PCP e PP, perante a oposição do PSD.

Ao Parlamento deverão igualmente deslocar-se para prestar declarações o ex-presidente do Banco Português do Atlântico, João Oliveira, o actual presidente do Banco Comercial Português, Jardim Gonçalves, e um dos dois ministros das Finanças que estiveram envolvidos na OPA realizada pelo BCP ao BPA - Miguel Beza ou Eduardo Catroga. Estas convocatórias foram aprovadas por unanimidade.

# Por melhores cuidados de saúde

## PCP apresenta medidas em defesa do SNS

Na véspera do debate parlamentar sobre "descontrolo financeiro no Ministério da Saúde", realizado faz hoje oito dias, a pedido do PSD, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou um conjunto de quatro iniciativas legislativas visando "abrir caminho à recuperação e reforma democrática do Sistema Nacional de Saúde". Na base destes projectos de lei, apresentados em conferência de imprensa pelos deputados comunistas Octávio Teixeira e Bernardino Soares, está a consideração de que a política levada a cabo pelo Governo, na esteira dos que o precederam, "prejudica fortemente o Serviço Nacional de Saúde (SNS) e todos os portugueses que dele dependem para ter acesso aos cuidados de saúde de que necessitam".

Mesmo quando foram produzidas afirmações públicas defendendo o papel essencial do SNS na prestação e garantia dos cuidados de saúde - e esta é uma convicção do Grupo comunista reiterada por Octávio Teixeira - "a prática do Governo acabou por não as concretizar", o que tem vindo a acentuar a "intranquilidade e insatisfação" da generalidade dos portugueses.

Não faltam, a este respeito, exemplos. Lembradas aos jornalistas foram, entre outros, as persistentes dificuldades de acesso em muitos centros de saúde e unidades hospitalares, que reflectem a falta de médicos de família, de enfermeiros e de outros técnicos, bem como, noutra plano, a "carestia dos medicamentos e o crescente recurso a meios complementares de diagnóstico e de prestação de cuidados de saúde privados" cada vez mais incomportáveis para muitos portugueses. Realçada pelos parlamentares do PCP foi ainda a postura de não afrontamento do Ministério da Saúde perante a "voracidade dos grandes interesses que dispu-

tam e absorvem o grosso dos recursos do sector", seja no plano das multinacionais dos medicamentos e dos equipamentos, seja na área das convenções, seja ainda no capítulo dos "grupos económicos empenhados na privatização da saúde" ou dos grandes construtores civis.

## Medidas inovadoras

No caso do projecto de lei que estabelece um "programa de redução dos gastos com medicamentos", introduzida é a regra da "prescrição por princípio activo", bem como o desenvolvimento do mercado de genéricos e a "dispensa aos utentes", nos hospitais e centros de saúde, "dos medicamentos em que o SNS gasta menos na sua compra e entrega gratuita aos utentes do que na sua participação nas farmácias".

A aplicação de tal medida, segundo Bernardino Soares, significa uma "poupança de dezenas de milhões de contos" para o Estado e uma "diminuição de encargos para os doentes".

A lei-quadro da administração e gestão dos hospitais e centros de saúde, por sua vez, introduz "regras inovadoras". Uma articulação obrigatória entre serviços (hospitais e centros de saúde), a contratualização da gestão entre as administrações regionais de saúde e os estabelecimentos, o maior aproveitamento de recursos e a gestão conjunta com participação dos representantes dos utentes são objectivos que o PCP quer ver consagrados nesta matéria.

Quanto ao "programa especial de acesso aos cuidados de

saúde", os comunistas justificam a sua apresentação com a necessidade de fazer frente à "grave situação existente", adoptando medidas "extraordinárias" que combatam eficazmente as listas de espera em hospitais e centros de saúde, isto "rendibilizando antes de qualquer outra solução as capacidades por aproveitar no SNS".

Recorde-se que o PSD apresentou no Parlamento uma iniciativa idêntica para combater as listas de espera nos hospitais, a qual mereceu a abstenção do PCP. O deputado Bernardino Soares jus-

tificou este sentido de voto lembrando que a iniciativa do PSD entregava aos privados parte da resolução do problema, enquanto o PCP entende que "há capacidades por aproveitar no SNS, antes de se entregar aos privados a solução".

Outra medida apresentada diz respeito ao financiamento do SNS. O PCP quer ver definidas as "regras do seu financiamento global e distribuição de recursos" de forma a garantir a "suficiência" do SNS, bem como o "cabal aproveitamento" das suas capacidades.

## Pôr cobro ao saque

24 horas depois de ter apresentado propostas concretas versando o Serviço Nacional de Saúde, em ordem à sua recuperação e melhoria, para uma mais eficaz protecção dos cidadãos no seu direito de acesso à saúde, o Grupo Parlamentar do PCP voltou a acusar o Governo de não querer afrontar os "apetites vorazes" dos grandes grupos económicos, em particular os da área dos medicamentos, em grande medida responsáveis pelo descontrolo financeiro na área da saúde. Para o deputado comunista Bernardino Soares, que falava faz hoje oito dias no debate sobre esta matéria suscitado pelo PSD, o que está em causa, independentemente dos entendimentos que possa

haver sobre a política de saúde, é "pôr fim ao saque, à pilhagem dos dinheiros do Serviço Nacional de Saúde".

Tem sido a convicção dos sucessivos governos com esta situação que tem impedido o controlo da despesa e "aplicar na melhoria dos cuidados de saúde os recursos existentes", lembrou ainda Bernardino Soares, para quem o descontrolo financeiro e a dívida do Ministério da Saúde continua a ser "um caminho aberto para a ainda maior privatização dos cuidados de saúde em Portugal" e "um instrumento propositadamente utilizado por todos os que querem saquear e privatizar o SNS".

## Os deputados e o dever de esclarecer

O Parlamento aprovou, com os votos favoráveis do PS, PCP e PEV, a suspensão das sessões plenárias durante o período de campanha para o referendo à regionalização.

O PSD tentou impedir a votação do projecto de resolução apresentado pelo PCP que previa este interregno nos trabalhos do plenário, invocando um parecer em que se sustenta que a suspensão dos trabalhos do plenário "só pode ser validamente aprovada se obtiver os votos favoráveis de dois terços dos deputados".

Contando com o apoio do CDS/PP, Carlos Encarnação encenou a dramatização do discurso argumentando que esta decisão "é um escândalo" e um "desprestígio do Parlamento e da classe política".

Proveniente da bancada comunista, a resposta não se fez esperar. Octávio Teixeira rejeitou a ideia de que a suspensão dos trabalhos desprestigia o Parlamento e mostrou-se preocupado com a possibilidade de uma abstenção elevada no referendo sobre a criação das regiões administrativas.

"A suspensão dos trabalhos do plenário não é uma vergonha. O que é uma vergonha é os deputados não quererem trabalhar para esclarecer os eleitores", sublinhou.

Uma opinião partilhada pelo vice-presidente da bancada do PS, Acácio Barreiros, que salientou o empenho que deveriam ter todos os deputados no combate à abstenção no referendo do próximo dia 8 de Novembro.

## Pela defesa dos direitos das crianças

A criação de um Provedor, com atribuições orientadas para uma maior protecção da criança, esteve em debate no Parlamento. A questão foi suscitada por um projecto de lei do PS que, retomando idêntica iniciativa apresentada na anterior Legislatura, institui esta figura dirigida especificamente para a área da criança.

Sendo consensualmente reconhecido que a situação das crianças tem vindo a piorar tanto nacional como internacionalmente, não obstante os tratados e convenções em defesa dos seus direitos que têm vindo a ser subscritos pelos Estados, a principal questão que se coloca com esta proposta socialista é a de saber se o objectivo visado - maior eficácia em matéria de protecção da criança - é conseguido com a criação de mais um Provedor, pulverizando esta figura, ou, de modo diverso, com o reforço das competências e independência do já existente Provedor da Justiça.

Foi nestes termos, aliás, que o deputado comunista Bernardino Soares sintetizou a posição da sua bancada, inclinando-se mais claramente para a segunda opção, uma vez que, realçou, o importante é passar "da criação à acção", ou seja, melhorar e reforçar as competências do Provedor de Justiça, "garantindo um eficaz exercício das suas funções", o que, naturalmente, "se reflectirá no âmbito da protecção da criança".

Tanto mais que, por outro lado, não podem deixar de ser consideradas as implicações que podem advir da criação de um Provedor na área específica da criança "relativamente às funções e competências da figura constitucional do Provedor de Justiça", havendo ainda a considerar o facto de algumas das disposições do diploma serem "semelhantes às do Estatuto" desde último órgão.

Para a bancada do PCP o que é decisivo, pois - e estas foram propostas que subscreveu em sede de revisão constitucional que na ocasião não mereceram acolhimento - é não só "ampliar as competências do Provedor de Justiça" como "reforçar a sua independência e alargar a temporalização do seu mandato".

## Acordo AMI

### Ajoelhar os Estados

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Governo de manter um silêncio "comprometedor" quanto ao Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) secretamente negociado no seio da OCDE e exigiu, em nome do interesse e da dignidade nacional, que seja adoptada uma atitude de frontal recusa do Estado português a qualquer das medidas nele preconizadas.

Nos seus objectivos precisos, tal Acordo, que esteve para ser assinado no passado dia 20 em Paris - só não o foi, acabando por sofrer um forte revés, devido à posição da França que o considerou um «projecto perigoso para a soberania do Estado» -, visa liberalizar e desregulamentar totalmente o investimento estrangeiro, estendendo ao Investimento Directo Estrangeiro (IDE) as regras que vigoram na Organização Mundial do Comércio para a liberalização do comércio com vista a proteger o investimento dos grandes grupos transnacionais.

Por outras palavras, como bem precisou o deputado comunista Lino de Carvalho, que suscitou o assunto em declaração política na passada semana, sendo a AMI "um instrumento que visa a consolidação de um modelo de acumulação financeira capitalista a nível mundial", o que está em causa com este Acordo, que serve sobretudo os interesses dos Esta-

dos Unidos, é o estabelecimento de "uma espécie de direitos absolutos do investimento transnacional".

Não se trata de regular os investimentos mas de "controlar os Governos" alertou Lino de Carvalho, antes de lembrar que a sua eventual aprovação, a dar-se, "poria os Estados de joelhos perante os interesses das transnacionais".

Testemunhos de que assim poderia ser deu-os o deputado do PCP ao lembrar, entre outras disposições, a obrigação dos Estados aderentes concederem ao IDE um tratamento no mínimo igual aos investidores nacionais (significaria, por exemplo, a proibição de todos os apoios especiais às pequenas e médias empresas nacionais), ao mesmo tempo que esses mesmos Estados ficam impedidos de impor regras de defesa do interesse público, do interesse nacional e do emprego.

Reveladores dos termos leoninos do Acordo, como lhe chamou Lino de Carvalho, são ainda as limitações aos direitos sociais dos trabalhadores constitucionalmente consagrados, a proibição de expropriações ou nacionalizações de empresas, e a garantia de transferência livre e total para o exterior de todos os lucros e outros valores respeitantes ao investimento.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

# Orçamento do Estado para 1999 Não serve os interesses do País

Feita a avaliação do Orçamento do Estado para 1999, o Grupo Parlamentar comunista conclui pela existência de "justificadas e fundadas críticas" quanto às opções e linhas de orientação nele expressas, pelo que, em conformidade, o seu conteúdo só pode merecer um "claro voto negativo do PCP". As razões concretas desta posição deu-as Octávio Teixeira a conhecer em conferência de imprensa no decorrer da qual chamou a atenção - confirmando previsões por si recentemente feitas nas Jornadas Parlamentares - para o facto de se estar em presença de um Orçamento da moeda única, cuja preocupação maior é cumprir "submissamente o germânico «pacto de estabilidade»".

Fixado de modo obsessivo neste objectivo, o Governo escamoteia o actual quadro de crise financeira e económica e suas repercussões no plano da desaceleração do crescimento económico, fez ainda notar o líder parlamentar comunista, que deu como testemunhos desta "evolução negativa para os interesses

do País" as propostas de congelamento nominal dos salários dos trabalhadores da administração pública e o decréscimo nominal das despesas de investimento do Estado (PIDDAC).

Motivo de severas críticas por parte da formação comunista é, por outro lado, a reiterada opção do Governo do PS em prosseguir

os benefícios ao capital e às operações financeiras. "Significativo dessa orientação política é o continuado aumento dos benefícios fiscais, cuja previsão para 1999 ascende a 293 milhões de contos", assinalou Octávio Teixeira, antes de frisar que este valor corresponde a "mais 25 milhões de contos que a estimativa governamental para o ano corrente, e mais 160 milhões de contos que os benefícios concedidos pelo Governo do PSD em 1995".

Para a avaliação negativa que o Grupo Comunista faz do Orçamento concorre, em terceiro lugar, a orientação privatizadora das empresas públicas e de serviços públicos, e, por último, a ausência de medidas de fundo capazes de garantir uma maior justiça fiscal.

"Chegamos ao fim dos quatro anos de governo do PS com a mesma estrutura de impostos herdada dos governos do PSD,

com a continuação da injustiça fiscal, com idêntica ou maior evasão ao fisco", rematou Octávio Teixeira.

A esta observação fortemente crítica do Orçamento escapam, entretanto, as alterações pontuais introduzidas no âmbito do IRS, alterações essas que Octávio Teixeira apelidou de "melhorias relativas", embora "tímidas".

Saudada pela bancada do PCP foi, concretamente, a criação de um escalão abaixo dos 15 por cento e a substituição da generalidade dos abatimentos ao rendimento em deduções à colecta, medidas estas que - embora insuficientes - vêm em parte ao encontro, em termos de orientação, de algumas das exigências e propostas feitas pelo PCP.

Sublinhando o carácter positivo de tais medidas enquanto contributo para "melhorar a justiça fiscal", Octávio Teixeira



Octávio Teixeira

não deixou de referir, em contrapartida, o facto de continuarem a existir muitas dezenas de milhar de empresas e de cidadãos que não pagam qualquer imposto, do mesmo modo que se mantém "múltiplas taxas liberatórias beneficiando os rendimentos do capital".

Dito de outro modo, pegando nas palavras do líder parlamentar comunista, "os rendimentos do trabalho continuam a ser sacrificados enquanto os rendimentos de capital prosseguem o manjar à mesa do Orçamento".

## Para os rendimentos baixos e médios PCP propõe desagravamento fiscal

Octávio Teixeira divulgou em conferência de imprensa algumas das propostas de alteração ao Orçamento do Estado que a bancada comunista irá subscrever no decorrer do processo de debate. Destaque merece, por exemplo, a isenção de imposto para todos os rendimentos colectáveis até 300 contos (casais com rendimentos brutos entre os 1700 contos e os 2000 anuais), o que corresponde a cerca de 25 por cento dos contribuintes em IRS.

Proposta igualmente importante é a de aumento de 25 para 30 por cento da taxa de conversão dos abatimentos em deduções à colecta para as despesas com a saúde, a educação e a habitação, ou seja, para as despesas de natureza

mais social. O PCP defende assim, concretamente, que não haja valor-limite para a dedução das despesas de saúde, propondo que os limites de dedução à colecta nas despesas com educação se elevem para 101,5 contos e para 94,3 contos nas despesas com habitação.

Salientada por Octávio Teixeira foi ainda a proposta de aumento do limite superior do escalão sujeito à taxa nominal de 25 por cento, de 2560 para 2750 contos, tendo em vista, explicou, "evitar o agravamento fiscal dos rendimentos médios e médios altos".

Registo merece também a proposta de aumento do limite da dedução específica pelos rendimentos do trabalho

de 71 para 75 por cento de doze vezes o salário mínimo mensal, e, por último, a proposta de autonomização das deduções à colecta relativas às quotizações sindicais, com a taxa de conversão normal de 25 por cento.

Trata-se, em suma, de um conjunto de propostas que os deputados comunistas consideram "manifestamente razoáveis", e que visando sobretudo o desagravamento fiscal para os rendimentos até cerca de 550 contos mensais por casal não deixam igualmente de beneficiar (embora em menor escala) os contribuintes com rendimentos médios altos até cerca de mil contos mensais.

"O que nos move é, em primeiro lugar, o desagravamento fiscal dos

contribuintes com rendimentos mais baixos, e, em segundo lugar, o desagravamento dos rendimentos médios e mesmo médios altos dos contribuintes que têm de suportar despesas absolutamente necessárias e/ou razoáveis", observou Octávio Teixeira, antes de esclarecer que não sente idêntica necessidade de promover o desagravamento fiscal no que se refere aos "dois por cento de contribuintes de rendimentos mais elevados que vêm utilizando os abatimentos ao rendimento líquido por meras e calculistas razões de maximização dos ganhos fiscais que o sistema tem permitido e, em boa medida, continua a permitir".

## Não do PSD às regiões é um sim ao centralismo

Baixaram à comissão, sem votação, após requerimento nesse sentido apresentado pelo PSD, os projectos de lei da sua autoria com incidência em vários planos do poder local. Em debate na passada semana, este "pacote legislativo autárquico" de nove diplomas foi apresentado pelos seus subscritores como sendo uma alternativa à criação das regiões administrativas em Portugal. Reforço das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e criação de novas áreas em Aveiro, Braga, Coimbra, Faro, Leiria e Viseu, democratização das Comissões de Coordenação Regional (CCR) e reforço das atribuições e competências dos municípios são algumas das medidas preconizadas pelos autores dos diplomas.

Propostas estas que não mereceram qualquer tipo de acolhimento por parte das ban-

casas do PCP e do PS. Pode mesmo dizer-se que, em rigor, oriundo deste quadrante parlamentar, a resposta às soluções avançadas pela bancada do PSD foi de total rejeição.

José Junqueiro, vice-presidente da bancada parlamentar do PS, acusou o PSD de "pretender inviabilizar o funcionamento do poder local e complicar a vida às pessoas, multiplicando os níveis de decisão e investindo fortemente na burocracia".

João Amaral, intervindo em nome do PCP, foi mesmo mais longe ao afirmar que se estava em presença não de um debate parlamentar mas de um "truque político" pouco sério do PSD, em que a utilização de um "chouriço de nove projectos, misturando alhos com bugalhos", visa apenas, por "um passe de magia", tentar esconder que "o não do PSD às

regiões é um sim ao centralismo".

"Esta marcação e este debate parlamentar não passam de uma cena de fantasia delirante em que o PSD nos obriga a participar", adiantou o deputado comunista, que não se esqueceu do facto de este ser o mesmo partido que, nos 22 anos decorridos desde as primeiras eleições autárquicas, esteve 16 anos no governo, dos quais 14 com o seu chefe a ocupar a pasta de Primeiro-Ministro.

"Então os senhores andaram distraídos nestes 14 anos e agora a 15 dias do referendo sobre as regiões é que têm o pacote?", inquiriu, para logo a seguir expressar a convicção de que não houve distrações, como bem sabem os Municípios, sujeitos, ao longo dos anos de governação PSD, entre outras coisas, aos "sucessivos

incumprimentos da Lei das Finanças Locais, às ingerências na vida municipal, à retenção de verbas do FEF, ao gigantismo das CCR's, a actos abusivos da tutela administrativa".

O verdadeiro objectivo que anima o PSD, é, pois, no entender de João Amaral, "combater as regiões, as verdadeiras, substituindo-as por falsas regiões". E a propósito citou afirmações recentes do presidente social-democrata da Câmara da Maia, Vieira de Carvalho: "Quem diz que vai propor o reforço dos municípios como alternativa à criação das regiões, não sabe o que são as regiões e não conhece os municípios portugueses".

Para João Amaral resulta assim claro que "falar do reforço do municipalismo contrapondo-o à criação das re-

giões é, como está dito, ou ignorância ou má-fé", porquanto, esclareceu, as competências que as regiões poderão exercer "são tiradas à administração central e são competências que por definição não poderão ser exercidas pelo poder local".

"O reforço dos municípios não é alternativa a nada", enfatizou o parlamentar comunista, antes de observar que "fazendo dos municípios a alternativa às regiões que elas não podem ser, o PSD defende o centralismo, diz sim ao centralismo".

Uma nota de humor foi ainda deixada por João Amaral quando afirmou que Marcelo Rebelo de Sousa, "em evolução permanente de pensamento" já tem pronto um novo discurso, o da "regionalização sem regiões. Pela omelete sem ovos".

## Caso JAE



O general Garcia dos Santos considerou que o ministro João Cravinho "porá em causa a

verticalidade e a honestidade do seu próprio comportamento" se não divulgar o relatório da auditoria à Junta Autónoma das Estradas realizado pela empresa Ernst & Young. O ex-presidente da JAE, que falava aos deputados numa audição conjunta das Comissões Parlamentares dos Assuntos Constitucionais e de Administração do Território, desafiou simultaneamente o titular da pasta do Território e Equipamento a "escrever o que já fez e mandou fazer para eliminar a corrupção nos serviços do seu Ministério".

Embora não tenha apontando casos concretos de corrupção na empresa que liderou durante 14 meses, Garcia dos Santos garantiu, contudo, ter tomado conhecimento, "em conversas com empreiteiros", de que "alguns dão dinheiro a vários partidos", o qual "às vezes fica pelo caminho e outras vezes não". Garcia dos Santos assegurou também que alguns empreiteiros "dão luvas a funcionários da JAE", mas não concretizou.

Para travar a existência de casos de corrupção, o general defendeu a concretização de medidas como o "controlo e fiscalização de todo o processo de execução das obras", a "boa definição do trabalho a executar" e o levantamento de "todos os problemas de execução". "Fui travado", acentuou o ex-presidente da JAE, depois de revelar que tentou pôr em prática as medidas que considerava correctas.

Ainda relacionado com este caso, refira-se, por último, a aprovação unânime pelo Parlamento, faz hoje uma semana, da proposta do PP de inquérito parlamentar sobre eventuais ilegalidades ocorridas na JAE.

## Tratado de Amesterdão



A Comissão Parlamentar dos Negócios Estrangeiros aprovou, faz hoje oito dias, com os votos contra do

PCP, o relatório elaborado por Manuel Monteiro sobre o Tratado de Amesterdão.

Apesar de ser basicamente descritivo e factual, o documento contém críticas à não realização do referendo sobre o Tratado de Amesterdão e à falta de quaisquer justificações para que assim seja. O voto negativo da bancada comunista foi justificado com base no facto de se tratar de uma matéria que, do seu ponto de vista, careceria de um debate mais aprofundado.

A ratificação do Tratado de Amesterdão pela Assembleia da República deverá ocorrer no mês de Novembro.



## Orçamento para 1999 Sob o signo da austeridade

O Parlamento Europeu deu o primeiro passo tendo em vista a concretização do processo orçamental para o próximo ano ao aprovar em primeira leitura uma proposta de orçamento caracterizada pelo rigor, à semelhança, aliás, do que vem acontecendo desde 1996. O objectivo continua a ser a manutenção do crescimento do orçamento comunitário em linha com os orçamentos nacionais, tendo como pano de fundo os condicionalismos da moeda única e do pacto de estabilidade.

Dá-se, assim, continuidade a uma estratégia orientada para dar o exemplo em matéria de cumprimento dos critérios de convergência e para assegurar um nível de despesas bastante abaixo do *plafond* estabelecido em Edimburgo (1,27% do PNB), por forma a dar-lhe continuidade no próximo período financeiro e garantir, simultaneamente, uma significativa margem de poupança para a preparação do alargamento da UE aos países de Leste.

Segundo o deputado do PCP, Joaquim Miranda, o facto de o valor final deste orçamento ficar aquém do que consta na própria Agenda 2000 «associa inevitavelmente o PE àquela estratégia e

impede-o de formular com clareza as suas próprias prioridades».

Esta restrição de despesas provoca perdas relativas em muitas linhas de cariz social, nomeadamente as relacionadas com as iniciativas de promoção do emprego e cooperação com os países em vias de desenvolvimento, e alguns cortes em valor absoluto em linhas como as florestas tropicais (menos 10 milhões de ecus), o programa Raphael (menos 800 mil ecus) e apoio às PME (menos dois milhões de ecus).

No fundo, o problema da proposta votada na semana passada em Estrasburgo reside não tanto no que foi votado, mas muito mais no que ficou por votar. Na sua inter-

venção, Joaquim Miranda apontou como exemplo o facto de «o combate ao desemprego continuar sem a devida resposta», além de que o orçamento foi definido «sem ter minimamente em conta» a crise financeira mundial.

Em relação às acções estruturais, a proposta de orçamento acabou por conter aspectos positivos, nomeadamente ao colocar em reserva alguns montantes das autorizações e pagamentos relativos aos fundos estruturais. Esta medida tem em vista a respectiva negociação quanto à sua utilização, além de que é associada aos níveis reais de não utilização dos fundos por parte dos Estados-membros.

A anulação de linhas financeiras no domínio da cooperação foi alvo de fortes críticas, particularmente a referente à produção de banana pelos países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP). Joaquim Miranda classificou a questão de «política», pois tem a ver, no essencial, com o futuro que se pretende para a Convenção de Lomé e para a cooperação com os países ACP, com os quais a Comunidade vem tendo relações preferenciais. «Porventura haverá quem entenda que essa cooperação está esgotada e que tudo deverá ser regulado no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Não é essa a nossa opinião, nem nos parece ser esse o caminho do interesse da EU.»

### Emendas apresentadas pelos deputados do PCP

Dando continuidade a um trabalho de acompanhamento e intervenção que vem sendo feito, os deputados do PCP no Parlamento Europeu apresentaram um conjunto de emendas, tanto na fase da discussão da proposta de orçamento em comissão especializada como aquando do seu debate em plenário.

A comissão de orçamentos contemplou várias das sugestões apresentadas pelos deputados comunistas, as quais acabaram por ser ratificadas pelo plenário: o aumento em 100 milhões de ecus da verba para o programa Leonardo (relativo à educação); o acréscimo de 9 milhões de ecus para a linha destinada às geminações a realizar por cidades da UE; o aumento em 40 milhões de ecus das verbas que financiam a actividade de Organizações Não Governamentais (ONG) em países em vias de desenvolvimento, entre os quais se cita Timor-Leste; a abertura do financiamento à participação de PME's em feiras internacionais, dando seguimento às conclusões do relatório elaborado pelo deputado do PCP, Sérgio Ribeiro, sobre a competitividade do sector têxtil; a garantia do acesso directo por parte das autarquias a verbas para o combate aos incêndios florestais; o aumento em 5,4 milhões de ecus das verbas destinadas a campanhas de informação e formação para organizações de trabalhadores.

## Palestina e Israel assinam acordo provisório

Yasser Arafat e Benjamin Netanyahu assinaram na sexta-feira, em Wye Plantation, nos EUA, um acordo provisório que põe termo a 19 meses de impasse nas negociações entre a Autoridade Palestiniana e Israel.

numa acção conjunta com os Estados Unidos. O Conselho Nacional Palestino anulará as referências à destruição de Israel da Carta Nacional.

O acordo, assinado na presença do Presidente norte-americano e do rei da Jordânia, prevê a retirada de Israel de uma zona de 13 por cento da Cijordânia e da Faixa de Gaza e o estabelecimento de um corredor de segurança para os palestinianos que viajam entre Gaza e outras áreas palestinianas. Cerca de três por cento das terras devolvidas constituirão uma reserva natural sob controlo palestiniano, com limitações para a construção.

Israel comprometeu-se a libertar várias centenas de prisioneiros dos três mil palestinianos que a Autoridade Palestiniana considera presos políticos, ao mesmo tempo que ambos os países encetam uma coordenação bilateral em matéria de segurança, nomeadamente a formação de um comité palestiniano com a função de rever a punição dos grupos violentos e a proibição pelas duas partes de «qualquer forma de incitação à violência ou ao terror».

Por outro lado, o Plano de Segurança Palestiniano «assegurar o sistemático e eficaz combate às organizações terroristas e suas infra-estruturas»,

O acordo prevê ainda a inauguração de um aeroporto em Gaza, o início de conversações para a abertura de um porto marítimo na zona e o lançamento de um diálogo conjunto sobre estratégias económicas.

O estatuto final dos territórios será negociado a curto prazo, discutindo questões como os limites geográficos, Jerusalém, os colonatos judaicos e os refugiados palestinianos.

Nas palavras do líder palestiniano, trata-se de um «acordo tardio, mas importante». «Excluímos qualquer regresso ao confronto e à violência», afirmou Yasser Arafat. «Ninguém pode garantir uma segurança a cem por cento, mas estou orgulhoso de termos trabalhado juntos a favor da paz», sublinhou.

O primeiro-ministro israelita, referindo que «agradecia pessoalmente» a «cooperação» de Arafat, considerou que, «pela primeira vez desde a assinatura dos acordos de Oslo, veremos levar a bom porto compromissos concretos e verificáveis». «Estamos no início ou talvez a meio caminho para uma paz permanente», declarou Netanyahu.



Arafat e Netanyahu de novo de mãos dadas (foto de arquivo)

### PARLAMENTO EUROPEU



## Em plenário

**Protecção das águas contra a poluição agrícola** - Actualmente, cerca de 25% dos terrenos agrícolas da União Europeia apresentam concentrações de nitratos superiores à norma estabelecida, o que tem consequências gravosas para a poluição das águas. O PE discutiu e aprovou um relatório que critica a falta de progressos verificada neste campo na generalidade dos países da União e exorta a uma rápida e total aplicação da Directiva «Nitratos», documento aprovado em 1991 e que pretende estabelecer um conjunto de parâmetros para diminuir a poluição das águas provocada pelos nitratos de origem agrícola.

O deputado do PCP, Honório Novo, apontou como principal causa da actual situação «o recurso a práticas agrícolas intensivas que tornam, pelo menos a prazo, as respectivas agriculturas concorrenciais mais fortes».

No entanto, o deputado comunista chamou a atenção para a necessidade de as medidas a aplicar deverem atender às diversas especificidades nacionais e regionais, bem como às estruturas fundiárias das diversas regiões, o que é particularmente pertinente relativamente à sugestão de reduzir o número de cabeças de gado por hectare. O relatório foi aprovado com a abstenção dos deputados do PCP.

**Regulamentação para os serviços da sociedade de informação** - «A rapidez da evolução tecnológica dos serviços da sociedade de informação interfere no estabelecimento das fronteiras tradicionais entre os vários sectores da economia.»

Com base neste facto adquirido dos dias que correm, a UE partiu para a elaboração de uma nova abordagem para a regulamentação do fenómeno da «convergência», ou seja, quando os sectores das telecomunicações, dos *media* e das tecnologias de informação, em vez de se fundirem num só, se sobrepõem cada vez mais. Face a esta situação, o PE propôs o estabelecimento de um só quadro jurídico aplicável às diferentes redes, terminando com diferenciações como a que foi estabelecida entre as telecomunicações fixas e móveis.

Na sua intervenção, Sérgio Ribeiro denunciou a intenção de, a pretexto da convergência, se pretender «tudo tratar como meras mercadorias e apagar especificidades e identidades culturais, podendo ser postas em causa questões com a criação e os direitos de autor, a propriedade intelectual e a noção fundamental de serviço público nestes domínios».

Sessão plenária em Estrasburgo, de 19 a 23 de Outubro.

### Espanha

## Nacionalistas vencem eleições bascas

Com uma participação recorde (70 por cento, mais 11 por cento do que em 1994), os bascos foram às urnas no passado domingo para eleger os seus representantes no Governo local. O Partido Nacionalista Basco voltou a ser o mais eleito, vindo descer ligeiramente a sua percentagem de votos em dois pontos e perdendo um dos seus anteriores 22 deputados.

A Euskal Herritarrok (EH), herdeira da formação independentista Herri Batasuna, aumentou consideravelmente a sua votação, passando para 14 deputados. O líder da coligação, Arnaldo Otegi, já anunciou que o EH não participará no futuro Governo de Vitória, mas mostrou a sua disposição para colaborar sempre que seja «com o objectivo claro de que Euskal Herria (País Basco) recupere a sua soberania».

Algumas semanas depois da ETA ter declarado um cessar-fogo indefinido, Otegi considera que o povo basco «disse sim à liberdade, à paz, à autodeterminação e ao acordo de Lizarrá».

A Esquerda Unida (EU) desceu de seis para dois deputados, um mau resultado que o líder da formação, Javier Madrazo, atribui à polarização da campanha eleitoral «entre nacionalistas bascos e nacionalistas espanhóis» e ao «clima de estado de excepção» que precedeu as eleições.

«Formaram-se dois blocos nesta campanha e nós não nos situámos em nenhum deles», afirmou Madrazo, acrescentado que a EU «fez uma campanha limpa e explicativa, sem entrar em desqualificações e insultos». «O discurso de racionalidade e equilíbrio não penetrou, porque a polarização da campanha foi extraordinária», sublinhou.

O PP passou de 11 para 16 deputados e tornou-se a segunda força política do País Basco, assumindo-se pela defesa do actual estatuto de autonomia e contra a Declaração de Estella, documento subscrito pelos partidos nacionalistas bascos, a EU e várias organizações sociais e que para os populares é uma verdadeira declaração de independência.

Por seu lado, o PS-PSOE, apesar de ver o seu número de deputados aumentar de 12 para 14, passou do segundo para o quarto partido mais votado. Segundo os analistas, este resultado deve-se ao aumento da participação dos eleitores e consequente desequilíbrio das votações.

No novo parlamento, as forças nacionalistas (PNV, EH e EA) somam 41 deputados e os não nacionalistas (PP, PSOE, EU e UA) têm 34.



## Chile E o Congresso saiu à rua

■ Rosa Rabiais

Na manhã do dia 17, a notícia da detenção do ditador Pinochet em Inglaterra tinha posto ao rubro os mais de 400 delegados e convidados ao XXI Congresso do Partido Comunista do Chile, que se realizou entre 15 e 18 de Outubro, em Santiago do Chile.

Não era, portanto, de estranhar que, depois de conhecidos os 80 novos membros do Comité Central, os 15 camaradas efectivos e cinco suplentes que este elegeu para a Comissão Política e anunciada a reeleição de Gladys Marín como secretária-geral do partido, a proposta de desfilar pelas ruas de Santiago até à Quinta Normal, local onde realizaria uma festa popular de encerramento do congresso, tivesse sido acolhida com grande entusiasmo e alegria por todos os presentes.

E o Congresso saiu à rua para festejar a prisão de Pinochet, exigir justiça por todos os que, como Salvador Allende, ousaram transformar a vida, concretizar sonhos de democracia e progresso social e que por eles lutaram e morreram.

O Congresso saiu à rua, terminando com chave de ouro um intenso trabalho de três dias e meio, em que foi analisado o momento político-social e a correlação de forças existente, desmascarada a impunidade em relação aos responsáveis pela tortura, desaparecimento e assassinio de milhares de chilenos e desmontada a política neoliberal do governo da «Concertation».

Os comunistas chilenos, assumindo deficiências e debilidades, avaliaram e valorizaram o desenvolvimento da luta dos trabalhadores e do povo, apresentaram propostas alternativas ao neoliberalismo, definiram a sua política de alianças para o momento actual.

Mas preocuparam-se sobretudo em discutir e aprovar medidas para reforçar a capacidade de intervenção do partido, melhorar a sua ligação às massas, fortalecer a orgânica e ideologicamente adequando a sua estrutura, funcionamento e métodos de trabalho às exigências e necessidades que se colocam hoje à luta política e de massas no Chile.

O Congresso saiu à rua, reafirmando a determinação dos comunistas chilenos para continuar a luta.

### Das desigualdades sociais à luta sindical

No Chile, no limiar do século XXI, as forças armadas e policiais mantêm enorme poder e influência. A Constituição e as cerca de 40 leis orgânicas que Pinochet tratou de aprovar antes de deixar o governo (sistema eleitoral, lei dos partidos, etc.) garantiram a continuidade da sua política e criaram os mecanismos que as tornam quase inalteráveis.

O governo da «Concertation», coligação do Partido da Democracia Cristã, do Partido para a Democracia e do Partido Socialista que governa o país há oito anos, faz concessões aos militares, pactua com a impunidade e, comprometido com o grande capital, executa magistralmente a política neoliberal, tão elogiada pelos seus êxitos económicos.

Neste quadro, a luta dos comunistas e das forças democráticas e de esquerda pela democracia, pela justiça social e por transformações democráticas não é tarefa fácil.

Os apregoados «êxitos económicos» foram conseguidos, tal como noutros países, à custa de exploração extrema dos trabalhadores chilenos, da violação dos direitos humanos, da extracção e exportação irracional das riquezas nacionais e produziram desemprego, sobretudo juvenil, precariedade, flexibilização, trabalho infantil, ausência de direitos, aumento das desigualdades, beneficiando apenas uma minoria.

A intervenção de abertura do congresso da camarada Gladys Marín, bem como as de outros delegados, recordando que cinco por cento dos mais ricos (cerca de 550 mil pessoas) receberam em 1996 rendimentos equivalentes a quase 11 milhões de chilenos, que na distribuição da riqueza apenas cabe cerca de 35 por cento aos trabalhadores, que a jornada de trabalho é de 12 horas e mais, que os mais afortunados ganham entre 100 e 200 mil pesos líquidos (o que equivale a salários entre os



Rosa Rabiais durante o XXI Congresso do Partido Comunista do Chile

40 e os 80 contos), sem contrato permanente nem direitos, que milhões de chilenos vivem em situações de extrema pobreza, que aos índios Mapuche lhes foram usurpadas as suas terras.

Mas sublinharam também que cresce o descontentamento e se alarga a compreensão do carácter antipopular do neoliberalismo e que, apesar de grandes dificuldades, da repressão e do medo, estão criadas hoje melhores condições para alargar a unidade e desenvolver a luta, não só dos trabalhadores, mas de diversos sectores e forças sociais, numa perspectiva de construção de uma alternativa de esquerda ao neoliberalismo.

A luta dos trabalhadores do sector público, das indústrias do carvão e do cobre, da construção civil, dos professores, dos trabalhadores da saúde e municipais e de tantos outros têm tido expressões significativas.

Principal destaque deve ser dado à greve dos professores que, com grande combatividade e determina-

ção, dura há mais de 15 dias, bem como às lutas nas universidades que mobilizam estudantes, professores e não professores, pela exigência de medidas que resolvam a grave crise no ensino superior.

### A implantação do PCC nas organizações sociais

A forte presença do Partido Comunista do Chile, juntamente com outros sectores de esquerda na condução da luta de massas, aumentou a influência da esquerda e do PCC.

As eleições de Dezembro de 1997 já o reflectiram de alguma forma, com um aumento da votação do partido, que obteve cerca de sete por cento.

Mas o facto mais importante é o aumento da sua influência no movimento sindical. Nas recentes eleições para o Sindicato dos Professores, a lista dos comunistas e

seus aliados, encabeçada por um comunista, obteve 62 por cento dos votos e dos 15 membros da Comissão Executiva, 10 são do partido.

Para a eleição da Direcção Nacional Central Única dos Trabalhadores, que se realiza a 25 de Novembro, está criado um ambiente de grande confiança no reforço das posições dos comunistas, que hoje detêm 30 por cento no seu comité executivo.

No movimento estudantil, as listas da Juventude Comunista têm ganho importantes associações de estudantes, quer no ensino superior quer no secundário. São jovens comunistas os presidentes das associações de estudantes das universidades do Chile, de Santiago e Católica.

A candidatura da secretária-geral do PCC às eleições presidenciais, que se realizam no próximo ano, como sublinhou Gladys Marín no congresso, irá chegar e projectar-se em sectores muito para além do partido, podendo constituir um pólo de atracção das forças de ligação às pessoas, de acção de massas, ligando de maneira natural e inteligente, as tarefas da campanha presidencial com as lutas dos trabalhadores e do povo.

O XXI Congresso Nacional aprovou as orientações, as medidas e as tarefas que considerou capazes de contribuir para a revolução democrática, na perspectiva do objectivo histórico do Partido Comunista do Chile de construção do Socialismo.

E nas mãos de cada um dos comunistas chilenos depositou a enorme responsabilidade de as trazer para a rua.

## PCP saúda Congresso de comunistas colombianos

O PCP enviou uma saudação ao 17.º Congresso do Partido Comunista Colombiano, que se realizou entre 8 e 11 de Outubro em Bogotá, sublinhando a sua «persistente, heróica e criativa luta» em defesa dos «interesses dos trabalhadores e camponeses pela solução política do conflito armado, com base na satisfação das justas e urgentes reclamações populares de que o PCC e as FARC são portadores, pela democracia, o progresso social e o socialismo».

«Ao contrário do que pretendem os ideólogos do "pensamento único", é possível defender e construir alternativas de progresso social que o desenvolvimento da luta de massas em muitos países e regiões bem testemunham», considera o Comité Central do PCP.

«O PCP entende que, na actual conjuntura, a par da organização e mobilização dentro de cada país, se exige igualmente o reforço dos laços de solidariedade internacionalista dos comunistas e de todas as forças do progresso social», conclui.

## Dirigente sindical assassinado na Colômbia

Jorge Ortega, vice-presidente da Central Unificada de Trabalhadores (CUT) - a mais importante confederação sindical da Colômbia -, foi assassinado na quinta-feira passada com seis tiros na cabeça.

Os sindicalistas acusam os paramilitares de serem os responsáveis pelo assassinato. «Um crime como este não se improvisa. Quem o fez sabia claramente quais os efeitos que ia provocar tanto em matéria laboral como no campo da paz», afirmou Luis Eduardo Garzón, presidente da CUT.

Jorge Ortega, de 39 anos, pertencia à assembleia permanente da sociedade civil pela paz no país e em 1992 representou os sindicalistas nas conversações de paz com as FARC.

Entretanto, os trabalhadores colombianos continuam a protestar contra a política económica do Governo, juntando às suas reivindicações o respeito pela vida dos sindicalistas.

Na sexta-feira, durante uma reunião entre o Presidente Andrés Pastrana e os dirigentes sindicais, foi discutida a insegurança que se vive na Colômbia especialmente nos meios progressistas, sindicalistas e de defesa dos direitos humanos. O presidente da Federação dos Trabalhadores do Estado, Wilson Borja, referiu que existe um grupo paramilitar com o objectivo de assassinar todos os líderes da classe trabalhadora.

No ano passado, foram assassinados 175 sindicalistas. O número aumenta para 2500 quando se fala dos últimos 10 anos.

## Novo governo italiano

O governo liderado pelo ex-comunista e actual líder do Partido dos Democratas de Esquerda (PDS), Massimo D'Alema, é composto por ministros de 11 partidos diferentes. Para D'Alema, trata-se de um executivo de «equilíbrio entre as exigências de representação política e a qualidade e competência» daqueles que o integram. Ao PDS cabe sete ministérios, e ao Partido Popular Italiano seis e metade do Ministério da Educação, da Universidade e da Investigação. O Partido dos Comunistas de Armando Cossutta fica responsável pelos ministérios da Justiça e dos Assuntos Regionais, enquanto «Os Verdes» foram encarregues dos ministérios do Meio Ambiente e da Igualdade de Oportunidades. O governo é composto por 11 nomes do anterior executivo dirigido por Romano Prodi.

## Oposição brasileira sai reforçada

Os partidos de oposição brasileiros reforçaram a sua votação na segunda volta das eleições para os governos estaduais que se realizaram no domingo. O Partido dos Trabalhadores (PT) ficou com três estados (Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Acre), enquanto o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB, do Presidente Fernando Henrique Cardoso) ficou com seis. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro venceu em cinco estados e o Partido Progressista Brasileiro em dois. No total, a oposição ficou com mais senadores, deputados federais e estaduais do que os partidos apoiantes do Governo.

## Peru e Equador assinam paz

Alberto Fujimori, Presidente do Peru, e Jamil Mahuad, Presidente do Equador, assinaram, na segunda-feira em Brasília, um acordo de paz que acaba com um conflito fronteiriço que opunha os dois países há 56 anos. O acordo, anunciado durante a Cimeira-Ibero Americana que decorreu no Porto, prevê que a zona peruana de Tiwinza se transformará em «propriedade privada», sem que perca a sua soberania. As etnias índias que durante o conflito ficaram separadas entre os dois países serão novamente integradas.

## Suíça processa Pinochet

As autoridades suíças pediram a extraditação do antigo ditador chileno Augusto Pinochet, através de um processo criminal aberto pelo procurador-geral do cantão de Genebra, Bernard Bertossa.

O processo surge a pedido da viúva do cidadão suíço-chileno Alexis Jaccard, desaparecido na Argentina em 1977 durante a «Operação Condor», executada pelos governos chilenos e argentinos com o objectivo de eliminar todos os resistentes de esquerda. A queixa acusa Pinochet de sequestro, desaparecimento forçado, violação dos direitos humanos e delitos de lesa-humanidade.

Entretanto, o Parlamento Europeu aprovou na última sessão plenária uma proposta de resolução que felicita as autoridades judiciais espanholas e britânicas «pela sua eficaz colaboração na detenção do general Pinochet» e insta a Espanha a solicitar a extraditação do general com a maior celeridade, a fim de que possa comparecer nos diferentes processos em que é arguido e responda pelos crimes que lhe são imputados.



# Regionalização

Cerca de 40 grupos corais, bandas, ranchos, fanfarras, clubes recreativos e, até, «andarilhos», de todo o País - do Algarve ao Minho -, trouxeram, no sábado passado, a Lisboa o canto, a dança, as várias formas de expressão em que cada povo desdobra a sua cultura, cultura que as várias regiões querem preservar e divulgar, chamando às suas terras as gentes delas oriundas, hoje deslocadas em grandes centros urbanos ou países estrangeiros em busca das condições mínimas de sobrevivência que ali não encontraram. Um anseio que, sabem, só a regionalização lhes pode garantir.

## Lisboa Regiões desfilam pelo SIM

Foi esse, precisamente, o objectivo da iniciativa que, tendo partido do Movimento «Alentejo pela Regionalização, Por Portugal», se alargou a outros movimentos pelo Sim à Regionalização: trazer a Lisboa, onde muitas das suas gentes se encontram, o apoio expresso ao «SIM» no referendo do próximo dia 8 de Novembro.

A Avenida da Liberdade foi, assim, palco de um enorme desfile que, tendo partido do Marquês de Pombal, estava longe de terminar quando a sua cabeça chegou aos Restauradores.

Ao longo do percurso - e mesmo já depois de terminados os breves improvisos feitos nos Restauradores pelos representantes dos Movimentos pelo Sim -, podiam ver-se grupos de pessoas à volta de ranchos que actuavam, a acompanhar os cantares alentejanos que entoavam pela avenida, ou a assistir, por exemplo, ao «jogo do pau» executado pelo Clube Recreativo de Brejos Faria.

A maioria das pessoas preferiu, contudo, concentrar-se nos Restauradores, junto ao palco, como ponto privilegiado de observação.

Puderam, assim, ver chegar as várias regiões e ouvir com atenção a voz dos movimentos ali representados: «Portugal Solidário, Movimento pela Beira Interior», «Sim à Região do Algarve», «Sim às Regiões, Melhor Portugal», «Portugal Plural», «Alentejo pela Regionalização, Por Portugal».

À frente do cortejo, junto dos promotores da iniciativa, desfila-

vam conhecidas personalidades dos mais diversos quadrantes políticos e sociais - autarcas, dirigentes políticos, sindicalistas, artistas, intelectuais - unidos pelo mesmo desejo de mais democracia, mais desenvolvimento, mais participação para os portugueses.

Cartazes com os nomes das oito regiões a criar - Alentejo, Algarve, Beira Interior, Beira Litoral, Entre Douro e Minho, Estremadura e Ribatejo, Lisboa e Setúbal, Trás-os-Montes e Alto Douro -, e encaixados por um grande «8 x SIM», abriam o caminho até ao palco, para onde os representantes dos vários Movimentos pelo Sim foram chamados, cada um deles proferindo curtas mas incisivas intervenções.

Ao palco chegou, entretanto, uma saudação do movimento «Por um Portugal Coeso, Sim à Regionalização», de Braga, e um manifesto de apoio assinado por centenas de mulheres do MDM, naquele dia reunidas, em Lisboa, num encontro nacional.

Coube a Paco Bandeira e ao «Canto Moço» encerrar a iniciativa.

Paco Bandeira, que não resistiu a proferir algumas palavras de denúncia das cínicas pretensões dos defensores do «não», terminou a sua actuação com uma canção feita por diversos artistas defensores do «sim» à regionalização. cujo refrão os participantes depressa aprenderam e entoaram: «Com o S de saber / mais o I de inteligente / e o M de maioria / faz-se o SIM de toda a gente.»



### Contra «velhos do Restelo»

Manuel Marreiros, Presidente da Câmara Municipal de Aljezur, em nome do Algarve, alertou para os «velhos do Restelo» que agora se levantam de novo.

«Se há 500 anos os portugueses tivessem dado ouvidos aos velhos do Restelo», disse Manuel Marreiros, «Vasco da Gama não teria chegado à Índia. Se não fosse a luta dos resistentes na clandestinidade, não teríamos hoje democracia.» Não há, pois, que «ter medo de tornar a democracia mais próxima das populações. É isso a regionalização».

Lembrando que a maioria da população dos grandes centros

urbanos é constituída por gentes de outras regiões que tiveram de abandonar as suas terras por falta de condições de vida, o Presidente da Câmara de Aljezur, a essas pessoas dirigiu-se, pedindo que dêem hoje «nova oportunidade» às suas terras, para que sejam elas a decidir o seu futuro. Entretanto, volta a perguntar «se os municípios que, em 1976, transformaram a vida dos portugueses e permitiram o desenvolvimento, não valerem a pena?». Tal como os municípios, também a regionalização se irá traduzir por mais benefícios para as populações, assegura. Essa a razão por que é a favor do SIM no próximo dia 8 de Novembro.



### Sim ao futuro!

O social-democrata José Gama, representante do movimento «Portugal Plural», foi veemente na sua alocação.

«Estamos aqui porque acreditamos num Portugal mais moderno, mais unido, mais coeso, mais solidário, que está a chegar com a regionalização», afirmou; «estamos aqui, acima de todos os emblemas partidários, porque Portugal está sempre primeiro».

É por querer «o litoral a dar-se bem com o interior, a serra a dar-se bem com a planície, a aldeia a dar-se bem com a cidade» que a esmagadora maioria dos presidentes de Câmaras Municipais, de Juntas, de Áreas Metropolitanas «deram a mão e pediram a regionalização».

Mas há outras razões para José Gama dizer «sim» à regionalização: porque «recusa deitar janelas fora as suas convicções e trair o seu voto na Assembleia da República».

«Os centralistas, os radicais, os fundamentalistas, têm medo das regiões porque para eles já não há futuro. Batem com os olhos no retrovisor e vêem o passado, onde há a água que já passou e o vento que já soprou.»

São os mesmos que falam agora em despesismo, tachos, divisionismo, «como se os homens não tivessem memória e os partidos não tivessem carácter».

Dirigindo-se, por fim, aos «povos mudos do interior e do litoral marginalizados», apelou: «Vamos dizer não aos do «não»! Vamos dizer sim a Portugal, ao futuro, ao amanhã!»

Texto:  
Margarida Folque

Fotos:  
Jorge Caria



### Quanto custa a desertificação?

O primeiro orador foi o representante do «Portugal Solidário, Movimento pela Beira Interior», Luís Garra.

«Queremos mais democracia, mais desenvolvimento», disse este sindicalista. «Queremos pôr fim à desertificação no interior, queremos impedir que as nossas gentes continuem a engrossar as fileiras do Litoral.»

«E aos que apresentam contas sobre quanto custa a regionalização, nós perguntamos se eles já quantificaram o quanto custa o abandono das terras do interior. Aos que falam em criação de mais «tachos», nós pedimos que em futuras eleições não se candidatem eles, pois não fazem falta a Portugal e às regiões.»

Respondendo ainda aos argumentos falaciosos dos defenso-

res do «não», prosseguiu Luís Garra: «Ainda aos que se preocupam com futuras capitais, nós dizemos que na Beira Interior o problema está resolvido: não precisamos de capitais! Precisamos é que os vários órgãos e os serviços se espalhem pelos diferentes centros urbanos. Porque capital já nós temos, é a capital do País, é Lisboa.»

A terminar, Luís Garra deixou um apelo: «Aos beirões, aos serranos que tiveram de abandonar as suas terras por nelas não encontrarem condições mínimas de acesso à saúde, ao ensino, à educação, a esses, convidamos a que, no dia 8 de Novembro, engrossem este grande movimento pelo futuro, que é o movimento pela regionalização.»

### Unidade na acção

Por último, falou Rogério de Brito, presidente da Câmara de Alcácer do Sal e representante do Movimento «Alentejo pela Regionalização, Por Portugal», de quem partiu a ideia da realização do desfile.

Uma ideia que surgiu porque «Lisboa é uma terra que tem à sua volta mais alentejanos que os que moram no Alentejo» e «as suas terras precisam do seu voto, do seu sim à Região».

Mas «armados na mesma pobreza, na mesma angústia de deixar familiares e amigos» estavam também, os transmontanos, os algarvios, os beirões, que tiveram que comer «o pão que o diabo amassou».

«Não deveriam, pois, estar todos unidos?» E ele próprio respondeu: «Sim, porque na unidade se faz o reforço da democracia, se constrói o progresso.»

Denunciando, depois, os que tratam os políticos como se fossem inimigos da democracia ou alguém «à beira da delinquência», lembrou que todos os partidos têm nos seus programas a institucionalização das regiões. E, assim sendo, «porque se está, hoje, a referendar esta vontade já expressa?».

«Mas já que cá estamos...», disse a terminar, «é bom lembrar que aquilo que os defensores do «não» imputam às regiões é algo que eles próprios já protagonizaram!»

### Responder sem perder tempo

Pelo Movimento «Sim às Regiões, Melhor Portugal», falou o coordenador da CGTP, Manuel Carvalho da Silva, que iniciou a sua intervenção, felicitando o movimento do Alentejo pelo Sim às Regiões, pela ideia do desfile. «Um desfile de culturas e manifestações dos povos de quase todas as regiões do País, que enviam um sinal a toda a região de Lisboa, cuja população é oriunda das regiões que hoje aqui desfilam.»

Faltam apenas duas semanas para o referendo, lembrou Carvalho da Silva. Duas semanas em que muito se pode fazer. É, pois, «tempo de passar à acção e responder - ainda que não perdendo tempo -, às calúnias e argumentações «trauliteiras» da direita, mostrando

os benefícios que a regionalização irá trazer para as regiões.»

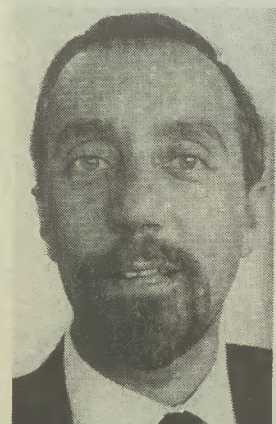
«A regionalização não é um acto definitivo», prosseguiu este orador, «é um processo», e, nestas dias que faltam, é preciso dizer que «dúvidas há sempre» mas «o futuro não se constrói com certezas mas, acima de tudo, com convicções, com valores, com princípios, com capacidade de decisão, sem medo que o povo decida ou de novos patamares de poder.»

«Vale a pena a regionalização», terminou o representante do «Sim às Regiões, Melhor Portugal», pois «ela contribui para o aprofundamento da democracia, dá mais voz à participação, possibilita o controlo e o uso das nossas capacidades.»





# O que eles disser sobre a Regionalização



## Marcelo Rebelo de Sousa e a causa que acabará por ganhar

"A causa da regionalização acabará por ganhar", disse, num seminário internacional sobre poder local que se realizou na FIL, em que, segundo o jornal, "defendeu acerrimamente a regionalização e atacou com violência a classe política", afirmando: "a Constituição diz uma coisa e a classe política, a começar pelo Presidente da República, diz outra"

(Público, 16/4/93)

## Marcelo Rebelo de Sousa e o imparável curso da História

"E não se diga que nós queremos travar o curso da História, que pretendemos impedir a regionalização e as eleições regionais a todo o custo. É pura mentira. (...) Queremos regionalização, mas defendemos o referendo no seu arranque e na delimitação das regiões administrativas"

(Intervenção no encerramento do XVIII Congresso do PSD- S<sup>a</sup> Maria Feia - 20, 30 e 31/3/96, in «Povo Livre de 4.4.98»)

## Marcelo Rebelo de Sousa e as superiores vantagens

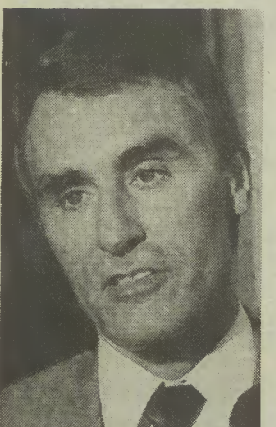
"Duas décadas volvidas, o Presidente do PSD salienta que a sua posição se mantém a mesma, defendendo um projecto de regionalização genuíno, com todos os custos inerentes, mas com superiores vantagens políticas e económicas para o País e de aproximação dos cidadãos, o que em democracia é fundamental"

Relato da intervenção nas III Jornadas da Administração Pública, «Povo Livre», 1/5/96

## Marcelo Rebelo de Sousa/96 desmonta argumentos de MRS/98

Reza a acta da Assembleia Municipal de Lisboa. "É defensor da institucionalização das regiões administrativas, enquanto cidadão sentia-se bem em dizê-lo, assim como também se sentia bem em dizê-lo como líder partidário, visto que a moção que subscreveu, e que foi maioritariamente votada no Congresso, isso mesmo dizia." Outras afirmações de MRS citadas na Acta: "No caso do PSD, a tônica da descentralização e, dentro dela da regionalização, esteve sempre presente"; "A regionalização política é uma coisa - é o que existe nos Açores e na Madeira - a regionalização administrativa é uma coisa distinta"

(Acta da Assembleia Municipal de Lisboa, onde, em 9 de Maio de 1996, o líder do PSD, enquanto membro daquela Assembleia, expressou o seu pensamento sobre a regionalização)



## O Governo de Cavaco Silva e a Lei-Quadro das Regiões

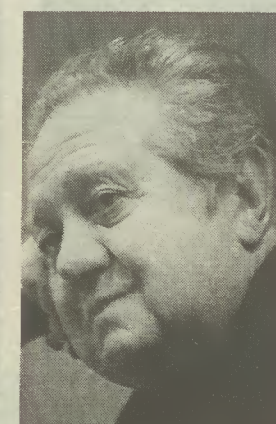
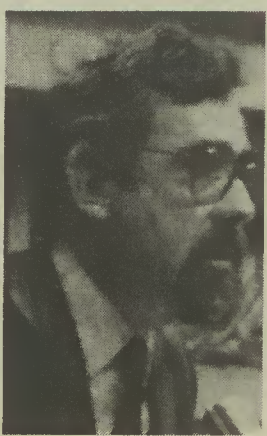
"O Conselho de Ministros aprovou ontem a proposta de Lei-Quadro das Regiões Administrativas (que depois foi votada por unanimidade na AR, tornando-se a Lei 56/91); O Governo, sustenta o comunicado do Conselho de Ministros, «pretende alcançar três objectivos essenciais através desta iniciativa legislativa: - que o processo de regionalização (...), seja mais um factor capaz de contribuir para o desenvolvimento global e integrado do País (...), possa ser um novo contributo visando aproximar cada vez mais as populações dos centros de decisão (...), seja mais um factor de reforço da unidade e da coesão nacionais»"

(DN, 19/9/90)

## Cavaco Silva e a relevância indiscutível

"Neste contexto, o processo de regionalização assume, naturalmente, uma relevância indiscutível, pelo que o governo a ele irá dedicar particular atenção. (...) Com este objectivo o Governo propõe-se apresentar uma proposta de lei de criação das regiões administrativas e regulamentar a respectiva lei-quadro" (nota: trata-se da Lei 56/91, em vigor e aprovada por unanimidade)

(Programa de Governo apresentado na AR em 11/11/91, página 22)



## Mário Soares com o processo de regionalização em curso

O Presidente da República afirmou em Bragança ser "indispensável que o processo de regionalização se desenvolva tendo em vista o reforço da unidade nacional e a audição e empenhamento das populações"

(«o diário», 19/2/87)

## Mário Soares e a aposta

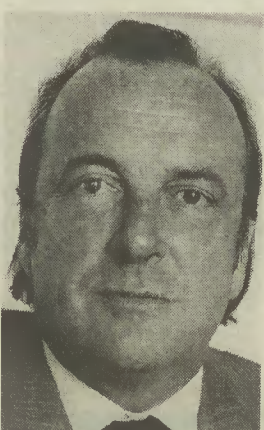
"Intervindo num jantar que lhe foi oferecido pela Associação Nacional de Municípios, o Presidente da República afirmou que "a aposta na regionalização é antes de tudo uma aposta na responsabilidade - no Governo do País pelo País"

(«Correio da Manhã», 30/6/90)

## Mário Soares Presidente e (re)candidato continua com a aposta

"Há por exemplo que assegurar um maior pluralismo na sociedade e no Estado, uma mais generalizada participação dos cidadãos na vida pública, uma maior partilha do poder efectivo de decisão, ao nível dos diferentes poderes do Estado e dos necessários contrapoderes democráticos - as autonomias, a regionalização, o poder local (...) - por forma a reduzir realmente o papel do Estado, a conferir mais eficácia à sua Administração (...) simplificando-a e descentralizando-a"

(Declaração de recandidatura à PR - Outubro/90)



## O VIII Governo da AD/Pinto Balsemão e uma das suas quatro prioridades

"De acordo com o programa eleitoral da Aliança Democrática, o VIII Governo Constitucional inscreveu no seu programa o objectivo da regionalização do continente. E este objectivo foi qualificado como uma das 4 prioridades da acção governativa.

(...) Nos propósitos do Governo não está, portanto, levar a cabo apenas o processo de desconcentração de funções, que consistiria unicamente na transferência de alguns poderes de decisão de órgãos centrais do Estado para órgãos periféricos deles hierarquicamente dependentes. Do que se trata é de emprender uma verdadeira e autêntica descentralização regional, ou seja, a transferência de atribuições e competências, de serviços e de recursos humanos, materiais e financeiros, para entidades independentes do Estado - as regiões -, que serão dirigidas por órgãos próprios, livremente eleitos e representativos das populações que os escolheram.(...) São 3 os principais fundamentos da política de regionalização adoptada pelo Governo.

Em primeiro lugar, a necessidade de cumprir o imperativo constitucional. (...) Em segundo lugar, a regionalização é necessária porque corresponde a uma orientação de base da filosofia política do Governo, da maioria que o apoia e da Aliança Democrática - a orientação favorável à descentralização do Estado e à autonomia do poder local - e porque só assim se consegue desenvolver politicamente o País, difundir as responsabilidades em toda a sociedade, combater o gigantismo e a paralisia do Estado, aproximar os serviços das populações, evitar a burocratização, assegurar em maior grau a participação dos cidadãos na gestão da Administração Pública - numa palavra, vivificar e fortalecer a democracia. Em terceiro lugar, a política de regionalização do continente português é indispensável como exigência do desenvolvimento económico, social e cultural do País e da correcção das desigualdades pessoais, sectoriais e geográficas que caracterizam ainda a sociedade portuguesa.

(...) São estas as três principais razões que justificam a política de regionalização do Governo, política que agora se vai finalmente iniciar, mas que não é descoberta de última hora nem simples apelo à popularidade fácil, pois consta explicita e detalhadamente dos programas partidários aprovados em 1974 pelo PSD, pelo CDS e pelo PPM"

(Nota: Deste Governo faziam também parte como secretários de Estado Marcelo Rebelo de Sousa e António Capucho).

(Resolução n.º 1/82-16/12/81, publicada no DR - I Série de 4/1/82 - "Linhas gerais do processo de regionalização no Continente")

## António Barreto sinceramente (?) do lado da regionalização

"A regionalização é essencialmente um instrumento de descentralização. Esta, sim, parece-me um designio, ela própria constituindo um factor de maior eficácia e, sobretudo, de controlo social. (...) Com tudo isto, mantenho-me sinceramente do lado dos que querem e lutam pela descentralização e continuo a crer que a regionalização é um dos instrumentos para lá chegar. Para terminar, é útil recordar que vivemos actualmente um dos momentos mais perversos de centralização do Estado e da sociedade. Perverso, porque supostamente, com a Comunidade Europeia e a democracia, tudo empurraria para a descentralização. Tal não é o caso. (...) Noutras palavras, a quase totalidade do investimento nacional (...) depende do Estado e da decisão política, com muito pouco controlo social e nenhum controlo parlamentar. Pode pensar-se que exagero. O tempo me dará razão. E se os poderes políticos não souberem ou não quiserem pôr em marcha um movimento descentralizador, verão como tal se fará com grande crise, nas piores condições"

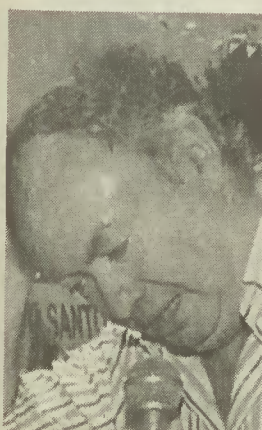
(Público, 11/6/90)

# ALGUNS EXEMPLOS am Regionalização

## O CDS e o poder regional que vai cumprir melhor

No Encontro de Autarcas Centristas e Democrata-Cristãos, em Braga, foram aprovadas moções em que "se reivindica o processo de regionalização - com o pressuposto de que, se o poder local funciona, é mais que provável que o poder regional cumpra melhor a função governativa do que o poder central - e se manifesta o repúdio pela "estratégia governamental de centralização"

(Público, 3/6/90)



## Alberto João Jardim contra as manobras reaccionárias

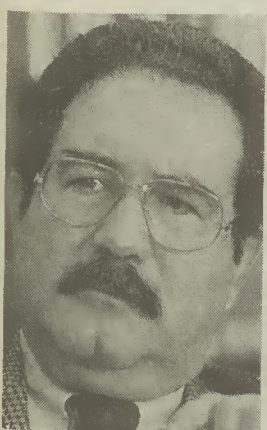
Disse no Funchal que o processo de regionalização do País "não choca com o poder local e é irreversível" e que "os centuriões do centralismo quando querem abrir uma batalha contra a regionalização utilizam as regiões autónomas para campanhas pouco correctas e destinadas a desmotivar as populações do continente" e que "o poder local sem a regionalização terá mais dificuldades em resistir" e que "vamos agora no início da luta pela regionalização, mas dentro de 20 anos as gerações futuras vão rir-se quando lerem todas as manobras reaccionárias e obscurantistas movidas contra este fenómeno irreversível"

(DN, 6/1/87)

## Alberto João Jardim e a abençoada regionalização

Na Maia, declarou: "Abençoo a vinda da regionalização para um país tragicamente burocratizado. Sá Carneiro sempre defendeu a regionalização. O Governo da AD preparava-se para a levar a bom porto. O programa do PSD consagra o princípio, e isso é que conta, ao invés da opinião de Cavaco e de outros dirigentes. Se tal não for para diante, temos de pedir contas aos dirigentes do meu partido. A regionalização é irreversível"

(DN, 29/6/95)



## Isaltino de Moraes e o potencial da regionalização

"É importante para o desenvolvimento do nosso país que a regionalização venha a ser uma realidade, porquanto há determinadas áreas hoje na dependência exclusiva da administração central que impedem a tomada de decisões de uma forma mais oportuna, tempestiva, eficaz e racional. Se se pretende um desenvolvimento económico e social do País de forma mais equilibrada, é indiscutível que a regionalização contém em si um potencial e que aproveita melhor as sinergias de cada área. (...) Defendo que a regionalização apenas deve avançar depois de 1997 para permitir que os fundos comunitários do Pacote Delors II possam ser utilizados de forma equitativa em todo o País"

(«Semanário», 20/6/92)

## Vieira de Carvalho contra os inimigos do futuro

"Não estou sozinho na luta pela regionalização. Não há reforma e modernização do Estado sem a sua implementação. Só pode estar contra a regionalização quem está contra o futuro"

(DN, 22/6/95)

## Vieira de Carvalho e as ignorâncias depauperantes

"A maioria do PSD é pela regionalização. Já recebi 1400 cartas de apoio... Tenho desalento pelo imperativo constitucional intocável ser sucessivamente protelado. Até porque já vi um pouco de tudo: ignorâncias flagrantemente depauperantes, insuspeitadas hipocrisias, situações mais do que comprometedoras, silêncios afogados ao Poder sem pena de negar um passado que sempre devia ser honrado.

"Dei-me conta de laivos de um farisismo que me chocou, e que pode ser arrumado no quadro de um inaceitável abuso. Não assisti ao aparecimento de um único argumento que pusesse em causa o processo de regionalização"

(DN, 4/7/95)

## Vieira de Carvalho e o objectivo essencial do PSD

"No que respeita à Regionalização, a moção (que apresentou) defende que se trata, antes de mais, de um processo de reforma do Estado e da Administração. É, afinal de contas, o caminho da construção de um Estado moderno para Portugal (...) é uma tarefa urgente e inadiável. (...) A regionalização constituiu desde sempre um objectivo essencial do Programa do Partido. E o Partido foi mesmo o maior arauto desta reforma estrutural do Estado e da Administração, quando se elaborou a Constituição (...) em 1976 (...) E as revisões da Constituição da República, ocorridas em 1982, em 1989 e em 1992 não tocaram minimamente, de modo substancial, nesta matéria. Matéria que sempre permaneceu como imperativo constitucional intocável. (...) Na troca de palavras, não constatámos o aparecimento de um único argumento sólido, de um único argumento substancial que pusesse em causa o processo de regionalização, a necessidade de urgente implementação desse processo e as virtualidades de mudança estrutural (...) que assegura"

(Intervenção no XVIII Congresso do PSD Feia 29, 30 e 31/3/96)

# Como é de justiça

Esta antologia, que podia ser muito mais desenvolvida, ilustra de forma exuberante o amplíssimo consenso que já existiu em torno da regionalização no quadro político-partidário nacional, consenso que, em boa verdade, só foi definitivamente golpeado quando o PSD e Marcelo Rebelo de Sousa concluíram que não lhes convinha deixar o PP a protagonizar sozinho a defesa do «não».

Esta antologia fala por si, mas propicia e justifica alguns comentários adicionais. O primeiro é que, como muitas vezes já dissemos, ninguém está proibido de mudar de opinião e nem sequer seria desejável que a defesa da regionalização fosse feita por atavismo ou por tradição em vez de ser por convicções actuais. Mas também deve ser dito com toda a clareza que aqueles que exercem o direito a mudar de opinião têm de reconhecer a outros o direito de a manter, em vez de, como estão fazendo, os crucificarem por isso mesmo e os apresentarem como um bando de tontos que vivem na estratosfera.

O segundo comentário destina-se a lembrar que o que seria uma exigência de elemental transparência e honestidade política era que os actuais defensores do «não» que têm sobre os ombros anos a anos de declarações a favor da regionalização, em vez de o esconderem completamente ou o referirem por fórmulas perfeitamente fugidias, deviam começar por assumir com toda a nitidez perante os portugueses que mudaram de opinião e que, portanto, no passado já defenderam tudo quanto hoje têm dura e violentamente criticam e invectivam nos defensores do «sim», dos «tachos» à «burocracia», da «corrupção» ao «clientelismo» do «despesismo» ao «retalhar» do País.

O terceiro comentário tem em vista chamar a atenção para a inconsistência e carácter fraudulento das justificações que alguns avançam para a sua mudança de opinião, quando não conseguem fugir à lembrança que já pensaram o contrário do que hoje dizem. E, neste domínio, o caso mais desavergonhado é sem dúvida o de Cavaco Silva que nos pretende fazer crer que foi a sua «experiência governativa» que, em boa hora, lhe iluminou as meninges.

Acontece porém que Cavaco Silva foi Primeiro-Ministro de 1985 a 1995 e, qual aparição da Virgem, só mudou repentinamente de opinião numa turbulenta madrugada de Julho de 1994. Ou seja, precisou de nove-anos-nove de «experiência governativa» para descobrir que a regionalização era um «erro colossal». E se, por azar, se tem atrasado mais um ano, só o descobriria já depois de o povo português, pelo voto, se ter mostrado farto da «experiência governativa» do PSD e de Cavaco Silva.

O quarto comentário é o de que, salvo as excepções que toda a regra pressupõe, no campo do «não» o que mais se afirma não é um território de convicções, de seriedade e coerência mas o novelo de todos os truques e artifícios e a caldeirada de todos os eclectismos que possam encaixar no sagrado princípio de que é bem-vindo tudo o que, ainda que contraditório, demagógico ou terrorista, permita arrebatar votos pelo «não»

Já não é só a questão de todas as deturpações, acusações, caricaturas e nefandos objectivos despejados sobre os defensores do «sim» pelos defensores do «não» caírem inexorável e retroactivamente, como já vimos, sobre eles próprios.

É também a questão de que, como no campo do «não» há os que se afirmam contra «toda e qualquer regionalização», há os que só são contra «esta regionalização» e ainda há os que são por uma e outra coisa consoante o dia da semana e o auditório de ocasião, daqui resulta um facto que tem estado muito silenciado mas é muito interessante e educativo.

É que, assim sendo, quase tudo o que é dito pelos que são contra «toda e qualquer regionalização» atinge não apenas os defensores do «sim» mas também na mesma medida os defensores do «não» que dizem ser apenas contra «esta regionalização». Ou seja, e trocando por miúdos, Cavaco Silva, os cartazes do PSD e os cartazes do PP andam para aí a insultar e a acusar não apenas o PS e o PCP mas também, por exemplo, António Capucho, Secretário-geral do PSD (que, no «DN», disse há dias defender o modelo das cinco regiões) e mesmo Marcelo Rebelo de Sousa (que, ainda há dias, na TSF, se voltou a confessar «regionalista»), ou ainda... o próprio Paulo Portas (que, às ordens de Marcelo, não poucas vezes também disse ser contra «esta regionalização»).

Concluindo: nenhuma dúvida que apelamos a que, no dia 8, a vitória do «sim» se possa fundamentalmente sustentar na compreensão da justeza e vantagem da regionalização enquanto importante reforma democrática (atenção que essa da «reforma do século» não é nossa mas uma desastrosa parvoice do pessoal do PS). Mas, dito isto, não hesitamos em dizer também que mau seria para o futuro curso e desfecho de outras batalhas que, designadamente no eleitorado à esquerda, não houvesse a compreensão de que, no dia 8, também há uma infinita falta de escrúpulos e uma imensa desonestidade política que o voto duas vezes «sim» ajudará a castigar.

Como é de justiça.

■ Vítor Dias

## O PSD contra as regiões mas pelos partidos regionais

Eliminação do n.º 4 do art.º 51.º da Constituição que dispõe que "Não podem constituir-se partidos que, pela sua designação ou objectivos programáticos, tenham índole ou âmbito regional". (Nota: o PCP sempre foi e continua a ser contra a possibilidade de constituição de partidos regionais.)

(Proposta constante do projecto de revisão apresentado pelo PSD na última revisão constitucional)

## Programa do PSD em vigor manda votar sim

"Uma nova era se abre à afirmação do poder local, como garantia de administração pública descentralizada, de intervenção política e cívica dos cidadãos e de progresso regional equilibrado, sem esquecer o processo de regionalização administrativo do Continente, que deve ser um factor de coesão entre os portugueses e reger-se pelos princípios da participação democrática, da solidariedade nacional, da eficácia, da desburocratização e da subsidiariedade".

(in pag. 34 do «Programa do PSD», aprovado no seu XVI Congresso (92), nunca até hoje alterado e por isso plenamente em vigor)



# Uma ameaça que exige resposta e luta

**P**OR MÉRITO do protesto e da luta da CGTP e do movimento sindical unitário, que mais uma vez contaram com a valiosa contribuição do PCP, o Governo PS viu frustrada a operação de Verão para acelerar e concretizar o desfecho legislativo de algumas peças do pacote laboral. Mas os compromissos com o grande capital eram e são demasiado fortes. Mais tarde ou mais cedo o Governo haveria de recolocar a questão na ordem do dia, após o início da última sessão legislativa da Assembleia da República.

Mas a questão estava em saber qual a sua prioridade, quais e quantas peças da floresta de 34 propostas de diploma iriam ter andamento.

O PCP, na Campanha Nacional de Esclarecimento de Maio/Junho e, mais recentemente, na semana de 26 de Setembro a 3 de Outubro, caracterizou os contornos de um "núcleo duro" de sete propostas que configuravam o pacote laboral.

Sem subestimar a gravidade das alterações propostas à lei da férias, ao conceito de retribuição, ao regime de trabalho nocturno, aos contratos a prazo, ao *lay-off* e ao reconhecimento das associações patronais em participar na elaboração da legislação laboral, o Partido alertou os trabalhadores para a peça principal deste pacote consubstanciado na proposta do trabalho a tempo parcial.

Os menos avisados ou que partiam da ideia simples de estarmos perante uma proposta que garantia e enquadrava, pelo menos, os direitos mínimos desses já 140 mil trabalhadores com contrato a tempo parcial, não entendiam esta caracterização feita pelo PCP.

O Governo clarificou a dúvida quando, na primeira reunião de líderes parlamentares, reclamou que "pelo menos" até ao final do ano queria ver aprovada a proposta de trabalho a tempo parcial, que o tempo de discussão pública decorreria no período da campanha do referendo sobre a regionalização, ou seja, até 6 de Novembro.

Mas é o conteúdo da proposta que sacode qualquer dúvida. Tem um alcance geral e se visa, em primeiro lugar os jovens e as mulheres, não há sector que fique de fora. Até a Administração Pública, que conta com 40 mil trabalhadores com contrato individual de trabalho (e estes seriam desde já alvejáveis), não seria imune, já que esta semana o Governo vai apresentar três propostas (trabalho a tempo parcial, semana de quatro dias e regime de estágio) que calçam como uma luva com a proposta de lei do trabalho a tempo parcial.

## Uma alteração radical

Esta proposta do Governo PS teve como fonte inspiradora a experiência pioneira nos Estados Unidos e a doutrina de algumas propostas da União Europeia, em que se proclamava o fim do conceito de emprego e a sua substituição pela "empregabilidade", traduzida na chamada partilha do emprego (e do salário) entre empregados e desempregados.

Hipocritamente, o capital e os centros de decisão da União Europeia defendiam este princípio em nome da solidariedade, silenciando sempre a intocabilidade do lucro e das fortunas amassadas nesta forma de exploração. Nos Estados Unidos, alguns analistas e sociólogos insuspeitos definiram esta experiência como "forma de trabalhar empobrecendo".

Em Portugal, isso seria bem mais doloroso e penalizante, se nos lembrarmos que o salário mínimo nacional é de cerca de 60 contos, e que uma medida destas atiraria centenas de milhar de trabalhadores para o limiar da pobreza.

Não duvidamos que esta proposta, a ser concretizada em lei, iria acrescentar milhões aos 600 milhões de contos

da fortuna pessoal do Sr. Belmiro de Azevedo. À custa da exploração daquelas jovens que na caixa do hipermercado aguardam o desfecho do seu contrato a prazo e a quem o Governo PS quer oferecer um contrato de trabalho a tempo parcial.

Mas o que choca nesta proposta é o facto de o Governo ser mais "papista que o Papa". Quando, a par da exigência de precarização geral e sacrifícios para os trabalhadores, propõe escandalosos benefícios para o capital, mais encargos e menos receitas para a Segurança

Social, quando propõe a eliminação sumária da negociação e da contratação colectiva nesta matéria.

Vejam os que quer o Governo PS:

Em primeiro lugar, impõe uma alteração radical na política de emprego, quando só "dá prémio" à entidade patronal que admita trabalhadores a tempo parcial. Benefícios que podem ir até à isenção de 50% da taxa contributiva para a Segurança Social. Com base na definição média do horário (organizado pela empresa) e na exigência do trabalho poder ser prestado em todos ou em alguns dias. O trabalhador ou trabalhadora nunca saberia quais os dias e quantas horas trabalharia por semana.

**Não há que esperar pelo julgamento da história. Há que agir e lutar agora para impedir que a precarização e a insegurança se transformem em Lei da República.**

Mas cuidem-se os mais novos e os mais velhos porque os proponentes (quem havia de dizer, caro ministro Ferro Rodrigues?) defendem que "serão apreciadas e sempre que possível eliminadas no quadro da contratação colectiva as disposições que dificultam ou limitam o acesso ao trabalho a tempo parcial". Imaginemos quais seriam as consequências, por exemplo, nas empresas de transportes.

Esta proposta visa abalar um dos principais pilares do direito do trabalho – o direito ao emprego, faz tábua rasa da garantia constitucional do direito à segurança no emprego inscrita no capítulo dos Direitos, Liberdades e Garantias, quer criar uma geração 2000 com direitos individuais reduzidos e precarizados privada, por impossibilidade objectiva de exercer direitos colectivos, de participar na vida de um sindicato, de uma comissão de trabalhadores ou até de se sindicalizar. Pense nisto, Sr. Presidente da República, quando justamente reclama mais participação dos cidadãos na vida política e social. É que a cidadania também se exerce nos locais de trabalho.

O PS, no Governo, que já assumiu a responsabilidade histórica de abrir a primeira fenda no edifício jurídico laboral quando aprovou a lei dos contratos a prazo, quer agora provocar maiores e mais graves abalos aos direitos dos trabalhadores.

Não há que esperar pelo julgamento da história. Há que agir e lutar agora para impedir que a precarização e a insegurança se transformem em Lei da República.



Eliminar-se-iam, assim, o sábado e o domingo como dias de descanso social normal, o que conduziria a uma total desorganização da vida pessoal e familiar do trabalhador, aliada a uma permanente necessidade de procurar mais algum trabalho que complementasse o orçamento familiar.

Aparentemente (e se fosse só por isso, justificar-se-ia dar dimensão de solidariedade geracional à nossa luta), os jovens são os principais visados sujeitos à pena perpétua da insegurança e precarização dos vínculos laborais.

Assim diz a proposta quando afirma que "a liberdade de celebração de contratos a tempo parcial não pode ser excluída por aplicação das disposições constantes de instrumento de regulamentação colectiva do trabalho vigentes".

Assim decidiu a CGTP-IN, o movimento sindical unitário e as comissões de trabalhadores, que hoje darão dimensão pública e de rua ao seu protesto e à sua luta.

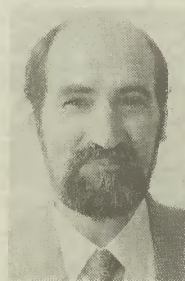
Não como ponto de chegada mas como ponto alto de um processo de luta que reclama mais esclarecimento e mobilização dos trabalhadores, exigirá mais esforços e empenhamento conforme se desenvolva o processo legislativo.

Saibamos articular esses esforços e esse empenhamento com a batalha do referendo pelo Sim à Regionalização. Se alguém está em contradição não somos nós. É o PS que está numa e contra outra. E esta outra tem a ver com a grande causa do trabalho com direitos.



# Os novos cães de guarda

**“Os novos cães de guarda” constitui o título de um recente e interessante livro de Serge Halimi, jornalista do *Le Monde Diplomatique*, dedicado à situação dos *media* e de um certo “jornalismo de reverência” dominado “pelos grupos industriais e financeiros, por um pensamento de mercado, por redes de convivência”. “Num perímetro ideológico minúsculo – diz Halimi – multiplicam-se as informações esquecidas, os intervenientes permanentes, as notoriedades induzidas, os afrontamentos fácticos, os serviços recíprocos. Um pequeno grupo de jornalistas omnipresentes – e cujo poder é fortalecido pela lei do silêncio – impõe a sua definição de informação-mercadoria a uma profissão cada vez mais fragilizada pelo temor do desemprego. Estes porteiros da ordem são os novos cães de guarda do sistema económico.”**



■ Lino de Carvalho

Sendo um livro de reflexão que arranca da experiência francesa, não podemos, ao lê-lo, deixar de alargar esta reflexão aos múltiplos exemplos idênticos que atravessam a imprensa portuguesa.

Também entre nós se pode dizer que “a censura é mais eficaz quando não tem necessidade de se afirmar, quando os interesses do patrão, miraculosamente, coincidem com os da informação”.

O PCP, então, tem obviamente sido sistematicamente objecto e vítima desta informação, desta rede ideológica.

Alguns exemplos vêm-nos à memória.

Quando da realização das festas do Avante sempre os vários repórteres e editorialistas procuram ou minimizar ou inventar elementos de diversão que diminuam a grandiosidade e o significado político e social do evento. Este ano, estupefactos, lemos, na crónica do jornal de Belmiro de Azevedo, que o PCP tinha puxado para a frente o palco do comício para procurar reduzir o perímetro deste e, assim, esconder a pré-anunciada pelo *Público* pouca mobilização face à EXPO/98. Por azar, a jovem repórter esqueceu-se de verificar que o palco está assente, há alguns anos, numa estrutura de betão!!!

Exposto ao ridículo da notícia, o *Público* limitou-se, uns dias depois, a rectificar a notícia numa minúscula nota que, obviamente, poucos lêem.

Mas também noutras frentes de intervenção, todos os dias o PCP é alvo de clara discriminação que, muitas

vezes, influencia mesmo os mais atentos e sinceros camaradas. Aqui há tempos, num mesmo dia, na Assembleia da República, o Grupo Parlamentar interveio em plenário, num debate quente, e realizou uma Conferência de Imprensa de apresentação do Projecto de Lei de Bases da Segurança Social. No telejornal dessa noite, na RTP 1, nada deu da intervenção do PCP no debate em plenário – apesar do seu interesse noticioso – e da Conferência de Imprensa passou imagem, sem som directo e com meras e rápidas palavras em *off* do repórter. No dia seguinte, eu próprio, tendo encontrado o repórter em causa nos corredores do parlamento questionei-o sobre as razões que levam a censurar o PCP dos telejornais. A reacção foi significativa da mentalidade de um censor: que não podia passar o PCP duas vezes no mesmo telejornal!!!

Outro exemplo: o PCP, através do seu Grupo Parlamentar, promove inúmeras iniciativas. Quando são noticiadas, na generalidade dos casos (e estou a falar em especial das televisões), omite-se que a iniciativa é do PCP.

Foi o que aconteceu recentemente com a audição sobre a situação da BSE.

Ou quando, após sucessivos protestos, não é possível esconder mais o PCP ou dar notícia da paternidade das iniciativas então reduz-se a intervenção comunista a trinta segundos ou duas linhas ininteligíveis e puxa-se o Governo para primeiro plano, dando-lhe o palco e desenvolvendo-lhe os argumentos.

Nada disto é casual. Nem é necessário que o membro do Governo que tutela a comunicação social ou o patrão do órgão em causa telefone ou exerça uma pressão directa sobre o(s) jornalista(s). Embora, isso, obviamente, também aconteça. Basta o caldo de cultura, de ideias feitas, de preconceitos e até de uma confrangedora mediocridade em que mergulha a educação e a formação de uma parte dos profissionais da comunicação social. Com, felizmente, evidentes excepções, que não cito para não embaraçar ninguém. Eu sei que não é avisado nem “politicamente correcto” falar nestes termos de quem é veículo do que dizemos. Mas é mais importante do que isso sermos coerentes connosco próprio e forçarmos o debate público destas questões tão sensíveis e tão

importantes para uma democracia que se quer plural e que não silencie, censure ou manipule as várias opções constitucionais que atravessam a nossa sociedade. Tem razão Serge Halimi quando afirma que a censura é mais eficiente quando não tem necessidade de se afirmar.

Outro traço do comportamento dos *media* em relação ao PCP é o seu reconhecimento – não expresso depois no relevo que (não) lhe dão nas respectivas notícias ou reportagens – de que nós possuímos uma informação e uma análise séria e fundamentada dos problemas que questionam a sociedade e os trabalhadores. Vai daí, não há dia que dirigentes e deputados do PCP não sejam confrontados com pedidos de informação, documentação e reflexões sobre múltiplos temas. Que, por norma, depois não vêm a luz do dia ou são resumidos a duas linhas embora sirvam, sem se citar a fonte, para construir a notícia. É o PCP a trabalhar para a formação dos profissionais dos *media* e para a própria elaboração do jornal. Já não é mau, dirão alguns. Mas quando colocamos o nosso interlocutor perante a possibilidade, o interesse e a oportunidade de se transformarem por vezes longas conversas de informação em entrevistas formais onde, explicitamente, o PCP exponha essas ideias e propostas, aí fica lançado o pânico. Que sim mas talvez... Que isso é matéria mais complexa que só o chefe ou o director do jornal podem resolver. Até corremos o risco de nunca mais vermos à frente o nosso interlocutor...

Não quero contudo deixar de reconhecer que nas últimas semanas, talvez sob o efeito Saramago e Fidel, os comunistas e o PCP tiveram mais espaço na informação. A cobertura das Jornadas Parlamentares do PCP, a divulgação de iniciativas na área da Saúde e do Orçamento de Estado, o acompanhamento de algumas iniciativas e entrevistas com o Secretário-Geral do PCP são disso exemplo, diga-se em abono da verdade.

Mas por quanto tempo assim será? Nada melhor do que seguir atentamente o futuro comportamento dos *media* em relação ao PCP, para distinguir a conjuntura de um comportamento sistémico. Oxalá me engane.

E não sofro nesta matéria nenhuma síndrome de perseguição, reconhecendo que também temos muito a melhorar na nossa política, na nossa capacidade de iniciativa e organização comunicacional. Mas também não tenho grandes ilusões e distingo a diferença entre momentos de maior notoriedade do PCP na comunicação social, entre sempre necessárias melhorias do nosso trabalho e um traço geral estrutural de discriminação. Antes não fosse assim. Aliás, um exemplo muito recente vem dar razão a esta tese: no passado sábado, o Telejornal da RTP 1 apresentou uma peça sobre o Orçamento de Estado onde o PCP apareceu como protagonista principal devido

às propostas que apresentou para introduzir maior justiça fiscal no IRS e que o próprio primeiro-ministro foi obrigado a reconhecer como propostas sérias, dificilmente recusáveis. Mas qual foi a opção que, a seguir, a RTP tomou quanto ao debate em estúdio? Convidou representantes do PS e do PSD quando o que seria lógico era ter convidado o PCP e, em especial, o seu *leader* parlamentar. Se isto não é discriminação, então digam-me o que é... Mas há mais. Basta estar atento aos artigos, editoriais, questionários e outros eventos inquietos que, depois da Cimeira do Porto, já começaram a aparecer, comparando Pinochet a Fidel Castro, acentuando (a pretexto do lançamento de um livro anticomunista já há muito describilizado) os alegados «crimes do comunismo» e procurando-se, assim, reduzir ou anular os impactos do feito Saramago ou Fidel. Temos que procurar responder a isto? Claro. Mas esta é que é a realidade sistémica que precisamos de trazer para o debate (e para o protesto).

Outro traço justificativo de reflexão tem a ver com a forma como os nossos órgãos de comunicação social se debruçam sobre a chamada globalização (mais rigorosamente, a mundialização do sistema económico e financeiro do capitalismo). Até há pouco, a liberalização dos mercados e a livre circulação das mercadorias e dos capitais eram condição de desenvolvimento e progresso. De repente, bum. A crise do sistema – e não só dificuldades de tal ou tal país, como bem fez notar Fidel Castro na Cimeira Ibero-Latino-Americana do Porto – obrigou os guardiões do capitalismo, a começar pelos Partidos da social-democracia e do “socialismo”, a reinventar o discurso, a procurar afanosamente soluções de gestão do sistema, a recuperar Keynes (para o Estado poder socializar os prejuízos). Aí passámos a ter, também, os nossos analistas e jornalistas económicos a repetir o discurso e as receitas da social-democracia em contradição plena, aliás, com que muitos deles, estremes defensores das correntes do capitalismo liberal, defendiam meses antes. Ontem defendiam que o Estado saísse da economia e libertasse a “sociedade civil” – leia-se que a economia e as funções sociais do Estado fossem privatizadas. Hoje, defendem a necessidade do Estado intervir para aguentar, por exemplo, os capitais especulativos de alto risco (os *hedge funds*), os bancos e outras instituições financeiras. Isto é, depois dos lucros especulativos terem sido, durante alguns anos, embolsados pelo capital, agora têm de ser os cidadãos, através dos respectivos Estados, que têm de suportar a socialização dos prejuízos. E logo, obviamente, os nossos *media* fazem coro com os interesses do patrão.

Serge Halimi procura explicar esta adesão às teses do pensamento dominante e dos mais favorecidos da sociedade com a ideia de que os jornalistas que recebem salários anuais muito elevados proporcionando-lhes uma vida quotidiana de grande conforto “torna-os mais sensíveis aos problemas dos privilegiados que à sorte dos trabalhadores pagos com o salário mínimo”. E é essa pequena coorte, feita de jornalistas e analistas bem pagos, que todos os dias atravessam os ecrãs, as ondas radiofónicas e os comentários da imprensa escrita – “que se encontram, frequentam-se, apreciam-se, citam-se” – que dão o mote para a repetição das mesmas teses pelo resto dos profissionais de comunicação social, a generalidade deles presos a um emprego precário, a recibo verde, onde a competição é cada vez mais violenta.

Desse meio, em Portugal, também se pode dizer o mesmo que um sindicalista americano, citado por Halimi, dizia dos jornalistas do seu país: “Há vinte anos, eles almoçavam connosco nos cafés. Hoje, eles jantam com os industriais.”





### Resíduos tóxicos e perigosos

# As vozes da ira

■ Henrique Custódio

As «Audiências públicas» promovidas a semana passada, pelo Ministério do Ambiente, em Alhandra (no Concelho de Vila Franca de Xira), Setúbal e Barreiro para auscultação das populações sobre a instalação, nas respectivas áreas, do projecto governamental de «Eliminação de Resíduos Industriais pelo Sector Cimenteiro» saldaram-se numa recusa unânime, maciça e inequívoca destas populações em consentirem a concretização deste projecto nos seus territórios, invocando um argumento de peso: as suas regiões já foram suficientemente sacrificadas no altar do «progresso», tendo pago, ao longo de muitas décadas, um preço demasiado alto em poluição ambiental e degradação da saúde pública. Assim sendo, todos recusam liminarmente a instalação de um sistema que sabem ir agravar seriamente os problemas ambientais que sofrem há décadas, além de vir trazer novos e pesados riscos pois, desta vez, o que está em jogo é o transporte, manipulação e incineração dos materiais tóxicos e perigosos produzidos em todo o País.

As chamadas «Audiências públicas» promovidas pelo Instituto de Promoção do Ambiente (IPAMB), dependente do

projecto e o estudo de impacte ambiental, tudo elaborado pela SCORECO, a empresa ligada às cimenteiras que está directa-

mente envolvida no projecto e é parte interessada neste negócio da incineração, já considerado por muitos o «negócio do século XXI». Só que as populações presentes não estiveram pelos ajustes: recordando que se estava numa audiência pública, exigiram ser ouvidas em primeiro lugar. O resultado foi sempre o mesmo: um rotundo «Não» à instalação do projecto nas respectivas zonas, afirmado unanimemente por largas dezenas de oradores que usaram da palavra em cada uma das sessões e unindo, na mesma discordância e disposição para a luta, todas as forças políticas e sociais de cada local.

No Barreiro e em Alhandra confluíram ainda duas gigantescas manifestações de rua a reforçar o repúdio pela instalação do projecto de incineração, no primeiro caso mobilizando todos os alunos das quatro escolas secundárias do Barreiro e, no segundo, afirmando o protesto da população de Alhandra e do Concelho a que pertence Vila Franca de Xira.

Embora resumidamente, damos nota nestas páginas do que foram estas manifestações e audiências públicas.

## Barreiro

No Barreiro, os primeiros a reagir foram os mais novos. Mobilizados pelas respectivas associações de estudantes, os milhares de jovens que frequentam as quatro escolas secundárias do concelho (Alfredo da Silva, Casquilhos, Alto do Seixalinho e Santo André) saíram à rua na quarta-feira da semana passada, juntando-se-lhes as crianças das escolas do 1.º ciclo do ensino básico e diversas associações do concelho, pondo em movimento uma impressionante manifestação de repúdio pela instalação, em plena malha urbana, numa estação de recolha e pré-tratamento de resíduos tóxicos e perigosos.

A gigantesca manifestação de jovens começou por confluír numa das principais artérias da cidade do Barreiro, a Avenida Miguel Bombarda, onde ouviram as palavras de apoio e solidariedade do presidente da Câmara, Pedro Canário, que tem, reconhecidamente, encabeçado toda a luta contra a instalação de mais

esta unidade poluidora no sacrificado Barreiro. Posteriormente, dirigiram-se à Quimiparque, o complexo industrial onde o Governo pretende instalar a estação de recepção e pré-tratamento de resíduos, tendo entregado ao executivo do parque industrial um comunicado de inequívoco repúdio e em nome da juventude do Barreiro.

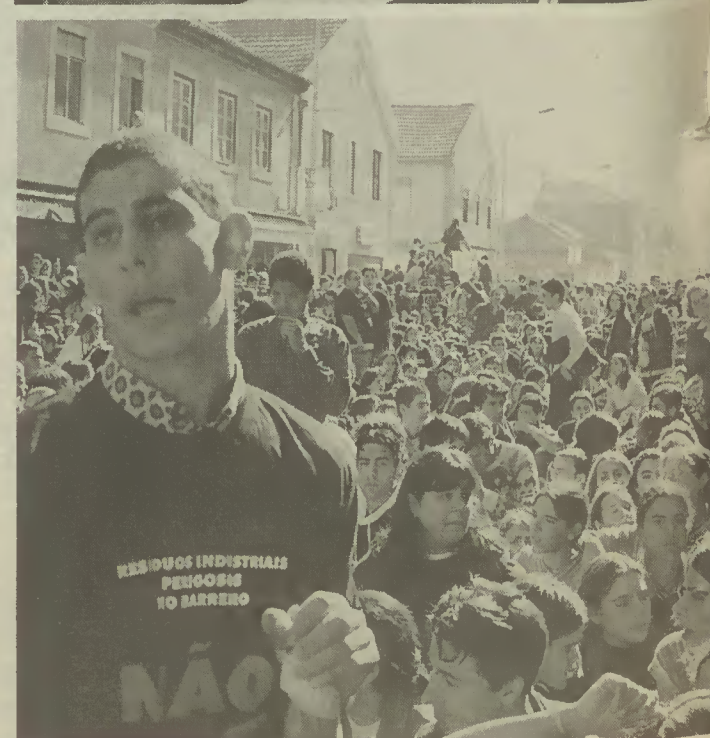
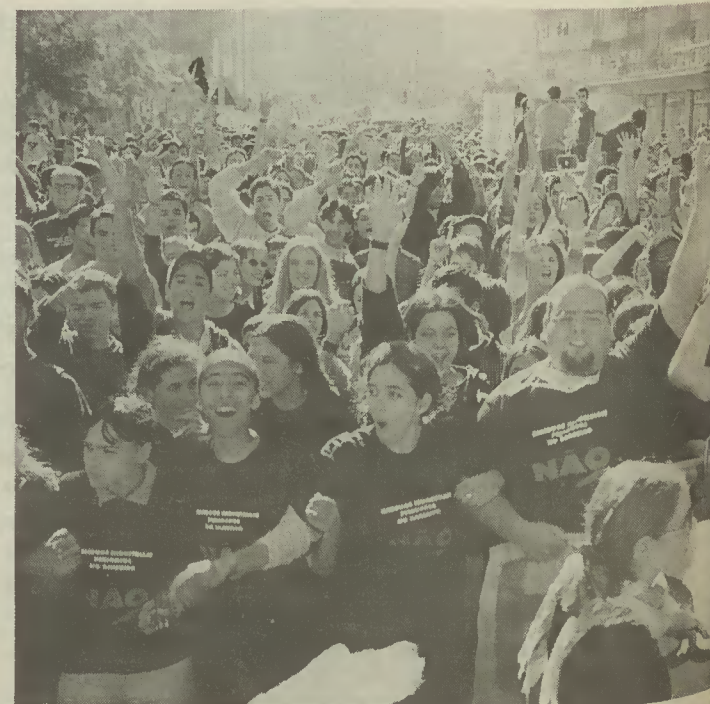
Dois dias depois, na noite da passada sexta-feira, realizou-se no grande salão da colectividade «Os Penicheiros» a anunciada audiência pública promovida pelo Ministério do Ambiente, através do IPAMB. Mais de mil pessoas encheram quer o vasto recinto quer o largo fronteiro à colectividade, onde a Câmara Municipal do Barreiro providenciara a instalação de um *video wall*, para que todos, no exterior, pudessem seguir em directo o que se passava.

A sessão começou pelas 20.30, com o expediente do costume: o representante da SCORECO - a empresa ligada às cimenteiras que representa os interesses privados neste negócio da remoção, acondicionamento e incineração dos resíduos tóxicos e perigosos - preparava-se mais uma vez, e à semelhança do que já tentara em Alhandra e Setúbal em noites anteriores, para uma longa e pausada exposição para descrever o projecto e apresentar o estudo de impacte ambiental realizados pela própria SCORECO.

Poucos minutos falou: a assistência exigiu aos responsáveis ministeriais que dirigiam os trabalhos para que se cumprisse o objectivo de se ouvir a população, recordando que a sessão fora oficialmente organizada como «audiência pública». E assim se fez. Primeiro, falaram as autoridades locais, com destaque para o presidente da Assembleia Municipal, Helder Madeira, e o presidente da Câmara, Pedro Canário, ambos do PCP, sendo secundados por vereadores e eleitos locais do PS e do PSD, que expressaram publicamente o seu apoio à liderança de Pedro Canário na luta contra a instalação da Estação de Recolha e pré-tratamento de Resíduos Industriais no Barreiro. Mas não só: ao microfone chegaram as vozes de dirigentes da JCP, JS e JSD, de organizações de trabalhadores católicos, de associações de estudantes, de professores, das mais diversas associações e cidadãos a título individual, todos convergindo no repúdio deste projecto.



Mas o repúdio não se limitou a ser um protesto indignado: calcorrendo a argumentação avançada por Pedro Canário, as mais de quatro dezenas de pessoas que falaram até além das duas da madrugada demonstraram, à exaustão, por um lado, que o Barreiro já pagou pesadamente ao longo de seis décadas a sua quota parte de degradação ambiental e, por outro, o perigo e a irracionalidade que é instalar uma estação de armazenamento e embalagem de resíduos tóxicos bem no meio de uma população com dezenas de milhares de pessoas, à beira de escolas e hipermercados e junto ao estuário do Tejo, garantindo às entidades presentes que a população do Barreiro não vai consentir este novo atentado à vida da cidade e do concelho.



## Alhandra

No passado sábado, cerca de 2000 pessoas residentes no Concelho de Vila Franca de Xira e, particularmente, na Freguesia de Alhandra, onde se situa a empresa cimenteira da Cimpor, manifestaram-se pelas ruas desta localidade contra a instalação, pretendida pelo Governo, de uma unidade de incineração de resíduos tóxicos e perigosos.

Todas as forças políticas locais e as mais diversas associações sociais e culturais do concelho manifestaram a sua unanimidade à volta desta contestação, que se seguiu a uma outra, por ocasião da «audição pública» promovida pelo Governo, onde a população de Alhandra e do Concelho de Vila Franca de Xira deixou bem claro aos representantes do Ministério do Ambiente e da SCORECO que não estava disposta a consentir a instalação da unidade incineradora em Alhandra.



## Setúbal

Segundo a Lusa, mais de 700 pessoas participaram numa audiência pública promovida pelo Instituto de Promoção Ambiental (IPAMB) na quinta-feira à noite em Setúbal, contestando vivamente a instalação de uma unidade de incineração de resíduos tóxicos e perigosos na cimenteira da SECIL instalada no Parque Natural da Arrábida.

Usou também da palavra o deputado do PSD, Cardoso Ferreira, afirmando que a população «não vai permitir» a instalação desta unidade de incineração, tal como se pronunciou no mesmo sentido o presidente da Quercus, Francisco Ferreira, e o responsável pelo núcleo de Setúbal desta organização, Miguel Maldonado, que afirmou que a ideia de instalar uma incineradora de resíduos tóxicos na Arrábida «era coisa de doídos».

Falaram ainda muitas outras pessoas, nomeadamente todos os movimentos públicos que se têm oposto à co-incineração na serra da Arrábida, tendo resultado desta consulta pública uma liminar recusa da população setubalense em admitir o que consideram um grave atentado ao ambiente, ao património natural e à saúde pública.





# Escritores sobre Saramago

A festa do Nobel está para durar, como se escreveu em editorial no «Avante!», logo que foi conhecida a atribuição do Prémio a José Saramago. Não se esgota nos momentos de alegria que saudaram a distinção, pela Academia Sueca, ao escritor português, nem nas cerimónias de alto nível celebradas ou a celebrar.

As numerosas iniciativas que, por todo o País, têm lugar e que mostram a Saramago o apreço pela sua escrita e pela sua postura de cidadão e a congratulação pelo Nobel, aí estão a prolongar a festa nos tempos. A essas iniciativas se associa também o nosso jornal, publicando hoje depoimentos de alguns escritores, seus pares na escrita e nos ideais.

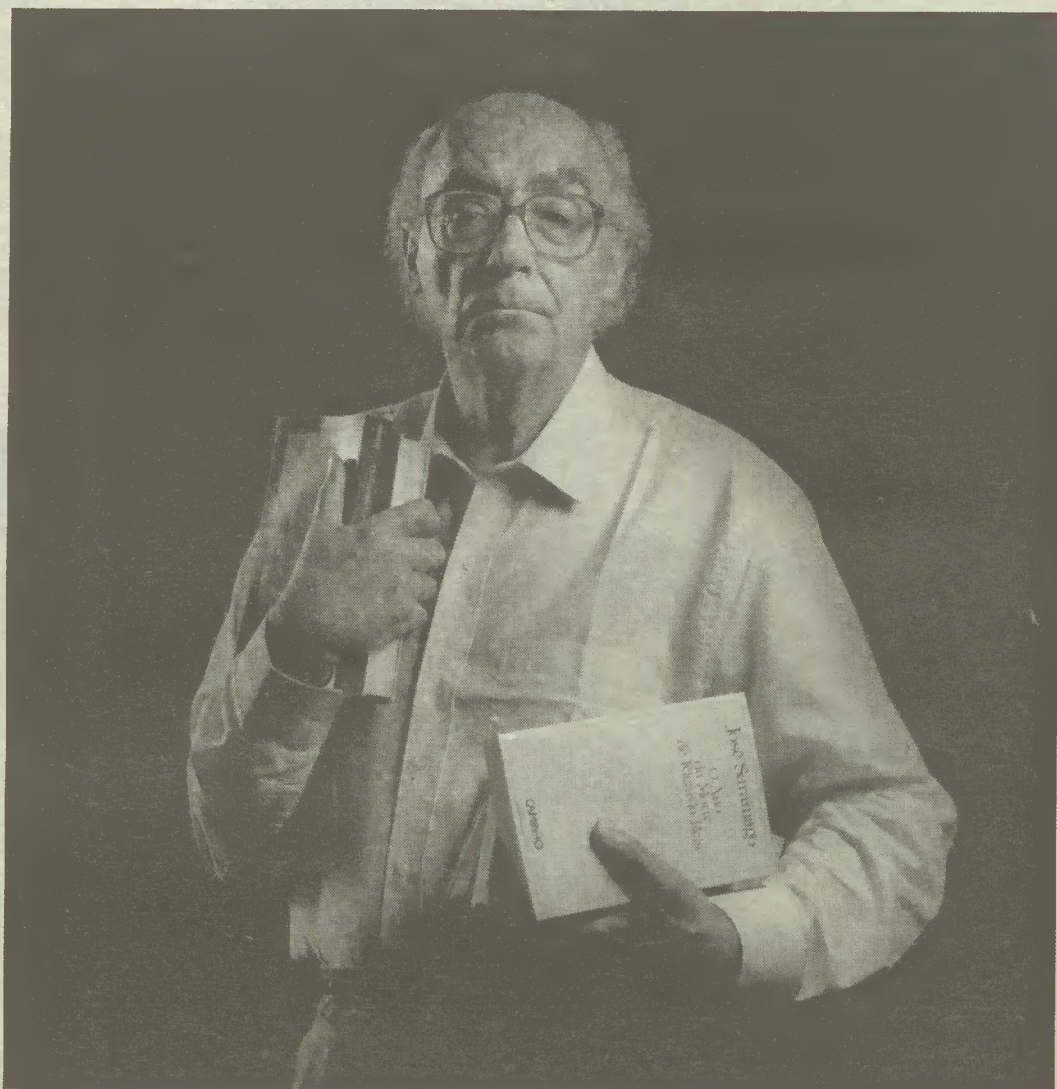


Foto Eduardo Gageiro

## Lendo José Saramago

A obra romanesca de José Saramago fala uma linguagem coral e une um desejo de ficção a um desejo de história.

A coralidade da sua escrita vem do modo como combina maneiras, construções e ritmos da tradição literária, com a coloquialidade mais comum; com o uso irónico, a transformação e a invenção de provérbios. Vem do modo como, na sua prosa, uma só frase é já um diálogo, ou um fragmento de diálogo, onde cabem o acordo e o desacordo.

O desejo de história em Portugal e na viragem dos finais de 70 para o início da década de 80 (período em que a sua obra se relança), é de alguma forma motivado pelo modo como o 25 de Abril de 1974, o fluxo revolucionário que transforma essa data num processo e o início da contra-revolução mostram de forma indelével, na própria memória biográfica de muitos de nós, seus leitores, o carácter histórico da vida das sociedades e dos indivíduos humanos. De um ponto de vista internacional, uma das razões para o interesse pela ficção de Saramago está talvez nesta importância da historicidade, em tempos ditos de «fim da história». O desejo de ficção, por outro lado, tem a ver com a maneira como as sociedades humanas longamente encontram nas narrativas e no contar de histórias (orais ou escritas) não só modos de dar sentido às suas maneiras de viver, mas modos de imaginar outros mundos e vida possíveis. A unidade entre estes dois desejos é praticada na ficção de José Saramago através de ideias de partida, ou de «programas» narrativos de base, muito fortes, e que se processam depois de forma surpreendente. A sua ficção alia, então, a imaginação criadora (que não se limita a combinar dados da experiência quotidiana, mas inventa novas formas de experiência) à aguda compreensão de que a história é o que vivemos e fazemos e não apenas o que aconteceu no passado; a compreensão de que também o presente é histórico e de que a história é ainda o terreno da escuta e do desejo de um futuro outro. Deste ponto de vista, os romances de José Saramago podem talvez distribuir-se por dois grandes «tipos», aliás aparentados.

(a) Um primeiro «tipo» de romance é o daqueles que, a partir de um dado presente, encenam um passado mais ou menos próximo ou distante. *Levantado do Chão*, *Memorial do Convento*, *O Ano da Morte de Ricardo Reis* e o *Evangelho segundo Jesus Cristo* constroem versões ficcionais novas de um passado já antes contado. Tais versões imaginam, então, uma lacuna nas «escrituras» dominantes desses passados e impõem uma torção ou rotação do

ponto de vista, para os contar de outra maneira. Nos dois primeiros livros, é sobretudo a história dos senhores que é subvertida, pela ficção que dá agora voz aos humilhados e ofendidos (aos trabalhadores rurais do Alentejo e aos construtores de Mafra), que do chão se levantam. Em *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, partindo do que é já uma ficção, a dos heterónimos de Pessoa, Saramago reconstitui e inventa um tempo de opressão, marcado pelo fascismo em Portugal, pela guerra civil de Espanha, e pela presença obsessiva e intermitente dos barcos da revolta dos marinheiros em 1936 (sinal de uma outra história, clandestina e recalçada). A ficção do *Evangelho*, que arranca a partir da temporalização de uma gravura, constrói uma re-humanização do humano de Cristo, feita de fragilidade e força terrestres. *História do Cerco de Lisboa*

### Manuel Gusmão



é um romance que exhibe, numa nova configuração, algumas das principais estratégias narrativas deste tipo de ficções: temos agora dois tempos, historicamente afastados, que se encontram; um não que se impõe à historiografia, deforma a imagem de um passado, e acarreta consequências na «vida» da personagem que tal comete. Um revisor passa a escritor e encontra o outro do amor.

(b) O outro «tipo» de romance é o daqueles que constituem alegorias e meditações narrativas sobre um presente histórico, mais ou menos longo, imaginado de forma mais ou menos fantástica ou maravilhosa (no sentido em que falamos do maravilhoso cristão e pagão nos Lusíadas). *Manual de Pintura e Caligrafia* abre nesta direcção, sendo basicamente uma reflexão sobre questões de uma estética da representação; uma reflexão cuja narrativa vem a integrar o acontecer do 25 de Abril. A separação e navegação da Península Ibérica em *A Jangada de Pedra* é, em parte, a alegoria de uma resistência cultural à integração capitalista europeia, e inventa a consequência fabular e fabulosa de um não imposto ao discurso político-ideológico dominante. Neste sentido, *O Ensaio Sobre a Cegueira*, um dos livros onde a malha narrativa é mais apertada, um romance que até no título indicia a sua condição de narrativa que reflecte, pode ser lido como a alegoria de um mundo, nosso contemporâneo, marcado por uma imensa cegueira ética, pela ameaça de uma nova forma de barbárie que desumaniza o humano, mas também pela acção tenaz de uma fraternidade compassiva e sobrevivente. Em *Todos os Nomes*, embora a história contada cubra escassas semanas, estamos de novo perante um presente largo, e podemos, então, ler o modo como, num universo quase totalmente burocratizado (em que uma Conservatória Geral se parece com um Cemitério Geral), se abrem falhas ou rasgões por onde passam o sonho, a compaixão e a esperança de pessoas comuns.

Os romances de Saramago que assim viajam no tempo, habitando e inquirindo os nossos tempos, cruza os gestos de um resgate da memória, do presente e do futuro dos explorados e oprimidos, com a insistência de um pessimismo activo que não consente a resignação, antes dá testemunho do carácter indomável da esperança. Uma esperança que não aceita a desigualdade que desfigura a comum humanidade dos humanos, e que se eleva à dimensão de uma construção antropológica e ética, ou seja, também política; no sentido em que a política pode ser o longo trabalho da emancipação.





Alice Vieira

## Eu, é porque sim

Neste momento, não sei que poderei dizer eu sobre José Saramago. Neste momento, já toda a gente disse tudo sobre José Saramago.

Neste momento, já todos se confessaram seus amigos do peito desde o tempo da Azinhaga, seus admiradores incondicionais desde que a «Terra do Pecado» se chamava «A Viúva», seus apoiantes para a atribuição do Nobel desde a publicação dos «Poemas Possíveis». Só me admira como ainda não apareceu nenhum antigo chefe das oficinas do Hospital de S. José a recordar como, logo naquela altura, tinha adivinhado para aquele ribatejano esgaldado um promissor futuro no campo da literatura.

Por isso eu não sei o que hei-de dizer sobre o José Saramago. Ainda por cima não sou crítica literária e, nestas aflições, só posso chamar em meu socorro a velha quadra do Augusto Gil: «Não há belo, quanto a mim/nem para gostar há razão:/só se gosta, porque sim;/não se gosta, porque não.»

Eu, evidentemente, é porque sim.

Então o que hei-de eu dizer sobre o José Saramago, sem me deixar cair na estultícia das frases tipo bico-dos-pés, «foi a mim que ele disse que», «era eu que estava com ele quando», «é meu amigo desde que», doença também conhecida pela síndrome do «eu-é-que-sou-o-presidente-da-junta-de-freguesia»?

Posso dizer, por exemplo, que há trinta anos, a minha amiga Isabel Jones, depois de comigo ter partilhado a leitura dos «Poemas Possíveis», me confidenciou «saber que Saramago não é o nome dele? Sabes que era alcunha? Mas promete que não dizes nada!» – e eu cumpro a promessa até hoje. (Se o segredo se descobriu, juro que não fui eu, Isabel!)

Posso dizer, por exemplo, que todos os cães que não tive se chamaram Constante.

Posso dizer, por exemplo, que de vez em quando, em jejum, experimento olhar através dos corpos das pessoas e às vezes – acreditem – Blimunda vela por mim.

Posso dizer, por exemplo, que ainda hoje subo a Rua do Alecrim à procura do médico Ricardo Reis, desembarcado há pouco, e de Marcenda com o seu braço paralisado, e de Lídia que não tardará em sair daquilo que resta do Hotel Bragança, com as ruas velhas de Lisboa anoitecendo sob a neblina que vem do rio, e as pessoas, do lado de lá dos vidros, alumando-se à tristeza de 25 volts.

Posso dizer, por exemplo, que com «Todos os Nomes» redescobri a alegria de despachar o trabalho para poder vir depressa para casa, e continuar a sua leitura, para chegar ao fim e saber o que tinha acontecido à mulher do verbete apanhado por engano.

Posso dizer, por exemplo, que muito recentemente curei uma gripe com o «Ensaio sobre a Cegueira», tal como na minha infância me lembro de as ter curado com «A Ilha do Tesouro», o «Ivanhoe» e «A Tulipa Negra» (acreditem: este é o maior elogio que um Prémio Nobel pode receber!).

Mas posso também falar daquele (perdoável) orgulho de sentir que este Prémio entrou em nossa casa, e nos redimiu de tantos anos de indignidade, de tantas portas fechadas a cadeado, de tantas vidas sacrificadas, de tantas injustiças cometidas, de tantos sonhos adiados.

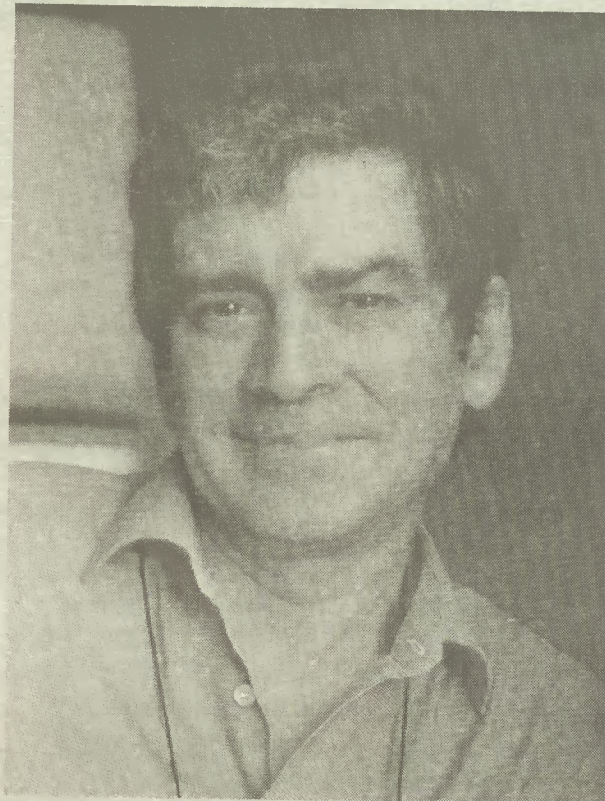
Ou, como desde o dia 8 deste mês a minha tia Clara não se cansa de repetir para o vizinho de cima: «Desculpe lá, senhor Coronel, mas desta vez ganhámos nós!»

# Finalmente!

Desta vez o Nobel foi atribuído a um grande escritor, dos que marcam o nosso século. Nem sempre aconteceu, e parece não ter acontecido nos últimos anos. Talvez a atribuição deste Nobel a Saramago não reabilite o prémio de todas as malparanças por onde tem andado, uma das quais tem sido uma estranhíssima ignorância da literatura portuguesa. Mas é um passo no sentido do prestígio de um Nobel que nem sempre tem sabido prestigiar-se.

Li em qualquer lado que um crítico da revista «Time» confessava nunca ter ouvido o nome de Saramago em lado nenhum. Não me admirava que fosse o mesmo crítico que considerou a menção de Fernando Pessoa por Harold Bloom como uma «minudência académica». A revista americana anda muito mal munida de críticos e bem precisada de substituições. É este tipo de pimpona ignorância que transforma os Estados Unidos numa desmedida paróquia, contentinha e fechada às luzes. Não sou grande especialista, mas não me parece que a literatura americana dos últimos anos tenha beneficiado com o autismo. A crer, pelo menos, pelo que se vai folheando nas livrarias.

## Mário de Carvalho



## José

1 Recordo esse dia já longínquo em que Fernando Namora me deu a ler o recém-publicado *Deste Mundo e do Outro*. «Aí tem um livro assombroso», disse. «Diferente de tudo o que por cá se tem escrito.» Quem regressar às páginas de *Jornal sem Data* perceberá porquê. E recordo a surpresa, o sobressalto, o fascínio. Uma emoção que, nos quase trinta anos volvidos, se repetiu e renovou. Recordo a carta que, de pronto, remeti ao autor. E o nosso sequente encontro, numa Lisboa revoada pela melancolia do Outono. Começou aí, nas margens do seu primeiro título de crónicas, uma amizade por ambos celebrada sempre

entendi o que sucessivas jornadas confirmariam – essa afectividade rara a cuja luz se regem as relações entre o escritor e os seus leitores. Como estranhar, então, a euforia colectiva que acolheu o seu triunfo, não só em Portugal? A emoção de quantos estiveram nos Paços do Concelho, em Lisboa, na sede do PCP ou na vigília promovida pela CGTP, no Centro Cultural de Belém, na Câmara Municipal do Porto, aqui e ali, milhares e milhares nos espaços de uma pertença, uma partilha, que talvez nenhuma palavra exprima? A poesia na rua, para lembrar a propósito Vieira da Silva, que as horas foram e são da estirpe do irrepitível? Não estou seguro de que valha a pena sublinhar a invulgaridade de uma expressão de júbilo assim.

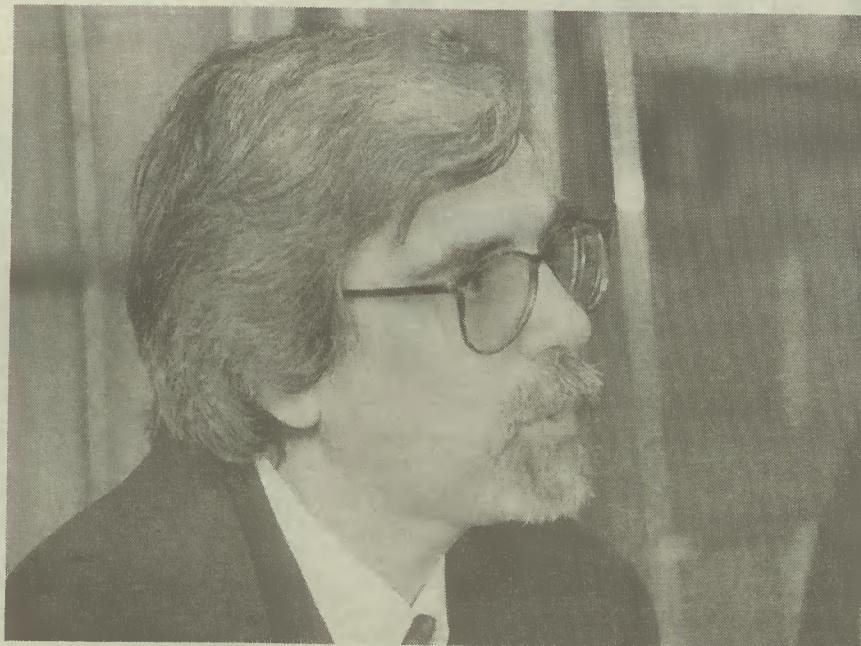
3 José Saramago tem escrito, quando o disse eu pela primeira vez?, os livros do nosso desassossego. Sem que por tal se entenda qualquer vínculo a uma arte do imediato, cingida a concepções edificantes ou tentações normativistas. Bem pelo contrário! Desassossego como questionamento, implicação, o oposto da acídia tão em voga nestes tempos do pensar débil. Desassossego como instância que convoca, perturba, desafia. Na consequência, portanto, de uma visão do mundo que se não furta a enfrentar a complexidade do real, o logro, a incomodidade e o horror, que transfunde o cepticismo numa esperança sem retóricas e a energia crítica num apelo metamórfico.

Obras como *Levantado do Chão* ou *Todos os Nomes*, *O Ano da Morte de Ricardo Reis* ou *Ensaio Sobre a Cegueira*, *Cadernos de Lanzarote* (em diversas passagens), na sua densa e polifónica compo-

sição, formulam interrogações decisivas, enunciam o contraditório, o finível, o que pede uma nova *polis* depois das disforias, e também o enlevo, a rejubilação, os instantes de esplendor, a perplexidade, o drama subjectivo ou comunitário. Alegorizam o presente enquanto afeiçoam o tempo demudado, utopia do avesso talvez, quero eu significar – um discurso em busca do seu oposto, linguagem e vida, interagindo, humanizando os dias desolados. Que tem isto a ver com as estéticas da reivindicação ou da indiferença? E eis-nos perante uma das mais radicais, mais argutas construções da insubmissão. Mesmo na aporia, na sugestão ou na evidência dela.

Onde, portanto, a surpresa, onde, no apego do José às suas convicções de sempre, contra ventos e marés, sobretudo quando parece fora do pacto das conveniências a sua defesa com coragem e lucidez? Quantos, em todo o caso, teriam o desassombro de afirmar, bastante antes da atribuição do Prémio Nobel, que por ele não abandonariam nunca os ideais de todo um percurso de aspirações e temeridades?

Por isso, José Saramago é e será o desinverno do nosso contentamento. Esta praça em clamor, este brilho da História a acontecer.



## José Manuel Nunes

na singularidade de que é feita, à revelia de interditos e condicionalismos de qualquer ordem.

Recordo. Na serena euforia deste momento esperado. Porque havia uma voz secreta, posterior a todas as decepções e tibiezas, predicando-o. Sabia que o Nobel para o José Saramago não era uma ambição sem raiz. Ao contrário de muita especulação posta a correr, muita tagarelice, um nome português, o dele, há anos pesava na mesa da Academia Sueca. Porque, no contexto das literaturas do nosso tempo, emergia entre os maiores. Tão-só isso. E tanto era. Era tudo, afinal.

2 Certa vez, na Festa do «Avante!», nos arredores da publicação do *Memorial do Convento*. Era já imensa a fila diante do José. As pessoas chegavam junto da mesa, íntimas de Blimunda e Baltazar Sete-Sóis, falavam da Passarola, do transporte da pedra até Mafra, de outros lances que não esquecem, falavam e falavam de uma nova gramática, nova semântica, um ritmo e um arrebatamento sem igual, pediam a dedicatória e saudavam o homem, o ficcionista, abraçavam-no amiúde, nós víamos, fazíamos-nos cúmplices de uma convivência longe do usual, e eu



## Campanha I

A campanha arrancou no País e em questão vai estar a resposta - as respostas - ao referendo que vai ter lugar no próximo dia 8 de Novembro. Mas, de facto, a campanha já aí andava, com a direita e as suas grossas baterias disparando de quase todos os órgãos de comunicação sobre a possibilidade de se abrir hoje aos portugueses de verem aprofundada a democracia, elegendo representantes regionais e constituindo regiões com capacidade de desenvolvimento próprio e podendo vir a contribuir para a redução das assimetrias de que Portugal sofre.

Depois de mais de vinte anos - desde que a Constituição foi aprovada -, a direita deu o dito por não dito, o escrito por apagado. Fica agora a saber-se que, quando falavam em regionalização, o PSD e o PP - chamassem-se ou não assim - apenas faziam promessas para não cumprir. Mais uma vez.

# PONTOS CARDEAIS

## Campanha II

Não acabam aqui as contradições. A postura equívoca do Partido Socialista, que atrai para as costas o imperativo constitucional de regionalizar o País aceitando referendar uma lei aprovada na Assembleia da República e dando de bandeja à direita a hipótese de aparecer como uma frente política e de esconder as suas fragilidades como oposição, torna esta batalha - que deveria ser de esclarecimento - numa verdadeira confusão para os menos esclarecidos. As vozes mais serenas, porque é necessária serenidade no forte empenhamento que é pedido aos que propõem o Sim, precisam não apenas de mostrar o valor democrático e de progresso da regionalização, como de desfazer as dúvidas lançadas pela direita, com vasto eco em jornais, televisões e rádios. A direita pretende fazer confundir eleitos com tachos, investimentos com

esbanjamento, criação de regiões com divisão do País. E lança mão de todos os meios - mentira descarada, terrorismo propagandístico, pressão sobre os seus próprios barões que ainda há pouco juravam pela regionalização.

## Campanha III

Como entre as fileiras da direita não costuma medrar a verticalidade, tem-se observado muita gente a desdizer-se e a contradizer-se. Autarcas e antigos ministros, um ex-Primeiro e um antigo Presidente engrossam as hostes do não, juntando as vozes - ou deixando que as usem - no terrorismo anti-regionalista. Até um bispo, o de Bragança, que afirma ser a regionalização «das coisas mais felizes que a Constituição teve» e «o caminho certo para levar os cidadãos a participar mais activamente», anuncia que vai responder não.

E vai ao saco da direita buscar razões, declarando que «as regiões só podem ser administrativas, nunca regiões políticas»... Querirá dizer que não deveria haver órgãos eleitos e que as populações participariam «activamente» sob a batuta de um Terreiro do Paço?

## Campanha IV

Entretanto, as iniciativas de campanha dos partidários do não têm mostrado que o não é pouco mobilizador e se fica pelo reflexo de defesa face ao medo instilado e da dúvida com que a direita tem vindo a infectar as consciências menos esclarecidas. Por outro lado, a desvairada propaganda PSD/PP foi tão longe no insulto que arrou não apenas eleitores mas também militantes. O fiasco do «comício» de Paulo Portas, que tão ajudado tem vindo a ser pela comunicação social, mostra que nem sequer há gente para desfraldar bandeiras. E levou o radical dirigente do PP a esclarecer que é um «moderado». Imagine-se se não fosse...

## Campanha V

Por seu lado, Marcelo começou a campanha jantando com autarcas que ainda afirmam ir votar no

# PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

## Sonetos de mim e do tempo

### Falta de atenção?

Todos os anos é aquela conta. Na hora que as promessas insinua entre o verde infantil aqui da rua a alegria dos pássaros desponha.

Foi este ano porém a grande afronta. Nem uma ave desceu de além da lua a vestir de calor a estátua nua e dar juízo a esta cidade tonta.

Subitamente a teia do segredo envolve-me na dança e tenho medo de já não estar em mim, estando aqui.

Cicatrizes das feridas me doeram. As aves do costume não vieram ou fui eu, ou fui eu que as não ouvi?

### Pessoal

Sinceramente. Até gosto do moço. Não me assalta qualquer melancolia diante desta festa de alegria. Não sei. Talvez, talvez deste alvoroço

uma certa saudade, enquanto posso alegrar-me de ver nascer o dia mesmo em frente de mim. Esta magia longínqua melodia que em mim ouço.

Ele esbraceja, ataca, racha, escacha e com dois goles rápidos despacha o seu café. Eu cá, tremendo a mão,

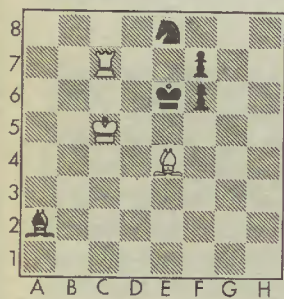
gozo o perfume arábico, a serena lenta paixão da chávena pequena. As contas estão certas como estão.

## XADREZ

DCLXXX - 29 DE OUTUBRO DE 1998  
PROPOSIÇÃO N.º 1998X43

Por: V. NOVIKOV  
«64» - 1929

Pr.: [4]: Ps. f6, f7 - C68 - Ba2 - R66  
Br.: [3]: B64 - Tç7 - Rç5



Branças jogam e ganham

\*\*\*

SOLUÇÃO DO N.º 1998X43 [V.N.]

1. Ta7! Bb3; 2. Ta3, Bd1; 3. te3 e g.

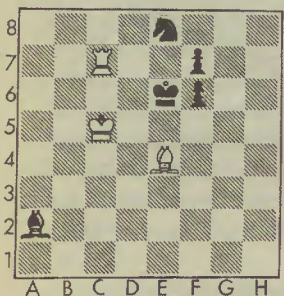
A. de M. M.

## DAMAS

DCLXXX - 29 DE OUTUBRO DE 1998  
PROPOSIÇÃO N.º 1998D43

Por: M. J. KUIPERS La Haye [NL]  
«L'Effort n.º 138», F., III/IV.1971

Pr.: [2]: (19)-(49)  
Br.: [5]: 13-18-(24)-(38)-(43)



Branças jogam e ganham

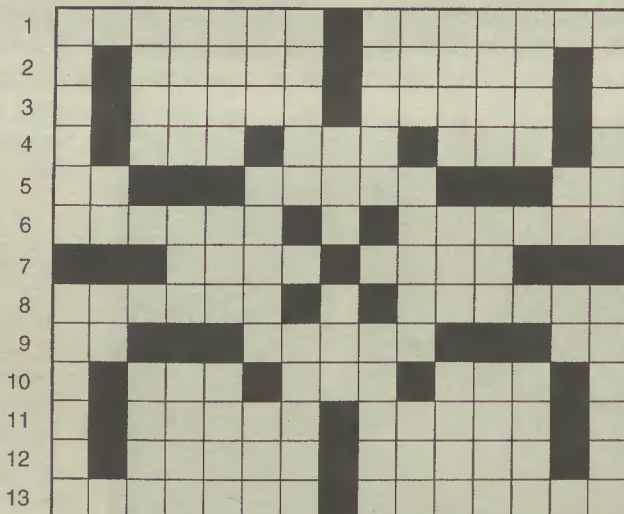
\*\*\*

SOLUÇÃO DO N.º 1998D43 [M. N.]

1. 34-25! (39x48); 2. 18-13, (3-26); 3. 37-31, (48x37)\*; 4. 31-48, (26-21/17/12); 5. 13-18, (2x3); 6. 48-26+  
2. ... (3-12/17/21); 2.37-14, (48x20); 3. 25x26+  
A. de M. M.

## PALAVRAS CRUZADAS

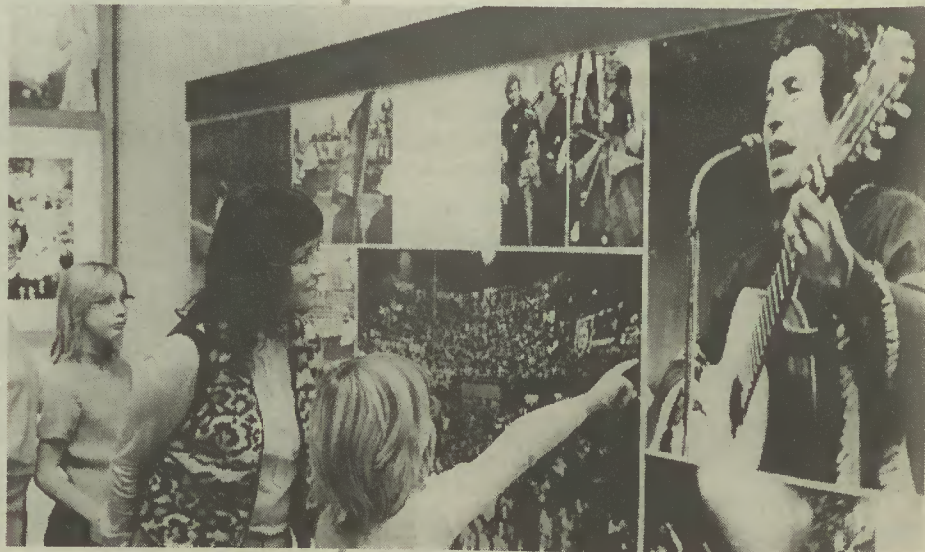
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



**HORIZONTAIS:** 1 - Parte da encadernação de um livro sobreposta ao topo em que os cadernos desse livro estão cosidos uns aos outros; pavimento feito de ladrilhos variegados. 2 - Nome dado às meninas e moças, na época da escravidão, agora quase extinto (bras.) (pl.); afiança. 3 - Guarneceu com abas; unidade monetária da Argélia, do Barém, do Iraque, da antiga Jugoslávia e da Tunísia. 4 - Grande extensão de água salgada; grande quantidade; remoinho de água (prov.). 5 - Partícula afirmativa do dialecto provençal; instrumento para soprar o lume (pl.); cânhamo de Manila. 6 - Toma o peso com as mãos; alvitram. 7 - Esmaga; desmiolar. 8 - Vestuário ligeiro, de casaco e calças, para dormir; furiosas. 9 - Atmosfera; sucessão, a intervalos regulares, de sensações da mesma natureza, em especial auditivas ou visuais; planta lilácea oriunda da China. 10 - Pano de arrás; que te pertence; patrão. 11 - O superior de uma abadia, de um mosteiro ou de uma confederação de mosteiros; abastecer. 12 - Revestir com laca; abelha silvestre cujo mel é azedo. 13 - Acarinhar; apoquentaram (fig.).

**VERTICAIS:** 1 - Fraudes; pacífica. 2 - Cobalto (s.q.); comparecer. 3 - Gemem (pop.); modalidade de desporto automobilístico. 4 - Saliva viscosa que escorre da boca; época; levantam as abas de. 5 - Soltar ais; o tio americano; acto ou efeito de sacar. 6 - Conceder gratuitamente; exprimir por palavras; doar. 7 - Planta vivaz e medicinal; repete. 8 - Carta ou documento escrito numa só folha; pau-ferro, árvore da fam. das leguminosas, notável pela madeira dura e pesada que fornece. 9 - Nome dado às religiosas professoras; sugar o leite materno. 10 - Longa cinta japonesa, geralmente de seda, que forma um laço nas costas; indivíduo que faz parte de uma sociedade ou associação; larva que se cria nas feridas dos animais. 11 - Vontade ou necessidade de dormir; conjunto de duas pessoas; relativo ao ânus. 12 - Anual; enguia; actriz de comédias burlescas que se serve do gesto para imitar situações ridículas. 13 - Nome de mulher; discursar. 14 - Nociva; Astatino (s.q.). 15 - Escutavam; põem em determinado sítio.

**SOLUÇÃO:**  
VERTICAIS: 1 - Logros; pacaria. 2 - Co. jr. 3 - Miam; rali. 4 - Baba; era; abam. 5 - rtm. 6 - Rás; ua; arno. 11 - Abade; munt. 12 - Laca; aram. 13 - Lacar; aram. 14 - Mát; At. 15 - Ouvia; situam.  
HORIZONTAIS: 1 - Lombada; nosação. 2 - Láda; obna. 3 - Abat; dmar. 4 - Mar; tor. 5 - Oc; foies; má. 6 - Sopesa; opham. 7 - Rale; ocar. 8 - Pijama; trosas. 9 - Ar; rtm. 10 - Ua; arno. 11 - Abade; munt. 12 - Laca; aram. 13 - Lacar; aram. 14 - Mát; At. 15 - Ouvia; situam.



sim e que apenas aceitam dizê-lo baixinho. Segundo o «Público», o líder do PSD «arrancou em alta», teve uma «noite em grande», juntou «cerca de 400 pessoas num jantar». E, depois deste favor prestado à campanha do líder do não, a repórter esclarece que a «grande proeza» de Marcelo foi ter à mesa «autarcas do partido que, curiosamente, prometem votar a favor da criação das regiões administrativas»... Sentar-se à mesa não ofende. Comer não compromete...

## Actualidade

as tuas mãos as tuas Victor Jara as tuas mãos, as tuas Victor Jara as tuas mãos, as tuas, Victor Jara as tuas mãos. As tuas, Victor Jara

as tuas mãos. As tuas! Victor Jara as tuas mãos? As tuas Victor Jara as tuas mãos! As tuas. Victor Jara as tuas mãos... as tuas Victor Jara

as tuas mãos ai tuas Victor Jara as tuas mãos? As tuas, Victor Jara as tuas mãos as tuas, Victor Jara?

as tuas mãos. As tuas Victor Jara as tuas mãos as tuas mãos as tuas tuas mãos decepadas Victor Jara.



AGENDA

# Regionalização

## Sessões de esclarecimento e debates

### Hoje

21.00 - Casa do Povo da **Graça do Divor** e em **S. Manços**, Évora; GMUP de **São Simão** e **CHES** (Setúbal); **Pinhal Novo**

### Amanhã

20.00 - Casa do Povo de **S. Miguel de Machede**, Évora  
20.30 - JF da **Macussa**, Azambuja, com **Júlio Vintém**; CT do PCP em **Mora**; JF de **Brotas** (Mora); Casa do Povo dos **Canaviais**, Évora; casões da Cooperativa de **Torre de Coelheiros**, Évora

21.00 - Assembl. Municipal da **Covilhã**, com **Joaquim Miranda**; Centro de Cultura de **Coruche**, com **Sérgio Ribeiro**; JF de **Glória do Ribatejo** (Salv. Magos), com **Manuel Brandão**; UR Estrelas de **Sasoeiros**, com **Carlos Wanzeller**; Sport Lisboa e **Évora**; Rancho Folcl. da **Quinta do Torrão**, Palhais, com **José Abreu**, e CT do PCP em **Santo André** (Barreiro); **Cadoços** (Grândola), com **Luís Amaro** e **Josélia Espada**; Biblioteca Municipal do **Montijo**, com **Rui Paixão**; **Cajados** (Palmela), com **Carlos Sousa**; Bairro Alentejano de **Palmela**, com **Adílio Costa** e **Antonietta Santos**; **Lagoinha** (Palmela), com **Ana Teresa** e **Luís Guerreiro**; cooperativa das **Pontes** (Setúbal); esc. sec. **Beato**, Lisboa, com **Euclides Pereira**

21.30 - Bibl. Municipal de **Matosinhos**, com **João Amaral**; Bibl. Municipal de **S. João da Madeira**, com **Daniel Branco**; JF de **Oliveira de Azeméis**, com **Domingos Lopes**; escola **Bom Sucesso**, **Prado-Vila Verde**, com **Jorge Matos**; escola da **Costa Nova**, Ílhavo, com **Francisco Meneses**; Assembl. Republicana do **Troviscal**, Oliveira do Bairro, com **Artur Ramísio**; JF de **Macieira da Lixa**, Felgueiras, com **José Calçada**; Ass. Municipal de **Penafiel**, com **Honório Novo**; Recreativo da **Quinta da Lomba**, Barreiro, com **José Morais**; JF do **Laranjeiro**; JF de **Almada**; Soc. Recr. Musical da **Trafaria**

### Sábado

15.00 - Salão da JF de **S. João**, Lisboa, com **Daniel Branco**; Assoc. Reformados da **Moita**, com **João**



Armando; Clube Recreativo do **Feijó**

16.00 - Sede da JCP (CT do PCP) em **Ermesinde**, com **Teresa Lopes** e **José Pedro**

**Rodrigues**; Casa do Povo do **Couço**, com **João Saraiva**; CT do PCP em **Vialonga**, com **Euclides Pereira**; hotel **Confort-Inn**, **Fafe**, com **Honório Novo**; JF de **Benfica**, com **Rui Godinho** e eleitos do PCP na freguesia; JF de **Nogueira do Cravo**, Oliv. **Azeméis**, com **António Salavessa**; mercado do **Lavradio**, magusto; Soc. Recr. do **Bairro da Bela Vista**, Charneca de **Caparica**

16.30 - Com. Unitária Reformados e Idosos da **Ajuda**, com **Odete Santos**

18.00 - Centro Social de **Sta. Justa**, **Couço**, com **João Saraiva**; escola de **Vilela** (Cab. Basto)

20.30 - Escola do **Barcouço**, Mealhada; JF de **Abadim** (Cab. Basto)

21.00 - Centro Cultural de **Benavente**, com **António Filipe**; CT do PCP na **Brandoa**, café-concerto da juventude; CT da **Amadora** (frente ao Parque **Delfim Guimarães**), festa «Shots x 8»; Soc. Filarmónica de **Vila do Carvalho**; **Palhais** (Barreiro); JF de **Rio Mau**

21.30 - Academia do Parque (antigo cinema) de **Vizela**, com **Honório Novo**

### Domingo

13.00 - CT de **Carnaxide**, almoço com debate; **Quinta do Conde** (Sesimbra)

15.00 - Cooperativa do **Faralhão**; clube **Praieense** (Sado)

### Segunda, 2

21.00 - **S. Sebastião da Giesteira**, Évora

### Terça, 3

21.00 - Clube da **Jardia** (Montijo), com **José Capucho**; **AMUT de Sarilhos Grandes**, com **Rogério Brito**; **Quinta da Areia**, Coima

### Quarta, 4

21.00 - Atlético Clube do **Monte de Caparica** (Almada); **Santa Margarida da Serra** (Grândola), com **Manuel Martins** e **Rafael Rodrigues**; salão do **Casoto** (Sines)

### Quinta, 5

21.30 - Assoc. de Educação Popular do **Zambujal**, com **João Bernardino**; **Coima** (Barreiro)

## Tempos de Antena Televisão

Dias	Canais	PCP	PEV
30	RTP 1	21.37	
	RTP 2	20.52	
	SIC	19.07	
	TVI	19.07	
31	RTP 1	20.48	20.57
	RTP 2	21.33	21.42
	SIC	19.02	19.12
	TVI	19.02	19.12
1	RTP 1	19.52	
	RTP 2	21.52	
	SIC	19.23	
	TVI	19.23	
2	RTP 1	19.05	
	RTP 2	20.50	
	SIC	19.05	
	TVI	19.05	
4	RTP 1	19	
	RTP 2	20.45	
	SIC	19	
	TVI	19	
5	RTP 1	21.40	
	RTP 2	20.55	
	SIC	19.10	
	TVI	19.10	
6	RTP 1	19.04	
	RTP 2	20.49	
	SIC	19.04	
	TVI	19.04	

# PCP diz «sim»

## Iniciativas com Carlos Carvalhas

### Hoje

19.30 - Jantar-convívio, rest. "Sinfonia", **Alcobaça**  
21.30 - Comício, Colectividade da Ordem, **Marinha Grande**

### Amanhã

18.00 - Com a população na Rua do Comércio, **Portimão**  
19.30 - Jantar, rest. "O Xico" (estrada do Alvor), em **Portimão**  
21.30 - Comício no cinema de **Silves**

### Sábado

15.30 - Comício no Teatro Curvo Semedo, em **Montemor-o-Novo**

### Segunda, 2

17.00 - Com representantes de instituições e organizações, na Assembleia Distrital de **Beja**  
21.30 - Jantar-convívio no Salão do Povo, em **Sines**

### Terça, 3

15.30 - Encontro com reformados na JF de **Alcântara**  
21.30 - Sessão-festa no Auditório Municipal da **Amadora**

### Quarta, 4

09.00 - Partida de cacilheiro do **Terreiro do Paço**  
09.30 - Com a população em **Cacilhas**, Rua do Comércio e mercado de **Almada**  
12.30 - Almoço com trabalhadores das autarquias, na «Sociedade Os Loureiros», **Palmela**  
17.00 - Com a população na Av. Alfredo da Silva, **Barreiro**  
21.30 - Comício no Ginásio da **Baixa da Banheira**

### Quinta, 5

21.30 - Comício no Centro Cultural do **Entroncamento**

### Sexta, 6

21.00 - Comício-festa, também com **Luís Sá**, no **Pavilhão Carlos Lopes**, Lisboa



## Iniciativas com camaradas dos organismos executivos do Comité Central

### Hoje

21.00 - Debate no Grupo Musical e Desportivo 31 de Janeiro, em **Manique de Baixo**, Alcabideche, com **Agostinho Lopes**  
21.30 - Sessão no Polivalente da **Brandoa**, com **Luís Sá**  
21.30 - Debate na sede do Rancho Folcl. de **Pinhal Novo** (junto aos CTT), com **Jorge Pires**

### Amanhã

19.30 - Jantar-debate no rest. Forno de Cima, **Pragal**, com **Vítor Dias**  
21.00 - Debate nos Bombeiros Voluntários de **Queluz**, com **Jerónimo de Sousa**  
21.00 - Sessão na Assoc. de Moradores da Zona 1 de **Marvila**, com **José Casanova**  
21.00 - Sessão no Palácio do Infantado, **Samora Correia**, com **Jorge Cordeiro**  
21.30 - Debate na Biblioteca Municipal de **Aveiro**, com **Agostinho Lopes**  
21.30 - Sessão na JF de **Camarate**, com **Fernanda Mateus**  
21.30 - Sessão na escola C+S de **S. Pedro da Cova**, com **Luís Sá**  
21.30 - Sessão no Convento do Carmo, **Vila do Conde**, com **Henrique de Sousa**

### Sábado

15.00 - Sessão no Museu Municipal, em **Viana do Castelo**, com **Luís Sá**  
15.00 - Debate na escola Manuel da Maia, **Lisboa**, com **António Abreu**  
21.30 - Sessão-debate na Biblioteca Municipal, em **Vila Nova de Famalicão**, com **Luís Sá**  
21.30 - Sessões na JF de **Oiã**, Oliveira do Bairro, com **Francisco Lopes**, e no C. Cult. da **Gafanha da Nazaré**, com **Aurélio Santos**

### Domingo

12.30 - Almoço concelhio na colectividade «Os Vinhais», **S. Domingos de Rana**, com **Luís Sá**

### Terça, 3

21.30 - Sessão na JF de **S. Victor**, **Braga**, com **Agostinho Lopes**

## Tempos de Antena na Rádio

DIAS	RDP	RR	RFM	R.Com.	TSF	R. Nost.	PE Funchal	ER Madeira	RC Angra	C. Asas Atl.	Rádios locais
29/10	10.00	22.25	20.15	21.20	20.00	11.40	16.40	22.40	15.10	13.10	07.00
30/10	15.00-21.00	11.50-22.40	11.50-20.30	07.25-21.35							
31/10	20.00	07.15-23.15	07.05-20.05	07.10-21.10	20.00	11.30	16.30	22.30	13.00	13.00	
01/11	07.00-14.00	23.50	20.40	21.45	20.00	11.50	16.50	22.50	12.50	20.05	19.00
02/11	15.00-21.00	11.40-22.25	11.40-20.15	7.15	20.00	11.40	16.40	22.40	15.10	13.10	07.00
03/11	10.00	22.40	20.30	21.20							19.00
04/11	10.00-15.00	22.15	20.05	21.10	20.00	11.30	16.30	22.30	15.00	13.00	07.00
05/11	21.00	11.45-20.50	11.45-20.40	07.25-21.45	20.00	11.50	16.50	22.50	15.20	20.05	19.00
06/11	10.00-15.00 e 21.00	11.50-22.20	11.50-20.15	07.17-21.20	20.00	11.40	16.30	22.30	15.00	13.00	07.00

## Iniciativas de organizações

### ALPIARÇA

**IX Assembleia Concelhia**, no CT do PCP, a partir das 14.30 de sábado, com **José Casanova**, da Comissão Política e director do «Avante!».

### JCP - AVEIRO

**VI Encontro Distrital**, sábado, 14.30, Biblioteca Municipal. Jantar pela regionalização às 19.30, na Pensão Ferro.

### CHAMUSCA

Encontro concelhio da CDU, sábado, 10.00, edif. «O Lagar».

### GUIMARÃES

**II Encontro de Eleitos da CDU**, sábado, 15.00, no CT do PCP.

### LISBOA

Plenário de militantes na freguesia dos **Olivais**, sábado, 15.30, no CT local. Magusto das freguesias da **Zona Ocidental**, domingo, 15.30, CT de **Alcântara**. Excursão e magusto da **Zona Centro**, sábado, 7 Nov., Quinta da Atalaia (saída do CT Vitória às 08.00).

### SEIXAL

Assembleia plenária da **Siderurgia Nacional** (SN Serviços, Lusosider, SN Longos), quarta-feira, dia 4, 17.00, no CT de **Paio Pires**. Assembleia plenária do «**Grupo C**» (Telecom, CTT, Metalbaía, A. Silva & Silva, Sonsen Pool), quinta-feira, dia 5, 17.30, IFC Torrense. Magusto na Quinta da Atalaia, sábado, 7 Nov., 13.00, com **Carlos Aboim Inglez**, do CC.

### SINTRA

Plenários de militantes nas freguesias de **Cacém** (sexta-feira, 21.30, CT local, com **Júlio Filipe**, do Comité Central) e **Pêro Pinheiro** (sexta-feira, 21.00, garagem do cam. Ernesto, com **Deolinda Santos**). Plenário de reformados das freguesias da cidade, sexta-feira, 15.00, CT de **Queluz**, com **Jaime Félix**, do CC.



TELEVISÃO

Quinta, 29

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.00 Malha de Intrigas
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Consultório
- 14.45 Esmeralda
- 15.45 Horizontes da Memória
- 16.25 O Amigo Público
- 18.15 Chiquititas
- 19.00 Regionalização (Debate)
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Contra Informação
- 20.55 As Lições do Tonecas
- 21.30 Maria Elisa
- 23.20 24 Horas
- 00.10 Vozes do Além (de David Jackson, EUA/1996, com Megan Ward, Kevin Dobson, John Terlesky. Policial.)

Sexta, 30

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.00 Malha de Intrigas
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Consultório
- 14.45 Esmeralda
- 15.45 Companhia dos Animais
- 16.20 O Amigo Público
- 18.15 Chiquititas
- 19.00 Regionalização
- 20.00 Telejornal
- 20.55 Jet Set
- 21.30 Uma Casa em Fânicos
- 22.45 Serviço de Urgência
- 23.40 Radar
- 00.20 24 Horas
- 01.10 Amityville, A Mansão do Diabo (de Stuart Rosenberg (EUA/1979) com James Brolin, Margot Kidder,

Sábado, 31

RTP 1

- 08.00 Infantil/Juvenil
- 12.25 Made in Africa
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Top +
- 14.55 Espelho Meu
- 15.30 Saber & Fazer
- 16.10 O Rapaz e o Mundo
- 16.45 Histórias de Seregenti
- 18.05 Estrada Viva
- 18.45 Há Horas Felizes
- 20.00 Telejornal
- 20.55 Campanha sobre o Referendo
- 21.35 O Testamento do Sr. Napumoceno (Últ. Ep.)
- 22.45 Miguel Ângelo ao Vivo
- 23.30 86-60-86
- 00.05 24 Horas
- 00.45 Mr. Bean
- 01.55 Fórmula 1 - GP do Japão

Domingo, 1

RTP 1

- 08.00 Infantil / Juvenil
- 12.15 Companhia dos Animais
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Made in Portugal
- 15.00 Que Vida Esta!
- 16.00 Sub 26
- 17.15 Assalto à Televisão
- 18.45 Casa Cheia
- 19.30 Campanha sobre o Referendo
- 20.00 Telejornal
- 20.55 Domingo Desportivo Futebol: Setúbal-Porto
- 00.20 Millennium
- 01.00 24 Horas

RTP 2

- 09.30 Novos Horizontes
- 10.30 Missa
- 11.20 O Jardim da Música
- 11.50 Mundos Ocultos
- 12.50 Excentricidades em Hollywood
- 13.30 Jornal d'África
- 14.00 Desporto 2
- 18.05 Houdini
- 19.00 Bom Bordo
- 19.30 Artes e Letras - «Allen Ginsberg»
- 20.30 Emma
- 21.30 Campanha sobre o Referendo

Segunda, 2

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.00 Malha de Intrigas
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Consultório
- 14.45 Esmeralda
- 15.45 Jet Set
- 16.20 O Amigo Público
- 18.10 Chiquititas
- 19.00 Campanha sobre o Referendo
- 19.15 País País
- 19.45 País Regiões
- 20.00 Telejornal
- 20.55 Amigos
- 21.35 Herman 98
- 23.35 Liga dos Campeões (Antevisão)
- 00.10 Reportagem
- 01.10 24 Horas
- 02.35 Poltegeist

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.30 Rumo ao Sul
- 16.20 O Nosso Charly
- 17.30 Açores
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Universidade Aberta
- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 20.00 Hugo
- 20.45 Campanha sobre o Referendo

Terça, 3

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.00 Malha de Intrigas
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Consultório
- 14.45 Esmeralda
- 15.45 Saber & Fazer
- 16.25 O Amigo Público
- 18.10 Chiquititas
- 19.00 Campanha sobre o Referendo
- 19.15 País País
- 19.45 País Regiões
- 20.00 Telejornal
- 20.55 Amigos
- 21.35 Herman 98
- 23.35 Liga dos Campeões (Antevisão)
- 00.10 Reportagem
- 01.10 24 Horas
- 02.00 Rotações
- 02.35 Poltegeist

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.30 O Passarinho da Ribeira (de Augusto Fraga (Port./1959) com Deolinda Rodrigues, António Silva, Maria Cristina, Manuel Santos Carvalho. Melodrama.)

Quarta, 4

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.00 Malha de Intrigas
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Consultório
- 14.45 Esmeralda
- 15.45 86-60-86
- 16.25 O Amigo Público
- 18.10 Chiquititas
- 19.00 Campanha sobre o Referendo
- 19.20 País Regiões
- 19.35 Futebol: Croácia-Porto
- 21.35 Telejornal
- 22.30 Debora
- 23.05 Liga dos Campeões
- 00.10 24 Horas

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.30 Derrick
- 16.20 Páginas Negras de Patricia Highsmith
- 17.30 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Os Aventureiros
- 19.30 Um, Dó, Li, Tá
- 22.30 Hugo
- 20.45 Campanha sobre o Referendo



Outra série há pouco estreada: «Amigos»

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.30 A Vida É um Zoo
- 16.25 O Rapaz e a Baía Negra
- 17.30 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Um, Dó, Li, Tá
- 19.35 Hugo
- 20.05 A Nave Vermelha
- 20.35 Portugalmente
- 21.05 Murphy Brown
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Balas Sobre a Broadway (de Woody Allen, EUA/1994, com John Cusak, Chazz Palminteri, Dianna Wiest, Jennifer Tilly, Rob Reiner, Tracy Ullman. Ver Destaque.)
- 00.30 A Linguagem Humana

SIC

- 08.00 Buêrére
- 12.00 Malucos do Riso
- 12.30 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.30 Fátima Lopes
- 16.30 Vidas Cruzadas
- 17.40 Corpo Dourado
- 18.50 Era Uma Vez
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.50 As 100 Fotos do Século
- 21.00 Torre de Babel
- 22.00 Cantigas de Mal-Dizer
- 23.15 Grande Reportagem
- 00.15 Último Jornal
- 02.15 Sentinela
- 03.45 Vibrações

TVI

- 08.45 TVI Jornal
- 09.10 S.O.S. Urgências
- 10.00 Quase Modelo, Quase Detective
- 10.45 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.15 Mulher Perigosa
- 15.05 Maria José
- 15.50 Caminhos Cruzados
- 16.45 Animação
- 18.10 C-16
- 19.00 Pretender
- 20.00 As Novas Aventuras do Super Homem
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Ficheiros Secretos
- 23.00 Confiança Traída (de Rob Malenfant (EUA/1996) com Lisa Zane, John Stockwell, Janet Gunn. Drama.)
- 01.20 Seinfeld
- 02.10 Desporto
- 02.50 Ocupação Imprópria para Senhoras (de Christopher Petit (Gr.Br./1981) com Pippa Guard, Billie Whitelaw, Paul Freeman. Ver Destaque.)

Rod Steiger. Terror.)  
03.25 Fórmula 1 - GP do Japão

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.30 A Vida É um Zoo
- 16.35 O Rapaz e a Baía Negra
- 17.30 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Um, Dó, Li, Tá
- 19.30 Hugo
- 20.05 A Nave Vermelha
- 20.35 Portugalmente
- 21.05 Cybill
- 21.30 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Poderosa Afrodite (de Woody Allen (EUA/1995) com Woody Allen, Helena Bonham-Carter, Michael Rapaport, Mira Sorvino, Olympia Dukakis. Ver Destaque.)
- 00.30 Bailado: Queen/Béjart - «Ballet for Life»

SIC

- 08.00 Buêrére
- 12.00 Malucos do Riso
- 12.30 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.30 Fátima Lopes
- 16.30 Vidas Cruzadas
- 17.40 Corpo Dourado
- 18.50 Era Uma Vez
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.30 Torre de Babel
- 21.30 Futebol
- 23.30 Afrodísia
- 24.00 Donos da Bola
- 02.30 Último Jornal
- 03.25 Vibrações

TVI

- 08.45 TVI Jornal
- 09.10 S.O.S. Urgências
- 10.00 Quase Modelo, Quase Detective
- 10.45 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.15 Mulher Perigosa
- 15.05 Maria José
- 15.50 Caminhos Cruzados
- 16.45 Animação
- 18.10 C-16
- 19.00 Pretender
- 20.00 As Novas Aventuras do Super Homem
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Primeira Vaga
- 23.00 Polícias e Ladrões
- 24.00 O Beijo da Viúva (de Peter Foldy (EUA/1995) com Beverly D'Angelo, MacKenzie Astin, Dennis Haysbert. Drama.)
- 02.00 Seinfeld
- 02.30 Ponto Final
- 03.00 História de uma Traição (de Marek Kaniévka (EUA/1983) com Rupert Everett, Colin Firth, Cary Elwes. Drama.)

RTP 2

- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 Guerras no Jornal
- 12.45 Música Maestro - «Avec François Le Roux»
- 13.30 Dinheiro Vivo
- 14.00 Parlamento
- 15.00 Desporto 2
- 19.35 2001
- 20.15 Tenchi Muyo
- 20.55 Onda Curta

Uma série de sucesso: «Serviço de Urgência»

Aardman da autoria de Peter Lord, Boris Kossmehl, Jeff Newitt e Nick Park.)  
21.30 Campanha sobre o Referendo

- 22.00 Jornal 2
- 22.35 O Lugar da História
- 23.35 Sonatina (de Takeshi Kitano (Jap./1993) com Takeshi Kitano, Aya Kokumai, Tetsu Watanabe, Katsumuru, Susumu Terashima. «Thriller».)
- 01.15 O Legado da Lista Negra de Hollywood

SIC

- 08.00 Buêrére
- 11.55 O Nosso Mundo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 Libertem o Willy (de Simon Wincer (EUA/1993) com Jason James Richter, Lori Petty, Jayne Atkinson, Michael Madsen. Aventuras.)
- 16.10 Xena
- 17.15 O Sargento de Ferro (de Clint Eastwood (EUA/1986) com Clint Eastwood, Marsha Mason, Moses Gunn. Drama / Guerra.)
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Mundo VIP
- 22.00 Big Show Sic
- 00.45 Os Sete Magníficos
- 01.45 Último Jornal
- 02.20 A Cidade dos Anjos (de Robert Aldrich (EUA/1975) com Burt Reynolds, Catherine Deneuve, Ben Johnson, Paul Winfield. Ver Destaque.)

TVI

- 08.55 S.O.S. Urgências
- 09.40 Animação
- 13.35 Contra-Ataque
- 14.40 Feedback
- 15.35 Sétimo Céu
- 16.30 Doido por Ti
- 17.00 Socorro! A Babysitter é Louca (de Michael James McDonald (EUA/1995) com Beverly D'Angelo, Ed Begley, Jr., Carol Kane. Comédia.)
- 19.00 Aventuras no Pacífico
- 20.00 Flipper
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 A Face da Traição (de Sam Pillsbury (EUA/1996) com Lindsay Wagner, Deborah Farentino, John Terry, Alana Austin. Drama.)
- 24.00 Corações Criminosos (de Dave Payne (EUA/1995) com Kevin Dillon, Amy Locane, Morgan Fairchild, M. Emmet Walsh. Drama.)
- 01.50 Ao Serviço de Sua Majestade (de Roger Young (Gr.Br./1983) com Tom Selleck, Lauren Hutton, Jane Seymour, Bob Hoskins. Ver Destaque.)

- 22.00 Jornal 2
- 22.30 Horizontes da Memória
- 23.00 Teatro

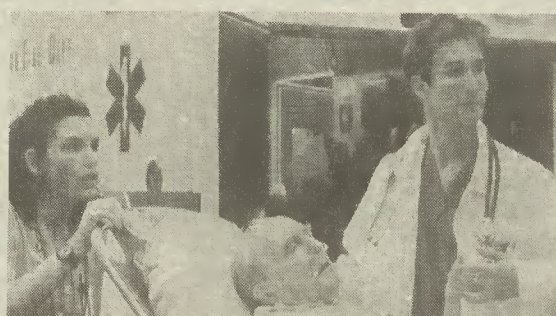
SIC

- 08.30 Buêrére
- 11.55 BBC - Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 A Pequena Endiabrada (de John Hughes (EUA/1991) com Alisan Porter, James Belushi, Kelly Lynch, John Getz. Comédia Dramática.)
- 15.30 A Ilha Misteriosa
- 16.30 Os Imortais
- 17.20 Libertem o Willy - II (de Dwight H. Little (EUA/1995) com James Jason Richter, Jayne Atkinson. Aventuras.)
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Chuva de Estrelas
- 22.15 Ficheiros Clínicos
- 23.30 A Rede (de Irwin Winkler (EUA/1995) com Sandra Bullock, Jeremy Northam, Dennis Miller, Diane Baker, Ken Howard. Ver Destaque.)
- 00.40 Último Jornal
- 01.15 Dra. Quinn
- 02.15 Portugal Radical

TVI

- 10.00 Animação
- 10.30 Novos Ventos
- 11.15 Missa
- 13.00 Portugal Português
- 14.00 Geo: Os Olhos do Mundo
- 15.00 Adultos à Força
- 15.55 Doido Por Ti
- 16.30 Fuga em Grande (de Billy Weber (EUA/1993) com Jacob Tierney, Noah Fleiss, Martha Plimpton, Stephen Tobolowsky. Drama.)
- 18.30 A Lenda de Guilherme Tell
- 19.30 Futebol (Campeonato Italiano)
- 21.15 Directo XXI
- 22.00 O Rosto da Lei
- 23.00 Rival de Morte (de James Hayman (EUA/1995) com Harry Hamlin, Annie Potts, Judith A. Polone, Judy Cairo, Harry Winner. Drama.)
- 01.15 Tempo de Guerra (de Pat O'Connor (Gr.Br./1984) com John Lynch, Helen Mirren, Donald McCann, Steven Rinkus, John Kavanagh. Drama.)

Espelho meu, uma série adaptada da BBC, aos sábados



Uma casa em fânicos

- 17.30 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Uma Janela Sobre a Natureza
- 19.30 Um, Dó, Li, Tá
- 20.05 Hugo
- 20.45 Campanha sobre o Referendo
- 21.05 Portugalmente
- 21.30 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Solares Portugueses
- 23.20 Ler para Crer
- 00.20 Nash Bridges

SIC

- 08.00 Buêrére
- 12.00 Malucos do Riso
- 12.30 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.30 Fátima Lopes
- 16.30 Vidas Cruzadas
- 17.40 Corpo Dourado
- 19.00 Referendo - Direito de Antena
- 19.15 Era Uma Vez
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.55 As 100 Fotos do Século
- 21.00 Médico de Família
- 22.00 Torre de Babel
- 23.30 Duro de Roer (de Bruce Malmuth (EUA/1990) com Steven Seagal, Kelly Le Brock, Bill Sadler, Frederick Coffin. «Thriller».)
- 01.40 Último Jornal
- 02.15 Os Filhos da Guerra
- 03.45 Vibrações

TVI

- 08.45 TVI Jornal
- 09.10 S.O.S. Urgências
- 10.00 Quase Modelo, Quase Detective
- 10.45 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.15 Mulher Perigosa
- 14.50 Maria José
- 16.00 Caminhos Cruzados
- 16.45 Animação
- 18.00 C-16
- 19.00 Referendo - Direito de Antena
- 19.15 Pacific Blue
- 20.00 As Novas Aventuras do Super Homem
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Beckett, O Atirador (de Luis Llosa (EUA/1992) com Tom Berenger, Billy Zane, J. T. Walsh, Gary Swanson, Ken Radley. «Thriller».)
- 00.20 Golo
- 01.25 Seinfeld
- 02.00 Feedback

A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

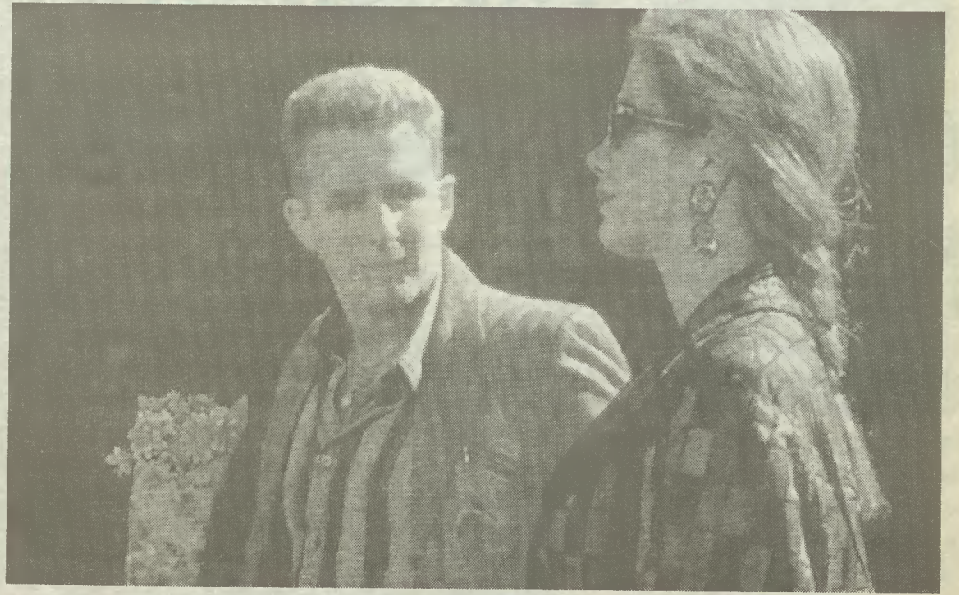


## TELEVISÃO

## Por isto e por aquilo...



Diane Wiest e John Cusak, numa sequência de «Balas Sobre a Broadway», um filme de Woody Allen



Michael Rapaport e Mira Sorvino, em «Poderosa Afrodite», também de Woody Allen

**Balas Sobre a Broadway**

(Quinta, 22.50, RTP2)

A acção passa-se em Nova Torque, em plenos anos 20. Um escritor teatral procura dinheiro para levar à cena uma peça que escreveu mas o seu produtor só consegue arranjar-lo junto de um gangster que coloca uma condição para o empréstimo: que a sua namorada (Diane Wiest) participe no elenco. Aceites as condições, o resultado é o que poderia rezear-se: a namorada do gangster é uma péssima actriz. Mas eis que, surpreendentemente, o guarda-costas (Chazz Palminteri) que a acompanha para todo o lado acaba por demonstrar, através de uma série de sugestões, que o verdadeiro problema reside na qualidade da peça, contribuindo para a sua melhoria com uma série de oportunistas sugestões! Como se vê, estamos mais uma vez perante um argumento fabuloso (de forma alguma isento de feroz crítica aos meios teatrais) admiravelmente posto em cena por Woody Allen e com uma reconstituição de época (sonora e visual) irrepreensível. A não perder!

**Ocupação Imprópria Para Senhoras**

(Quinta, 02.50, TVI)

A «ocupação imprópria» a que o título deste filme se refere é a de «detective privado», uma vez que ele nos conta a história de Gordelia que investiga o seu primeiro caso – o estranho suicídio do jovem filho de um homem de negócios – até que, no decorrer das suas investigações, acaba por pôr a vida em risco, já que está prestes a descobrir o misterioso segredo do pai do «suicida». Enfim, as referências não enaltecem por aí além a qualidade (apenas mediana) deste filme, mas não se pode pedir muito mais numa semana em que a oferta é por de mais irrelevante em matéria de cinema.

**Poderosa Afrodite**

(Sexta, 22.50, RTP2)

Claro que as reticências acima adiantadas nada têm que ver com este último exemplar cinematográfico do ciclo dedicado a Woody Allen. Numa das suas obras mais recentes (e que julgamos ser ainda estreia absoluta na nossa televisão), o cineasta encena uma comédia que tem como ponto de partida a adopção, por um casal, de um filho há muito desejado. Simplesmente, o «cabeça de casal», ao tentar encontrar a instâncias do filho adoptivo os pais biológicos deste, chega a conclusões inesperadas e, a partir daí, a história transforma-se numa série de hilariantes equívocos e confusões, só possíveis de sair da imaginação sem limites de Allen. Ao lado de ele próprio, o destaque vai para excelentes interpretações de actrizes como Helena Bonham-Carter, Olympia Dukakis ou Mira Sorvino. A não perder.

**Ao Serviço de Sua Majestade**

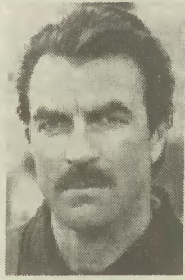
(Sábado, 01.45, TVI)

A «original» programação da TVI, no próximo sábado – que conta nada mais nada menos do que com quatro-filmes-quatro (os últimos três praticamente seguidos, a partir das 22 horas!) termina, à 01.45, com o menos mau de todos eles, pelo que o horário escolhido não deixa de causar estranheza. Trata-se de uma história de espionagem e suspense na qual um ladrão americano (especializado em jóias) é contratado pelo FBI e pela Scotland Yard, em troca da promessa de liberdade, para assaltar a Embaixada Alemã na capital inglesa e roubar 10 milhões de libras em jóias que se destinavam a financiar as operações de espionagem nazi por todo o mundo. Claro que a história é meio pateta, mas o ambiente do enredo, a eficácia da realização e o «entretenimento» que o filme constitui é capaz de fazer passar o tempo em caso de insónia...

**A Cidade dos Anjos**

(Sábado, 02.20, SIC)

Também só em caso de insónia vale a pena ver este filme que vai para o ar, desta vez na SIC, no horário também impra-



Tom Selleck, Jane Seymour e Bob Hoskins, intérpretes principais de «Ao Serviço de Sua Majestade», de Roger Young

ticável das duas e tal da manhã! O problema é que o prestígio do nome do seu realizador – Robert Aldrich – não chega para esconder a total falta de forma em que ele partiu para a empresa que constituiu realizar este filme: um polícia de Los Angeles decide tomar a lei nas suas mãos ao tentar descobrir um caso de assassinio de uma jovem que é encontrada morta numa praia. «Nunca pensei que o filme pudesse resultar como um filme de aventuras e acção, já que a história policial era muito “magra” – afirmou Aldrich – «mas pareceu-me que podia tornar-se uma bela história de amor, na condição de que a mulher fosse uma estrangeira...». Talvez por isso, ele escolheu Catherine Deneuve mas nem isso salvou

uma realização frouxa que nada adiantou à sua obra de cineasta.

**A Rede**

(Domingo, 23.30, SIC)

Uma especialista de informática (Sandra Bullock) passa horas a fio a testar novos programas de software mas nas horas vagas costuma

entreter-se frequentando «grupos de discussão» e as chamadas sessões de chat, até que um dia descobre por acaso uma página na Web cuja exploração mais detalhada a faz envolver em perigosíssimas complicações... E fiquemos por aqui! Este argumento, que nem sempre está articulado com lógica, assenta que nem uma luva em mais um filme desta nova corrente de obras de suspense cuja influência longínqua reside em Hitchcock. Mas, claro, não são capazes de lhe chegar aos calcanhares!

**Sem Correntes**

(Quarta, 23.00, TVI)

Um veterano de guerra, injustamente enviado para uma prisão no Estado da Geórgia, tenta esquecer o passado depois de ser libertado. Ele conhece uma rapariga que o deixa trabalhar na sua loja mas esta, ao descobrir o seu segredo, faz chantagem com ele para o obrigar a casar-se. As coisas correm mal e ela denuncia-o à polícia, acabando o nosso «herói» por novamente escapar, arrastando consigo uma horrível existência. Enfim, um dramalhão terrível, realizado para a televisão por cabo e protagonizado por Val Kilmer no principal papel, cujas referências minimamente recomendam como sendo acima da habitual mediania.

## CABO &amp; SATÉLITE

**Em foco: energias alternativas**

Em mais uma das suas magníficas «noites temáticas» o canal franco-alemão Arte vai hoje sublinhar a importância do estudo das energias alternativas, numa sequência de cinco documentários: «O Mito do Sol», sobre o culto do sol e a origem da humanidade; «A Sede da Energia na Sociedade», sobre os problemas do crescimento económico e da mundialização da economia; «Um Olhar Sobre as Energias Alternativas», sobre os novos visionários das tecnologias do futuro; «A Energia Solar nos Países em Desenvolvimento», sobre os projectos em curso na África, Ásia e Próximo-Oriente; e «O Futuro», fazendo o ponto sobre as perspectivas abertas pelas energias renováveis. (Arte, Quinta-feira, entre as 19.45 e as 22.00)

**Uma série exemplar**

Todas as quartas-feiras às 22 horas (com repetição às quintas-feiras pelas

12 horas) o canal brasileiro GNT está a transmitir uma excelente série brasileira com argumento do escritor Gilberto Braga e realização de Roberto Talma. Esta série em dez episódios foi um tremendo êxito da Rede Globo em meados dos anos 80 e é um retrato do Brasil dos anos 50 e da sociedade brasileira na passagem de Getúlio para Kubitschek. Com Malu Mader, na personagem principal, eis um exemplo, a seguir, de maturidade ficcional para televisão em língua portuguesa. (GNT, quartas-feiras, às 22.00; quintas-feiras, às 12.00)



TNT  
Classic Movies

**Uma grande voz do Brasil**

O Canal Odisseia, às vezes, também se debruça nos seus documentários sobre personalidades do mundo da música. Desta vez, num programa com a duração de 60 minutos, o canal vai apresentar-nos um documentário sobre o percurso de uma das maiores vozes da música popular brasileira – Caetano Veloso – esse grande escritores de pautas e versos e intérprete brilhante dos grandes clássicos dos seus pares. A não perder. (Odisseia, sexta-feira, 13.00 e 17.00)

odisseia



# Ponte do Abade e outras estórias

No passado domingo, no decurso do Telejornal, a RTP falou-nos de Ponte do Abade. Ponte do Abade é sem dúvida um lugar muito simpático, mas não foi decerto por isso que a RTP nos falou dele. Acontece que Ponte do Abade é uma terra dividida ao meio, aliás por razões que serão algumas e deviam ter-nos sido explicadas mas não foram: pertence a duas freguesias e a dois concelhos, o que significa que através dela passa uma fronteira administrativa invisível mas real. É invulgar e é muito capaz de ser incómodo. Mas é uma situação que existe já há muitos anos e nunca a RTP se importou com ela. Importou-se agora. Porque, em consequência da divisão antiga, Ponte do Abade irá também ficar partilhada por duas regiões «se a regionalização passar», como disse a RTP. O que implica a clara insinuação de que, pelo menos neste caso, porventura em muitos outros, mais valerá que a regionalização «não passe».

Pode-se pensar, é claro, que aquela curiosidade nos foi mostrada apenas por acaso, só pelo desejo cândido de nos trazer notícia de uma extravagância. Pode-se. Mas até eu, que sou ingénuo até dizer chega e irracionalmente optimista quanto a boas intenções alheias, não deslizo para uma dessas. Tal como não acredito que também só por acaso é que o alinhamento daquele Telejornal colocou, logo a seguir de Ponte do Abade, a desafortada demagogia de Paulo Portas e a descomplexada acrobacia de Marcelo, tudo a consubstanciar uma espécie de dose-de-choque anti-regionalista ministrada pela RTP 1 aos telespectadores, isto é, ao País numa sua parte substancial. Tal como não acredito que tenha sido em santa boa-fé que, na véspera, Fátima Campos Pereira tinha anunciado que Carlos Carvalhas manifestara a convicção de que o «Sim» à «divisão do País em regiões» irá ganhar. Podia ter aludido antes, com mais verdade, à junção de muitas dezenas de concelhos em cada uma das oito futuras regiões ou, com menor criatividade, podia ter-se cingido apenas às palavras do secretário-geral do PCP. Mas não: era decerto precioso falar em «divisão», assim rimando com a propaganda do «Não». Por puro acaso, já se vê.

## Boa razão e mau estilo

Por estas e por outras, que são muitas e aqui não cabem, acho que tinha razão Narciso Miranda quando, no mesmíssimo domingo, o ouvi dizer, vociferante, que «a RTP não é isenta». Parafrazeando em versão menos rude uma conhecida frase parlamentar dos tempos da primeira República, direi que «bolas para a grita-

ria, mas apoiado para o sentido!». É que aquele estilo aparentemente à beira de um ataque de nervos já não se usa ou, se se usa, não devia usar-se. Poucos dias antes, ouvíramos Adriano Moreira na SIC e, com o seu tom tranquilo, o seu ar inteligente, até pareciam certos e persuasivos argumentos que afinal culminavam na velha objecção segundo a qual «a ideia não é má, mas ainda não é a altura». Porque há outras coisas mais urgentes, porque ainda não estamos

preparados, é o costume: nunca estamos preparados para qualquer mudança no sentido ou no reforço da democracia. Foi assim com a liberdade. Foi assim com a democracia. Foi assim com a descolonização. Foi assim, décadas antes, com o voto das mulheres. Porém, no estilo calmo e aparentemente reflectido de Adriano Moreira, o argumento nem parecia ter o primarismo brutal que de facto o caracteriza, ao passo que a verdade berrada por Narciso surgira como apenas mais um berro.

Em matéria de cobertura da discussão em curso acerca da regionalização pode também apontar-se pecados, e não pequenos, à SIC e à TVI. A questão, porém, é que a RTP tem deveres especiais de decência também nesta matéria, sem que o facto dispense as restantes estações dos deveres gerais que decorrem do simples civismo e dos deveres especiais consequentes à concessão que lhes permite serem operadoras de TV em Portugal. Nem é preciso decerto explicar por que é que sobre a RTP impendem obrigações acrescidas. Refiramos apenas algumas destas. Não será verdade que, num país onde a generalidade dos eleitores se queixa de insuficiente ou nenhum esclarecimento sobre a matéria do próximo referendo, cabia à RTP, estação de capitais públicos, ter-se empenhado há muito num esforço sistemático para dissipar desconhecimentos quase totais? Perante uma campanha que tanto invoca o papão de enormes custos da regionalização, não caberia à RTP, ela própria constantemente acusada de ser motivo de tremendos custos, chamar ao estúdio alguém que explicasse que a democracia tem custos (e os que fizeram Abril não cuidaram, imperdoavelmente, de estabelecer um prévio estudo financeiro dos custos da liberdade), como os têm, ou teriam uma segurança social efectiva, um serviço nacional de saúde decente, uma instrução pública eficaz? Até porque cabe perguntar em favor de quem reverterão as eventuais economias que em tais gastos se fizeram na inevitável suspeita de que sempre reverterão para as contas já recheadas dos que têm quase tudo.

Aí, porém, a RTP abstém-se. Talvez pareça que por neutralidade. Talvez se entenda que por cumplicidade.

## TVISTO

Correia da Fonseca

# O não da manipulação

O referendo sobre a regionalização põe à prova a nossa democracia, revela algumas das suas principais fragilidades e dá evidência a certos dos seus vícios mais negativos.

Entre estes goza de um desgraçado destaque a manipulação da opinião pública, instituída por certas forças políticas, com a cumplicidade da grande comunicação social, no principal método de persuasão do eleitorado.

A direita (incluindo os partidos de Marcelo e Portas e os grandes potentados económicos) está a levar a sua campanha contra a regionalização a práticas manipuladoras tão sujas que constituem um verdadeiro insulto à inteligência e à dignidade do nosso povo. E o PS, que não tem hesitado em recorrer a esses processos noutras alturas, sofre-lhes agora as consequências. Mas quem mais pode sofrer com tais campanhas são as próprias instituições democráticas e o seu prestígio perante os portugueses.

O voto pelo sim no próximo dia 8, viabilizando uma reforma do Estado favorecedora da democratização e do desenvolvimento do seu país, tem também o significado de uma recusa das obscenas práticas manipuladoras que subvertem o regime democrático e minorizam o nosso povo.

Diga-se, entre parênteses, que esta dificuldade de encontrar oradores defensores do não tem sido comum à maior parte dos debates realizados no Algarve, optando alguns dos promotores por importá-los de Lisboa, do CDS/PP. Ora isto não pode deixar de ser considerado como um elemento muito significativo da atitude da opinião pública algarvia em relação à regionalização, que os órgãos públicos de comunicação social não deviam ignorar.

Mas há ainda mais um factor agravante da actuação da RTP e da RDP em matéria de divulgação de sondagens, especialmente, no que ao Algarve se refere.

É que, logo na sexta-feira, dois dias depois dos gritos de Santos (o da rádio e o da televisão), o

«Diário de Notícias» publicou uma sondagem em que, com uma grande abstenção, quase 60 por cento, as respostas favoráveis ao sim ganhavam nas

duas perguntas: 41 contra 37 por cento, em relação à instituição concreta das regiões, e 44 contra 32 por cento, em relação à região administrativa da própria área de recenseamento.

Não se percebe por que razão a RDP e RTP não deram divulgação a esta sondagem. Foi apenas pela razão de que

## VARIANTES

Carlos Brito

## Abstenção «vence» referendo no Algarve

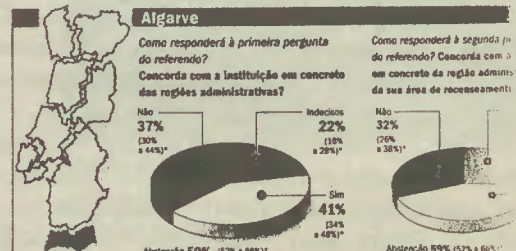
59 por cento não vão votar. Maioria está a favor, o «não» a perder e os indecisos valem tudo

A maioria dos algarvios concorda com o mapa das oito regiões e com a instituição em concreto da sua região. Mas, de acordo com os resultados de uma sondagem realizada pela Eurotest, a abstenção é a grande vencedora: 59 por cento dos inquiridos não pretendem votar.

Dos que optam por cumprir o seu dever cívico, 41 por cento dão indicação de que não votar «sim» na primeira pergunta do referendo de 8 de Novembro. Bem perto destes estão os 37 por cento que não concordam com a proposta apresentada por socialistas e comunistas para a reforma administrativa do País. Ainda no âmbito da primeira pergunta registou-se o elevado número de indecisos: 22 por cento não sabem ainda o que dizer sobre a instituição em concreto das regiões administrativas.

«Concorda com a instituição em concreto da região administrativa da sua área de recenseamento eleitoral?» Esta é a segunda pergunta do referendo e à qual a maioria dos algarvios pretende dar um «sim» um pouco mais reforçado que na primeira questão. Enquanto na anterior se pronunciavam favoravelmente 41 por cento, já nesta o número aumenta para 44%, mais três pontos percentuais.

Também o número dos que estão contra desce cinco pontos da primeira para a segunda pergunta. Com a criação da região do Algarve não concordam 32 por cento dos que aceitaram responder a esta sondagem. Curiosamente, também os indecisos aumentam dois pontos, 24 por cento não sabem que dizer face à questão que lhes é concretamente colocada sobre a sua região.



Os algarvios resistem ao voto no referendo de 8 de Novembro.

A abstenção pode sair vencedora numa região em que a maioria concorda com a regionalização

	TOTAL	SEXO		IDADE			N.A.
		Masc.	Femil.	18/34	35/54	55+	
Abstenção	59%	55%	62%	58%	59%	59%	59%
Sim	17%	21%	13%	16%	23%	11%	17%
Não	17%	15%	14%	16%	12%	15%	14%
Indecisos	9%	9%	11%	8%	6%	15%	10%
em que a maioria concorda com a regionalização							
Abstenção	59%	55%	62%	58%	59%	59%	60%
Sim	18%	24%	14%	18%	24%	14%	19%
Não	13%	13%	13%	16%	12%	12%	12%
Indecisos	10%	8%	11%	8%	5%	15%	9%

\* Valores possíveis tendo em conta a margem de erro

**Ficha técnica**

Esta sondagem foi encomendada pelo DN e pela TSF à Eurotest com a finalidade de conhecer a intenção de voto dos eleitores recenseados na proposta região do Algarve nas duas perguntas do referendo de 8 de Novembro. O universo é constituído pelos indivíduos possuidores de telefone, com idade igual ou superior a 18 anos, residentes e recenseados na região em causa. A amostra obtida é igual à das entrevistas. A informação foi recolhida através de uma entrevista telefónica tratada informaticamente. A taxa de erro foi de 79 por cento. A recolha decorre entre 19 e 20 de Outubro de 1998. A interpretação dos resultados é da responsabilidade do DN.

Uma das mais perigosas armas da manipulação é a operação sondagens. O mais espantoso e revoltante nesta operação é que são os meios de comunicação social públicos – a RDP e a RTP – que se entregam ao principal papel manipulador, a partir das sondagens da Universidade Católica. Na passada quarta-feira, às 8 da manhã, Sena Santos gritava aos microfones da RDP – Antena 1: «Algarvios votam contra a regionalização!» O mesmo grito foi repetido ao longo de todo o dia, foi então José Rodrigues dos Santos que apareceu a gritar, na RTP, «algarvios votam contra a regionalização», com ênfase semelhante à que em tempos usou para anunciar os bombardeamentos de Bagdad.

É, desde logo, absolutamente condenável que os órgãos de comunicação responsáveis apresentem como voto efectivo dos cidadãos o que é apenas um estudo de opinião de bases muitíssimo falíveis, como a experiência tem demonstrado, e ainda mais no tocante a referendos.

No caso concreto acresce a existência de uma larga taxa de indecisos, de mais de 40 por cento, que os autores da sondagem não ocultam, mas que os seus divulgadores só referem em voz baixa.

No caso do Algarve deu-se ainda a circunstância curiosa de o mesmo Sena Santos, que gritou sem hesitar o voto dos algarvios em 8 de Novembro, ter confessado as enormes dificuldades que tinha experimentado para encontrar um algarvio que quisesse defender o não no debate em que Carlos Luís Figueira participou em defesa do sim.

não foi encomendada pelas respectivas casas? Ou a razão reside em que ela ajudava, com toda a fragilidade também, a corrigir as proclamações lançadas na véspera sobre o sentido de voto dos algarvios?!

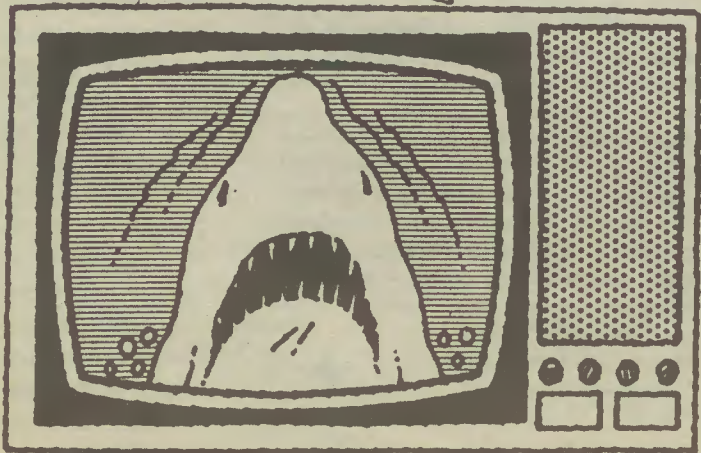
O que a RDP – Antena 1 fez nos dias seguintes, ao mesmo tempo que ignorava a sondagem do «Diário de Notícias», foi continuar a sua operação sondagens com novos gritos manipuladores. Na sexta-feira os locutores da estação oficial já proclamavam: «Terceiro não à Regionalização. Depois do Algarve...».

É difícil pensar que os jornalistas da Antena 1 que procedem desta maneira não percebam que estão a favorecer o não.

Na segunda-feira, o jornalista Sena Santos apareceu mais comedido. Sabe-se lá o que se terá passado no fim-de-semana. Mas mesmo assim os locutores de serviço na Antena 1 continuavam a proclamar: «Os não sucedem-se e acumulam-se!»

Não se nega que as sondagens possam, por enquanto, indicar essa tendência. Mas o que se exige é que sejam tratadas na comunicação como sondagens e mais nada; que se relativize em vez de absolutizar o seu trabalho (atendendo até às experiências do anterior referendo); que sejam também publicitadas as que apontam para resultados favoráveis ao sim, que as há como se já referiu; que se contribua para o esclarecimento e não para a confusão dos eleitores; e que se proceda de forma a incentivar a sua participação na votação.

A vitória do sim será assegurada pela perseverança dos seus defensores.





## JAZZ

## 8.º Festival do Porto

Ainda o Festival do Seixal está em pleno desenvolvimento e já tem início, no Teatro Municipal Rivoli do Porto, a oitava edição do Festival de Jazz daquela cidade. Nos dois primeiros concertos participarão dois grupos que a cidade da margem do sul também vai ouvir - o Trio de Brad Mehldau e o Quinteto de Chico Freeman-Gary Barz. É no primeiro fim-de-semana, em 30 e 31 às 21.30. Depois, no fim-de-semana de 6, 7 e 8 de Novembro, será a vez de concertos duplos (nos dois primeiros dias), com dois grupos portugueses a anteceder convidados internacionais, respectivamente Moreiras Jazztet e Terrell Stafford Quartet e Quarteto de Paulo Oliveira e Terence Blanchard Quintet. Finalmente, no último dia, num único concerto, actuará o quarteto do saxofonista Antonio Hart. Um bom festival em perspectiva!

## DANÇA

## Dança Indiana na Culturgeste

Realiza-se no próximo sábado 31, pelas 21.30, no Grande Auditório da Culturgeste (em Lisboa) um espectáculo de dança indiana por Padma Subrahmanyam que será acompanhado ao vivo por um conjunto instrumental de nove elementos. Segundo o texto de apresentação, «combinando uma rara aptidão para a dança, a coreografia, a composição musical, o ensino e a investigação, Padma Subrahmanyam foi a primeira artista a conseguir transpor para a prática, de uma forma verdadeiramente cativante, as teorias e os conceitos em que se baseia a dança indiana».

## Flamenco no CCB

Com coreografia e direcção artística de Eduardo Serrano «El Guito», o CCB leva à cena no seu Grande Auditório nos dias 30 e 32, pelas 21.30, o espectáculo «Solo Flamenco» que contará ainda com a participação da grande cantora Carmen Linares, do guitarrista Moraíto e das bailarinas Sara Baras e Maria Vivó. Segundo o programa deste espectáculo, «na sua maturidade artística, encontra-se uma dança que se foi estilizando, depurando e que conserva todo o poder de comunicação emocional que só certos artistas flamencos são capazes de produzir».



## VIDEO

## Instalações de Vídeo

Recentemente inaugurada, manter-se-á até 13 de Dezembro a exibição de um conjunto de instalações de vídeo da Estónia, da Lituânia, da Letónia e da Suécia subordinada ao título «Faróis Distantes». Estas obras são da autoria de Ene-Liis Semper, Anita Zabilevska, Egle Rakauskaite e Ann-Sofie Sidén e poderão ser vistas na «Fábrica» (Associação Cultural de Porto Brandão), Rua Bento de Jesus Caraça, Porto Brandão, Monte de Caparica, aos dias de semana entre as 17 e as 20 e ao fim-de-semana entre as 12 e as 20 horas.

## EXPOSIÇÕES

## Obras de Zé Penicheiro em Mora e de Rogério Ribeiro em Lisboa

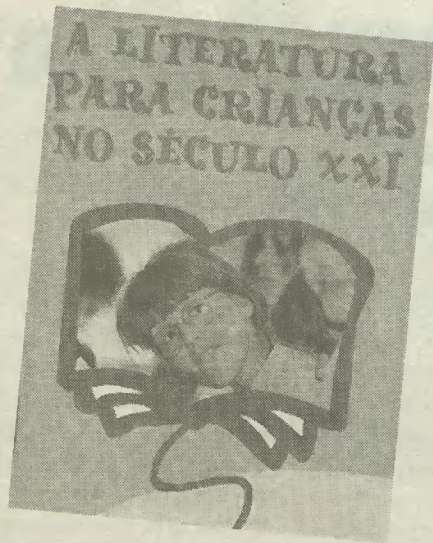
Foi inaugurada no passado dia 23 na Galeria da Casa da Cultura de Mora e prolongar-se-á até 8 de Novembro uma exposição de obras do pintor Zé Penicheiro subordinada ao título genérico «Olhar o Alentejo». Nas palavras de Joaquim Matos (in «Letras e Letras», Porto), «a pintura de Zé Penicheiro desenvolve-se na linha do figurativo. Mais: é visível a influência do cubismo, do geometrismo, do expressionismo, das transparências, etc. No entanto, nelas não se instala. Digamos que o seu

estilo andou por aí bebendo, consciente dos riscos, pois há uma síntese harmoniosa procurada, a preocupação da pessoalização, que nos dá quadros que antes de mais são belos à vista...».

Entretanto, continua patente ao público na Galeria Enes (R. Padre Américo, Camide) uma exposição de obras de Rogério Ribeiro cujo tema é «As Rainhas da República». O horário da exposição é o seguinte: segunda a sexta, das 13 às 20 horas; sábados, domingos e feriados, das 10 às 20 horas.



## ESCAPARATE



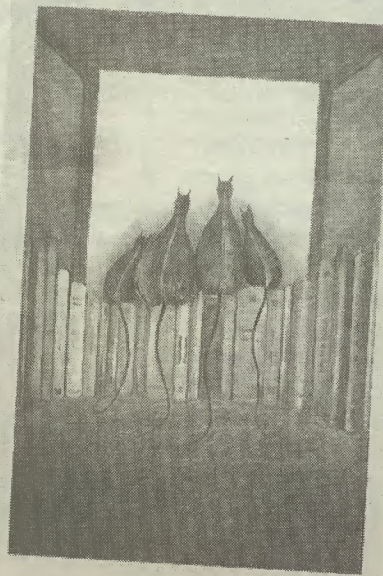
## Os Livros e as Crianças

Por pura coincidência, duas iniciativas de elevado alcance cultural vêm nestes dias colocar em primeiro plano a problemática da literatura infantil no limiar de um novo século. Por ordem cronológica, a primeira iniciativa começou no passado sábado e prolonga-se até terça-feira 3 de Novembro. É a III Feira do Livro da Criança que está a realizar-se na Casa da Juventude de Almada, numa realização da associação «Pioneiros de Portugal». Esta realização tem o apoio da Divisão de Educação e Juventude da Câmara Municipal de Almada e, para além de colóquios, conferências e várias exposições, é animada por diversas actividades infantis relacionadas com fabricação de brinquedos, projecções de filmes para crianças, jogos, diaporamas, pintura colectiva e outros ateliers. Nas palavras de Mário Castrim no texto de apresentação deste evento, «a infância mais rica é aquela que guarda na memória as imagens colhidas nos livros que leu. E a vida sempre se vai enriquecendo de cada vez que encontramos um novo livro».

## III FEIRA DO LIVRO DA CRIANÇA

ALMADA

CASA DA JUVENTUDE



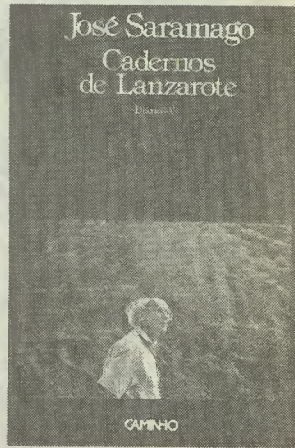
Uma iniciativa dos:

Pioneiros de Portugal



A segunda iniciativa que, neste âmbito, aqui cabe referir é o XIII Encontro de Literatura Para Crianças organizado pela Fundação Calouste Gulbenkian e subordinado ao tema «A Literatura Para Crianças no Século XXI», com sessões a realizar nos dias 4, 5 e 6 de Novembro próximo no Auditório 2 e nas Salas 1, 2, 3 e 4. Além de intervenções de personalidades ligadas, de uma ou outra forma, ao mundo da criança - como Daniel Sampaio, António Torrado ou Isabel Alçada, entre tantos outros - este encontro abrangerá as áreas da literatura, das técnicas narrativas, o papel das artes ou as novas tecnologias. Programa e horários detalhados: Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura.

## LIVROS



## Cadernos de Lanzarote Diário - V

À notícia do Nobel, muitos milhares de leitores correram às livrarias - e a outros lugares onde se pode adquirir livros, que isto do folhear em remanso nos antigos templos da literatura já não é o que era - a procurar as obras de José Saramago, esgotando muitos títulos. Uns iriam a correr à primeira obra, outros a encontrar o livro que lhes faltava. Outros ainda talvez à espera que novo livro do escritor pudesse despontar nas prateleiras ao anúncio do prémio. Poucos dias depois, havia livro novo. Trata-se de mais um volume do Diário, a que o autor chama Cadernos de Lanzarote. Desta vez com feliz sobrecapa com a foto do autor e a paisagem vulcânica da ilha donde nos escreve. Os livros de Saramago, que a Caminho distingue com capas de desenho próprio e identificativo, merecem uma sobrecapa que os individualize.

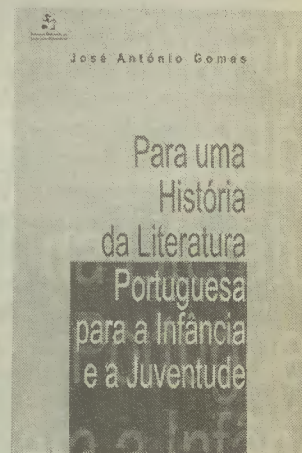
É certo que não ficam os leitores a saber, entre esta prosa de Lanzarote que já tem muitos fiéis, o que viveu o autor e reflectiu ele acerca do Nobel e das suas circunstâncias. Ficará para o próximo. Mas todos vão reencontrá-lo aqui, não a recriar a realidade mas comentando-a, contando e reflectindo e propondo ao leitor o convívio em redor dos acontecimentos, dos factos, das personagens que habitam realmente o mundo e que Saramago nos apresenta ou recorda quando os conhecemos já.



## MÚSICA

## Grandes Orquestras Mundiais

Começa no próximo domingo 1, no Coliseu dos Recreios (de Lisboa) às 21 horas, o Ciclo das Grandes Orquestras Mundiais integrado na Temporada de Dança e Música 1998/99 da Fundação Calouste Gulbenkian. A primeira grande orquestra a ser apresentada é a do Teatro alla Scala de Milão sob a direcção do prestigiado maestro Riccardo Muti. No programa: Sinfonia n.º 4 em Ré menor op. 120 de Robert Schumann e Sinfonia n.º 6 em Si menor op. 74 («Patética») de Piotr Hlitch Tchaikowsky.



## Para uma História da Literatura Portuguesa para a Infância e a Juventude

Interessante livro este, editado recentemente pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas e da autoria de José António Gomes. Trata-se, evidentemente, de um ensaio, mais dedicado aos estudiosos do tema. Mas o leitor comum não deixará de encontrar aí matéria não apenas de informação como de reflexão. E de ficar a saber que também em Portugal, para além do que tem sido, ao longo dos tempos, a transmissão oral dos contos que encantaram os mais verdes anos de cada um, os escritores sempre têm dedicado pelo menos uma parte do seu labor e talento para encontrar a palavra dedicada às crianças. Mesmo Gil Vicente, ao que se diz. Uma bela edição que nos mostra ainda, em cuidada impressão, algumas ilustrações e capas de livros para crianças e jovens.



## A TALHE DE FOICE

### De paquete

À semelhança da Lisboa queiroziana, onde a «última moda» de Paris chegava sempre atrasada e por atacado no paquete Havre, desembarcou agora na capital portuguesa o Livro Negro do Comunismo. Chegou na bagagem de um viajante francês, que se alcandorou à cátedra de «historiador» graças a uma longa e persistente actividade de compilador de difamações anticomunistas.

Foi assim que o homem - Stéphane Courtois de seu nome - se viu promovido a coordenador do projecto de um Livro Negro do Comunismo, para o qual elaborou um prefácio de tal jaez que vários dos investigadores que colaboraram na elaboração do livro se demarcaram publicamente das suas «conclusões».

Esclareça-se, en passant, que não foram apenas, nem sobretudo, os seus colaboradores que se demarcaram do senhor Courtois: todos os auditórios por essa Europa fora - em França, na Bélgica, na Alemanha, etc. - onde o prefaciador quis vender o seu peixe, ministraram ao palestrante uma tal corrida em osso que o encovillaram na lastimável posição que sempre ocupou - a de um maníaco anticomunista travestido de historiador.

Quanto ao seu Livro Negro do Comunismo, acabou liminarmente sepultado na infâmia das desonestidades intelectuais, que nascem para cumprir picos de vendas e morrer vilipendiadas mas bem pagas.

Foi no bisonho crepúsculo desta aventura manhosa que o senhor Courtois, inesperadamente, recebeu novo alento editorial para o seu Livro. Chegou-lhe de Portugal, pois claro, e pela mão de um crónico épaté do anticomunismo alucinado: o inevitável José Pacheco Pereira.

E cá desembarcaram os dois, saídos dum fantasmagórico paquete Havre, com a novidade de um escaqueirado prefácio anticomunista do senhor Courtois brunido com novo prefácio do senhor Pacheco, tudo em mil páginas de português corrente e o prestimoso megafone de alguns órgãos de comunicação social.

E foi graças a esses órgãos de comunicação social que os portugueses puderam chegar à essência do pensamento deste cavalheiro, sem terem a chatice e a despesa de se confrontarem com uma verborreia de mil páginas.

Fundamentalmente, o senhor Courtois defende que comunismo e nazismo são a mesma coisa, descobrindo, para isso, que estes «dois tipos de regime» têm em comum «o princípio do chefe, a ideologia obrigatória, o partido que toma o lugar do Estado, o terror».

Perante tamanha desonestidade, assinale-se apenas o elementar: o que, sobretudo, sempre distinguiu e continua a distinguir a concepção comunista do mundo - e por isso se impôs tão profundamente no imaginário da Humanidade - foi o princípio da participação colectiva contra as chefias iluminadas e da ideologia de classe contra a hegemonia ditatorial do pensamento burguês. Foi isso que assustou o capitalismo e o imperialismo até à barbárie, nomeadamente gerando e promovendo o instrumento ideológico mais ignóbil da história dos homens na luta pelo poder - precisamente o nazi-fascismo. E, sendo verdade que se cometeram erros colossais nos chamados regimes comunistas, como a identificação do partido com o Estado, ou perversidades sinistras, como a apropriação ditatorial do poder e a repressão criminosas, nada disso retira justiça e superioridade a um sistema ideológico que continua a ser a grande alternativa para a construção de um mundo mais justo e solidário.

E é isso, afinal de contas, que continua a assustar e verdadeiramente motivá todos os senhores Courtois do planeta...

A outra coisa que o senhor Courtois advoga é que o comunismo provocou «entre 60 milhões e 100 milhões de mortos» (um «rigor histórico» que oscila entre um número e quase o seu dobro), monstruosidade que o «investigador» se esforça por explicar somando, imagine-se!, os mortos de todos os genocídios cometidos contra os comunistas e os movimentos revolucionários, quer se fale dos milhões assassinados pelo capitalismo na China, por Suharto na Indonésia, por Marcos nas Filipinas, por Baptista em Cuba, por franceses e americanos no Vietname, pelo colonialismo em África, pelo neocolonialismo na Ásia ou o imperialismo na América Latina, passando pelos genocídios cometidos por Pol-Pot e os seus «Khmers vermelhos» ou a barbárie nazi-fascista que, só na União Soviética, provocou 20 milhões de vítimas.

Com tudo isto, safam-se o senhor Courtois e o seu epígono Pacheco numa coisa - o seu livro é verdadeiramente negro: enforma-o o mais espesso obscurantismo.

■ Henrique Custódio

# PR recebe Carlos Carvalhas

Na terça-feira passada, o Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, foi recebido em audiência pelo Presidente da República.

À saída da audiência, Carlos Carvalhas, falando aos jornalistas, defendeu o «tecto» de 400 mil contos como limite «máximo dos máximos» para os gastos com campanhas eleitorais, valor que, contudo, ainda lhe «parece exagerado».

Apesar de desconhecer os

custos da campanha para o referendo à regionalização, o Secretário-geral do PCP garantiu que, a exemplo do que tem acontecido em situações anteriores, o PCP vai apresentar as contas no final da campanha e defendeu um «controlo muito mais eficien-

te» sobre essas despesas dos partidos políticos.

Segundo Carlos Carvalhas, essa é uma responsabilidade que deveria passar da Comissão Nacional de Eleições para o Tribunal Constitucional que, inclusive, a poderia «delegar numa empresa privada».

O Secretário-geral do PCP manifestou ainda a sua preocupação pelo envolvimento das Forças Armadas portuguesas numa eventual operação no

Kosovo e com o método adoptado pelas autoridades portuguesas, decisão tomada à margem da Assembleia da República. Aliás, o facto de a força criada pela NATO para intervir no Kosovo não ter também um mandato da ONU, só vem «avaliar a teoria dos dois pesos e duas medidas», sublinhou Carlos Carvalhas, lembrando o caso de Timor-Leste e o incumprimento das resoluções das Nações Unidas.

## Agricultores condenam política de subsídios Sobrevivência ameaçada

Duas centenas de agricultores organizados na CNA - Confederação Nacional da Agricultura manifestaram-se na terça-feira em Viseu, exigindo que mais pequenos agricultores tenham acesso aos benefícios da portaria de calamidade agrícola.

Os manifestantes ameaçaram com formas de luta mais radicais, caso o Governo não os ouça e altere a portaria que actualmente apenas contempla os agricultores que têm seguros agrícola, descontam para a segu-

rança social e para o fundo das calamidades agrícolas.

Para a Associação Regional dos Agricultores de Viseu (Aravis), «o Governo não vê ou não quer ver aquilo que é mais óbvio: se os agricultores estão há vários anos a sofrer como nunca perdas nas suas colheitas (a vinha, a maçã e a pêra sofreram perdas entre os 60 e 85 por cento no distrito), já não possuem capacidade para manter a sua segurança social quanto mais dispor de dinheiro para os seguros agrí-

colas ou para o fundo das calamidades agrícolas», afirmou Afonso Clemêncio, dirigente da referida associação, citado pela Agência Lusa.

Considerando a situação dos agricultores desesperada, este dirigente salientou que em causa está igualmente a Política Agrícola Comum, no âmbito da qual se prepara a redução dos subsídios, o que a concretizar-se seria o mesmo que «colocar uma guilhotina na cabeça de milhares de agricultores: mais de 80 por cento arrumam as

enxadas se essa política for para a frente».

Desta forma, entre as exigências apresentadas ao Governo está a necessidade de a reforma da PAC defender «a especificidade da nossa agricultura porque é todo o contexto social que está por um fio. E a situação é mais grave quando se sabe que a agricultura é fundamental para a manutenção do meio rural e para evitar novos êxodos para as grandes cidades do litoral», alertou Afonso Clemêncio.



## PCP com estudantes

Encontro de Carlos Carvalhas e outros dirigentes do PCP com estudantes da Escola Náutica Infante D. Henrique, na terça-feira

## Lançamento do livro

### "As Regiões Administrativas, Democracia e Desenvolvimento"

O livro "As Regiões Administrativas, Democracia e Desenvolvimento", de Luís Sá, Ana Serrano e Daniel Branco, vai ser lançado, pela Editorial Caminho, na próxima segunda-feira, dia 2 de Novembro, às 15 horas, no Hotel Altis - Sala Panorama (Rua Castilho, n.º 11, Lisboa).

O livro será apresentado por José Barata-Moura.

Uma edição particularmente oportuna neste momento, como foi já salientado no "Avante!", "fornecendo ao leitor as razões para levar a cabo a regionalização, respondendo a questões legítimas e desfazendo argumentos falaciosos".

## «Sim às Regiões» no Pátio Alfacinha

O "Sim às Regiões" juntou dezenas de pessoas no Pátio Alfacinha, num jantar-convívio de eleitos e quadros no Poder Local em Lisboa e Setúbal, que contou com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Entretanto, prosseguem por todo o País diferentes iniciativas no quadro da campanha pela regionalização.

Os diversos Movimentos pelo Sim à regionalização decidiram lançar uma iniciativa "Sim às Regiões - Portu-

gal em Marcha", com início hoje, dia 29, no Algarve, finalizando na Região de Lisboa e Setúbal no dia 6 de Novembro.

Esta Marcha das Regiões está na Beira Interior sábado, dia 31, e dela faz parte um

camião TIR (que funciona como palco para iniciativas artísticas e intervenções) e uma caravana automóvel, cujo trajecto previsto é: Portos do Ródão, Castelo Branco, Fundão, Covilhã, Belmonte, Guarda.

Amanhã, dia 30, no Palácio de D. Manuel, em Évora, terá lugar um debate promovido pelo Movimento "Alentejo: Sim à Regionalização por Portugal", para o qual é convidada toda a população. A sessão/debate conta com a presença de Machado Caetano, Rogério Brito e Nuno da Câmara Pereira, entre outros participantes.

